

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ –
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CAMPUS DE TOLEDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO**

LIZETE CECILIA DEIMLING

**ANÁLISE DE UM CONTEXTO LOCAL E A INCIDÊNCIA DA
CRIMINALIDADE: CRIMES DE HOMICÍDIO NO
MUNICÍPIO DE TOLEDO (PR)**

**TOLEDO
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LIZETE CECILIA DEIMLING

**ANÁLISE DE UM CONTEXTO LOCAL E A INCIDÊNCIA DA
CRIMINALIDADE: CRIMES DE HOMICÍDIO NO
MUNICÍPIO DE TOLEDO (PR)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Yonissa Marmitt Wadi

Co-Orientador: Prof. Dr. Pery F. Assis Shikida

**TOLEDO
2006**

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

Deimling, Lizete Cecília
D324a Análise de um contexto local e a incidência da
criminalidade : crimes de homicídio no município de Toledo (PR) /
Lizete Cecília Deimling. – Toledo, PR : [s. n.], 2006.
148 p.
Orientadora: Dr^a Yonissa Marmitt Wadi
Co-orientador: Dr. Pery Francisco Assis Shikida
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais
Aplicadas

1. Crime contra a pessoa 2. Direito penal 3. Processo penal 4. Fórum
da Comarca de Toledo – Estudo de caso 5. Crimes de homicídio –
Estudo de caso 6. Crimes e criminosos 7. Toledo (PR) – Aspectos
sociais I.T

CDD 20. ed. 330.0268162
345.810268
364.152

LIZETE CECILIA DEIMLING

**ANÁLISE DE UM CONTEXTO LOCAL E A INCIDÊNCIA DA
CRIMINALIDADE: CRIMES DE HOMICÍDIO NO
MUNICÍPIO DE TOLEDO (PR)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Yonissa Marmitt Wadi (Orientadora)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr . Cláudio Pereira Elmir
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr . Paulo Roberto Azevedo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 30 de maio de 2006.

DEIMLING, Lizete Cecilia. **Análise de um contexto local e a incidência da criminalidade: crimes de homicídio no município de Toledo (PR).** 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2006.

RESUMO

O objetivo do presente estudo é a análise do contexto local do município de Toledo (PR) buscando compreender a relação entre os indicadores socioeconômicos e a incidência da criminalidade, especificamente o crime de homicídio. A gênese histórica dos indicadores de crescimento da economia, ao longo das últimas décadas, no âmbito do desenvolvimento socioeconômico demonstra uma perspectiva de conflito. Alguns fatores condicionantes como o desequilíbrio e desigualdades socioeconômicas concorrem direta ou indiretamente, com a fragmentação social, geralmente “protagonizada” pelos índices de criminalidade e violência. Nesta pesquisa foram analisados dados extraídos dos processos criminais pertencentes a 1ª Vara Criminal do Fórum da Comarca de Toledo e dados socioeconômicos relativos ao município de Toledo (PR) divulgados por órgãos governamentais. Trabalha-se com a hipótese de que a taxa do crime de homicídio no município de Toledo (PR) está relacionada com baixos indicadores socioeconômicos. A crença de que existe uma relação causal direta entre pobreza e criminalidade não se confirmou neste trabalho. A análise fatorial das variáveis socioeconômicas não identificou a associação entre o crime de homicídio no município de Toledo (PR) com nenhum indicador socioeconômico em particular. Portanto, ficou evidenciada, nesta pesquisa, a não existência de uma relação entre a configuração socioeconômica e as taxas de crime de homicídio no município de Toledo (PR).

Palavras-chave: Indicadores socioeconômicos, crime de homicídio, município de Toledo (PR).

DEIMLING, Lizete Cecilia. **Analysis of a local context and the incidence of crime: homicides in the city of Toledo (PR)**. 2006. Thesis (Master in Regional Development and Agribusiness) 2006. State University of West of Paraná, 2006.

ABSTRACT

The objective of the present study is the analysis of the local context of the city of Toledo (PR) to understand the relation between the socioeconomic indices and the incidence of crime, specifically the homicide. The historical genesis in the increasing indices of the economy in the socioeconomic development, during the last decades, demonstrates a conflict perspective. Some conditional factors, as the instability and socioeconomic inequalities, concur directly or indirectly with the social fragmentation, generally “carried out” by the indices of crime and violence. In this research, data from the criminal proceedings of the First Criminal Court of the Judicial District of Toledo and from relative socioeconomic data of the city of Toledo (PR), proclaimed by the government department, were analyzed. It is considered the hypothesis that the index of the homicide in the city of Toledo (PR) is related with low socioeconomic indices. The belief that a direct causal relation between poverty and crime exists was not confirmed in this work. The factorial analysis of the socioeconomic variable did not identify any association with the homicide in the city of Toledo (PR) and socioeconomic indices in particular. Therefore, it was evidenced, in this research, the no existence of a relation between the socioeconomic configuration and the indices of homicide in the city of Toledo (PR).

Key -Word: socioeconomic indices, homicide, city of Toledo (PR)

Agradecimentos

À Deus, que na condição de criador, pelo dom da vida e pela força, graça divina que sempre senti e que foi necessária para alcançar mais este objetivo.

À minha mãe Lúcia e ao meu pai Egon (*in memoriam*) por terem, apesar das dificuldades, me proporcionado a oportunidade de nunca deixar de aprender.

À Prof^a. Dr^a. Yonissa Marmitt Wadi, pela atenção e orientação na realização deste trabalho.

Ao Prof. Co-Orientador, Dr. Pery Francisco Assis Shikida pelo incentivo e estímulo, sua colaboração foi fundamental para a realização e análise da pesquisa empírica.

À Unioeste, pela oportunidade da qualificação profissional.

Quero registrar também o meu agradecimento aos funcionários do Fórum da Comarca de Toledo, em específico a 1^a Vara Criminal que cooperaram permitindo o acesso aos processos criminais para a realização da pesquisa.

Aos professores e colegas da 2^a turma, obrigada pelo aprendizado e companhia nesta caminhada.

Agradeço aos meus familiares e amigos, que acompanharam de perto a construção desta dissertação e que contribuíram, cada qual à sua maneira, para que ela chegasse ao final.

E, finalmente, mas não menos importante aos meus amigos da Unioeste, que, de forma direta ou indireta me auxiliaram na realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE GRÁFICOS.....	14
LISTA DE MAPAS.....	15
LISTA DE QUADROS.....	16
LISTA DE TABELAS.....	17
1 INTRODUÇÃO	20
2 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	26
2.1 Violência e crime.....	29
2.2 Crime e desigualdades socioeconômicas.....	31
2.3 Transformações socioeconômicas e a ocorrência da criminalidade	34
2.3.1 Migrações e êxodo rural	34
2.3.2 Processo de urbanização: espacialidade e medo social	35
2.3.3 Segregação ou divisão social do espaço: sobreposição de carências	38
2.4 Perda social e custo da violência	39
2.5 Políticas públicas e institucionais	42
2.6 O crime de homicídio	43
3 REFERÊNCIAL TEÓRICO	48
3.1 Contextualização teórica: principais teorias que norteiam o estudo das causas da criminalidade	48
3.2 Estudo das causas da criminalidade a partir das teorias de abordagem sistêmica	52
3.2.1 Teoria da desorganização social	52
3.2.2 Teoria do controle social	54

3.2.3 Teoria de eficácia coletiva.....	56
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA COLETA E ANÁLISE	
DOS DADOS.....	61
5 PRINCIPAIS ASPECTOS DA EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO	
DO PARANÁ, REGIÃO OESTE E MUNICÍPIO DE TOLEDO NAS	
ÚLTIMAS DÉCADAS – 1970 A 2000.....	68
5.1 Caracterização socioeconômica do Estado do Paraná – 1970 a 2000	69
5.2 Evolução socioeconômica da região oeste do Paraná – 1970 a 2000.....	74
5.3 Aspectos socioeconômicos e estruturais do município de Toledo – 1970 a 2000..	77
5.3.1 Processo de colonização do município de Toledo.....	78
5.3.2 A configuração do espaço urbano	82
5.3.3 População	87
5.3.4 Habitação.....	89
5.3.5 Renda.....	92
5.3.6 Educação.....	97
5.3.7 Saúde	100
5.3.8 Saneamento.....	101
5.3.9 Segurança pública.....	105
6 ANÁLISE DE OCORRÊNCIA DO CRIME DE HOMICÍDIO NO MUNICÍPIO	
DE TOLEDO – 1991 A 2000	107
6.1 Perfil dos envolvidos nos processos de crime de homicídio – 1991 a 2000	107
6.1.1 Perfil dos acusados por crime de homicídio.....	107
6.1.2 Perfil das vítimas por crime de homicídio.....	112
6.2 Aspectos circunstanciais da ocorrência do crime de homicídio	117
6.3 Análise dos indicadores socioeconômicos e a ocorrência do crime de homicídio:	
uma abordagem a partir da análise fatorial	128

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS	139
ANEXO.....	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo proposto por Shaw e Mckay (1942).....	54
Figura 2 – Modelo proposto por Sampson e Groves (1989).....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Profissão dos acusados na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR)	111
Gráfico 2 – Profissão das vítimas na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR)	116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Loteamentos por décadas no município de Toledo (PR).....	86
Mapa 2 – Distribuição da população por bairros no município de Toledo (PR), com renda de até 1 salário mínimo.....	95
Mapa 3 – Ruas atendidas com sistema de esgoto no município de Toledo (PR) – 2000....	104
Mapa 4 – Taxa de homicídios segundo os bairros para o período de 1991 a 2000.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Local onde o crime de homicídio ocorreu correlacionado como período do dia, o município de Toledo (PR)	123
Quadro 2 – Dia da semana e período do dia da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR)	124
Quadro 3 – Correlação das variáveis socioeconômicas dos acusados e vítimas do crime e homicídio no município de Toledo (PR)	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipificação dos crimes	61
Tabela 2 – Valor do PIB Município/Estado/Pais – 2000	81
Tabela 3 – Evolução da população urbana e rural do município de Toledo – 1970 a 2004..	82
Tabela 4 – Evolução da população por faixa etária do município de Toledo – 1970 a 2000	87
Tabela 5 – Distribuição da população por bairros – 2000	88
Tabela 6 – Evolução do número de imóveis urbanos no município de Toledo (PR) – 1993 a 2000	90
Tabela 7 – Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação segundo os bairros no município de Toledo – 2000	91
Tabela 8 – Número de domicílios, moradores e média de moradores por domicílio segundo os bairros – 2000	92
Tabela 9 – Renda familiar <i>per capita</i> expressada em salários mínimos – 2000	93
Tabela 10 – Demonstrativo da renda familiar no município de Toledo – 2000	93
Tabela 11 – Valor do rendimento médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios, segundo os bairros – 2000	94
Tabela 12 – Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH–M) – 1970 a 2000	96
Tabela 13 – Porcentagem da renda apropriada por extratos da população do município de Toledo – 1991 e 2000	97
Tabela 14 – Anos de estudo das pessoas responsáveis pelos domicílios, segundo os bairros no município de Toledo – 2000	98
Tabela 15 – Instituições que ofertam educação infantil na modalidade creche – 2000	99
Tabela 16 – Coeficiente e percentual de mortalidade infantil no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	100
Tabela 17 – Número de leitos hospitalares existentes no município de Toledo (PR) para o ano de 2000	101
Tabela 18 – Existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário por domicílio, segundo os bairros no município de Toledo (PR) – 2000	103

Tabela 19 – Sexo dos acusados por crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	108
Tabela 20 – Cor dos acusados por crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	108
Tabela 21 – Idade dos acusados na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	109
Tabela 22 – Estado civil dos acusados na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	109
Tabela 23 – Escolaridade dos acusados na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	110
Tabela 24 – Situação econômica dos acusados na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	111
Tabela 25 – Sexo das vítimas do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	113
Tabela 26 – Cor das vítimas do crime de homicídio no município de Toledo (PR)	113
Tabela 27 – Idade das vítimas na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	114
Tabela 28 – Estado civil das vítimas na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	115
Tabela 29 – Escolaridade das vítimas na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	115
Tabela 30 – Situação econômica das vítimas na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	117
Tabela 31 – Local da ocorrência dos crimes de homicídio, residência do acusado, residência da vítima segundo os bairros do município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	118
Tabela 32 – Motivo aparente para a prática do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	121
Tabela 33 – Tipo de relacionamento entre agressores e vítimas do crime de homicídio para o município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	125
Tabela 34 – Meio utilizado para prática do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000	127
Tabela 35 – Matriz X, taxa dos indicadores dados socioeconômicos e do crime de	

homicídios segundo bairros no município de Toledo (PR).....	130
Tabela 36 – Raízes características.....	131
Tabela 37 – Cargas fatoriais de 4 fatores e comunalidades na análise fatorial das 12 variáveis socioeconômicas para o município de Toledo (PR).....	132

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade analisar o contexto local do município de Toledo (PR) buscando compreender a relação entre os indicadores socioeconômicos e a incidência do crime de homicídio.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município de Toledo (PR), possui altos índices de produção agropecuária, agricultura tecnologicamente avançada, uma agroindústria próspera, baixa taxa de mortalidade infantil, baixo índice de analfabetismo e um bom Índice de Desenvolvimento Humano (IDH maior que 0,8). Esses indicadores permitem considerar o município uma referência de desenvolvimento socioeconômico na região oeste do Paraná.

Na perspectiva de Colognese, Gregory e Schallenberger (1999, p.145), “[...] o processo de desenvolvimento dos povos permanece um objeto de difícil apreensão e mensuração pela ciência, em função de sua natureza genérica e das múltiplas dimensões que implica”. Assim, não se pode reduzir o desenvolvimento de uma região apenas aos indicadores de crescimento econômico, medidos pelo Produto Interno Bruto (PIB).

Neste sentido, é importante considerar o ser humano como centro do processo de desenvolvimento, o qual só se realiza a partir da ocorrência de condições básicas que lhe possibilitem ter uma qualidade de vida. Assim, o desafio maior consiste na criação de mecanismos que permitam uma distribuição de forma equilibrada dos benefícios do crescimento econômico. Para Boisier (1996), o desenvolvimento se caracteriza como um processo localizado de transformações sociais sustentadas e tendo como objetivo último o progresso.

Entretanto, para que isso aconteça são necessários alguns atributos concernentes ao desenvolvimento, tais como: a) aumento da autonomia no processo decisório

em relação à definição de seu próprio destino; b) capacidade de apropriar-se do excedente econômico visando dar sustentabilidade ao processo de crescimento a longo prazo; c) melhoria na repartição da renda possibilitando a inserção social com o aumento da participação da população nas tomadas de decisões; d) conscientização e mobilização social em torno de temas de interesse do bem-estar da coletividade; e, d) identificação da sociedade com a região (BOISIER, 1996).

Neste aspecto, o desenvolvimento de uma localidade constitui-se em um processo endógeno de mudança – dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida. Assim, a consistência do desenvolvimento deve mobilizar, explorar e contribuir para a elevação das potencialidades sociais e para a competitividade da economia local, assegurando o equilíbrio entre o crescimento econômico e às condições para qualidade de vida da população.

Sabe-se que a gênese histórica dos indicadores de crescimento da economia, ao longo das últimas décadas, no âmbito do desenvolvimento socioeconômico, demonstra uma perspectiva de conflito. Alguns fatores condicionantes como o desequilíbrio e desigualdades socioeconômicas concorrem, direta ou indiretamente, com a fragmentação social, geralmente, “protagonizada” pelos índices de criminalidade e violência. Tais fatores exercem uma inegável influência sob diversos setores sociais que a própria sociedade engendra e desenvolve, através das pressões exercidas sobre os indivíduos. Segundo Pimentel (1983, p.17), “o crime é resultante de uma soma de fatores, sendo assim uma estrutura complexa, e não o produto de uma única causa”.

Estudos sobre a criminalidade têm demonstrado tratar-se de um problema social, econômico e político de grande significância a ser desmistificado. É social, pois afeta diretamente a qualidade de vida da coletividade; é econômico, porque a sua intensidade está associada às condições econômicas e porque limita o potencial de desenvolvimento das

nações; é, ainda, político, pois o combate ao crime envolve os agentes de controle e alocação de recursos públicos escassos em detrimento a outras políticas públicas (CARDIA, 1999).

Em vista disso, a dimensão do fenômeno da criminalidade vem despertando o interesse de estudiosos e pesquisadores de diferentes áreas científicas. No entanto, a investigação científica sobre o problema da criminalidade depende de uma visão prévia do homem no contexto social na busca das causas deste fenômeno. Considerando-se que a sociedade contém em si os germes de todos os crimes, a solução para este problema pode estar numa profunda reforma das estruturas sociais (ZALUAR, 2004).

Segundo Mir (2004), nos últimos 20 anos, o Brasil registrou mais de 2 milhões de mortes por causas externas¹, sendo que, na década de 1990, os homicídios assumiram a liderança. Em consonância com a afirmação do autor, dados da Unesco (2000) indicam que a primeira causa de óbitos de indivíduos entre 12 a 39 anos é o homicídio, das 140.000 mortes violentas por ano 55.680 são assassinatos, públicos ou privados.

Igualmente, ressalta-se que a criminalidade não é um problema apenas dos grandes centros urbanos, pois há violência e crime no meio rural e nas cidades de pequeno e médio porte. Para Viégas (2004, p.1), “na mesma velocidade que a sociedade evolui, a criminalidade avança sobre todos os segmentos e camadas da população”, ou seja, a criminalidade no começo deste novo século deve ser vista com um novo olhar epidemiológico e uma nova abordagem social, pois se move no espaço urbano e rural como símbolo maior da civilização e da barbárie moderna.

No Brasil, a partir da década de 1970 houve importante incremento na área social: os brasileiros vivem mais, em habitações com melhores condições sanitárias, as crianças morrem menos e o número de analfabetos decresceu. Por outro lado, o processo de urbanização decorrente do fluxo migratório acarretou para as cidades problemas relacionados

¹ Segundo a classificação do Ministério da Saúde, causas externas são as causas violentas, não naturais que podem ser intencionais ou não-intencionais e compreendem acidentes de todos os tipos.

com infra-estrutura, o que inclui problemas habitacionais, saneamento básico, abastecimentos de água e energia, escolas, saúde, emprego, segurança entre outros. Apesar da melhoria destes indicadores, a criminalidade também avançou em proporções notáveis e preocupantes (BEATO, 1998).

Aparentemente, o que está ocorrendo é um paradoxo: o incremento dos indicadores sociais, bem como a estabilidade das instituições políticas, encontra incômoda companhia no crescimento das taxas de criminalidade (BEATO, PEIXOTO e ANDRADE, 2004).

No Estado do Paraná e, conseqüentemente, no município de Toledo, a modernização da agricultura, as transformações da estrutura fundiária, o êxodo rural, juntamente com o crescimento industrial, desencadearam, a partir dos anos de 1970, uma nova configuração espacial. No entanto, a idéia do desenvolvimento acelerado alicerçado basicamente no crescimento econômico sobrepõe-se às mazelas decorrentes do próprio processo, sendo uma delas a criminalidade.

Portanto, compreender, para além dos discursos acima citados, qual a relação entre os indicadores socioeconômicos e a incidência do crime de homicídio no município de Toledo é o objetivo central deste estudo.

No sentido de explicitar tal objetivo, pretende-se:

- examinar a configuração socioeconômica e institucional no contexto do município de Toledo (PR), através da análise de alguns indicadores como: nível educacional, renda per *capita*, moradia, serviços públicos - esgoto, saúde, etc.;
- delinear o perfil socioeconômico dos envolvidos - vítimas e acusados - em crimes de homicídio para o período de 1991 a 2000;

- construir um mapa da espacialidade dos crimes de homicídio, por bairros, no município de Toledo, no período de 1991 a 2000;
- delinear as taxas de criminalidade por mil habitantes/bairros para o crime de homicídio no município de Toledo, no período de 1991 a 2000;
- delinear as taxas por mil habitantes/bairros dos indicadores socioeconômicos no município de Toledo para o ano de 2000;
- efetuar uma análise estatística pelo método multivariado – análise fatorial, para detectar o nível de associação entre crime de homicídio e indicadores socioeconômicos no município de Toledo (PR).

Mediante tais ponderações, o problema examinado nesta dissertação é qual a relação existente entre os indicadores socioeconômicos e a incidência do crime de homicídio, para isto, torna-se fundamental reconhecer se há cenários sociais singulares que favorecem a ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo. Ao fazer isto, pretende-se considerar, também, o papel que desempenham as variáveis, tais como: processo de urbanização; pobreza e acesso a serviços públicos.

A análise proposta recai sobre o município de Toledo, situado na região oeste do Estado do Paraná, com população estimada em 104.000 habitantes (IBGE, 2004), por considerar que a violência é um fenômeno eminentemente urbano, o qual se propaga nas cidades médias do interior dos Estados brasileiros, incluindo o Estado do Paraná. Este Estado era, há algumas décadas, predominantemente rural mas num curto espaço de tempo, algumas de suas regiões tornaram-se predominantemente urbanas. Nessas áreas, muitos dos moradores têm que sobreviver com poucos recursos, freqüentemente, com o suporte de outras famílias, até para ter um teto, além de terem que aprender, por meio de ações coletivas, a conquistar acesso a mais básica infra-estrutura urbana, como: saneamento, eletricidade, pavimentação, iluminação, acesso às escolas, às creches e aos serviços de saúde, entre outros.

Porém, o trabalho não partirá da crença do imaginário popular de que existe uma relação causal direta entre pobreza e criminalidade, como se a presença do primeiro fator levasse quase que, invariavelmente, ao surgimento do segundo. Embora, as transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas no Estado do Paraná e no município de Toledo (PR) tenham se constituído, na perspectiva do senso comum, bem como nos discursos oficiais, em um cenário de pujança, trabalha-se com a hipótese de que a taxa do crime de homicídio no município de Toledo (PR) está relacionada com baixos indicadores socioeconômicos, ou seja, a concentração das taxas de homicídio em determinados bairros da cidade, podem estar relacionadas com a sobreposição de carências socioeconômicas nos mesmos bairros.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: após a introdução, que constitui o primeiro capítulo deste trabalho, apresenta-se, no segundo capítulo, uma breve revisão de literatura sobre violência e criminalidade, no sentido de delinear o problema de pesquisa a ser investigado. O terceiro capítulo apresenta o referencial teórico da pesquisa, as teorias de abordagem sistêmica no intuito de abarcar o fenômeno da criminalidade. No quarto capítulo são descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa.

A caracterização e as principais transformações socioeconômicas ocorridas no período de 1970 a 2000, no Estado do Paraná, na região oeste e no município de Toledo são apresentadas no capítulo quinto. Os resultados e as discussões dos dados da pesquisa são apresentados no sexto capítulo. As considerações finais, no sétimo capítulo, encerram o presente trabalho.

2 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

A criminalidade decorrente da violência generalizada é um problema social, econômico e político a ser enfrentado pela coletividade. Um problema social, por afetar diretamente a qualidade e expectativa de vida das populações; econômico porque, de um lado, a sua intensidade está associada às condições econômicas e, de outro, limita o potencial de desenvolvimento das nações. Pode ser também um problema político, já que as ações necessárias para combater o crime envolvem a participação ativa dos governos e a alocação de recursos públicos em detrimento de outros objetivos de políticas públicas (CARDIA, 1999).

Contudo, a violência e a criminalidade não se constituem em fenômenos recentes, tampouco exclusivos da sociedade brasileira, seu impacto tem sido observado em múltiplas direções. De um lado, acentua-se o sentimento de medo e insegurança coletivos, na mesma proporção em que as políticas de segurança e justiça convencionais revelam-se ineficientes para garantir a lei e a ordem. Por outro lado, Estado e sociedade buscam promover, de forma efetiva, os direitos fundamentais do cidadão. Desse modo, ao mesmo tempo em que se procuram saídas institucionais e políticas, as inquietações coletivas têm igualmente estimulado a busca por respostas embasadas no saber científico.

Assim, devido ao aumento generalizado da violência e, conseqüentemente, da criminalidade, estudiosos e pesquisadores de diversas áreas vêm procurando analisar, com mais profundidade, este fenômeno social no intuito de identificar as suas principais causas e propor medidas eficientes que possam melhorar o nível de segurança coletiva. De acordo com Viégas (2004, p.1), “na mesma velocidade que a sociedade evolui, a criminalidade avança sobre todos os segmentos e camadas da população. [...]”. Neste sentido, a pesquisa científica torna-se fundamental para compreender o crime e a violência num contexto mais amplo.

Segundo Beato (1998), no Brasil, a partir da década de 1970 houve importante incremento na área social: os brasileiros vivem mais, em habitações com melhores condições sanitárias, as crianças morrem menos e o número de analfabetos decresceu. Apesar da melhoria destes indicadores, a criminalidade violenta, especialmente, nos centros urbanos também avançou em proporções notáveis e preocupantes. Nesse sentido, Paixão (1988) indica a existência de um paradoxo, ou seja, o incremento dos indicadores sociais, bem como a estabilidade das instituições políticas, encontram a incômoda companhia do crescimento das taxas de criminalidade nos centros urbanos. A exclusão social pode ser apontada como um dos principais fatores desencadeadores da prática de violência, com múltiplas dimensões e formas de criminalidade.

Para Caldeira (2000), a crescente taxa de criminalidade é um dos maiores desafios para a efetiva democratização da sociedade. Nos últimos anos, tanto a criminalidade quanto a democracia consolidaram-se no Brasil. No entanto, a democratização parece não ter afetado profundamente diversos setores da sociedade, como as instituições da ordem – a polícia e o sistema judiciário –, que têm demonstrado serem incapazes de garantir à população segurança pública e padrões mínimos de justiça e respeito aos direitos.

Felix (2002) afirma que o crime se instala nas relações sociais do homem em suas diversas fases da vida e nos diversos grupos sociais. Pesquisas divulgadas pelo IBGE, têm demonstrado que, independente do espaço geográfico, a violência se manifesta, em maior ou menor intensidade, demonstrando a constituição de uma rede intrincada e complexa de diversos tipos de violência decorrentes, principalmente, de uma estrutura social desigual.

Dados da Organização Mundial da Saúde – OMS (2004) revelam que, no mundo, a violência mata mais de 1,6 milhões de pessoas a cada ano, respondendo por 14% das mortes de homens e 7% das mortes de mulheres. Segundo Mir (2004), a violência no Brasil também vem manifestando-se em números elevados e crescentes: nos últimos 20 anos,

registrou-se mais de 2 milhões de mortes por causas externas, sendo que 82% delas foram do sexo masculino. No entanto, o quadro agravou-se no período de 1980 a 2000 quando a taxa de mortalidade por homicídios aumentou 130% (de 11,7 em 1980, para 27 por 100 mil habitantes, em 2000). Outro aspecto preocupante é o aumento das taxas de mortalidade por homicídio (95%) com o uso de arma de fogo, fato este que ocorre principalmente entre jovens de 15 a 24 anos, do sexo masculino.

Por outro lado, Caldeira (2000) ressalta que, nas últimas décadas, um imaginário de cidadania e direitos consolidou-se na sociedade brasileira e serviu de referência a práticas distintas para grupos sociais e espaços de sociabilidade, como um ambiente propício para a busca de respostas aos anseios da população, principalmente, para a população de menor poder aquisitivo. No entanto, para os extratos sociais economicamente melhor situados, o reflexo dessa situação se dá na medida em que se constroem equipamentos de moradia, lazer e consumo exclusivos – mudanças estas que alteram a arquitetura urbana – segregando grupos em espaços sociais mais protegidos e discriminando outros segmentos sociais.

Entretanto, numa sociedade onde o consumo se amplia, onde as diferenças entre ricos e pobres cada vez mais se reafirmam, onde os direitos sociais² não são respeitados, onde impera a impunidade e o desrespeito à legalidade constituída há que se pensar nas várias dimensões que fazem emergir e reforçar as diversas facetas da violência.

² Conforme dispõe o Artigo 6º, da Constituição Federal de 1988, são direitos sociais: moradia, saúde, educação, alimentação, lazer e segurança.

2.1 Violência e crime

A violência apresenta-se como fenômeno social cujas facetas são objetos de apreensão no cotidiano devido ao desencadeamento de temor generalizado. O crime gerado pela violência caracteriza-se como um fenômeno social que é observado em diversos níveis no interior da sociedade e é responsável, em suas manifestações específicas, por uma série de agravos, como: maus-tratos, seqüelas, espancamentos, agressões, lesões entre outros, tendo como consequência mais drástica a morte (ZALUAR, 1997).

As diferentes formas de violência presentes numa sociedade podem ser compreendidas como um ato de excesso de poder presente nas relações e na produção do social. Assim, a prática da violência insere-se em uma rede de dominações de vários tipos – classe, gênero, etnia, faixa etária, ou na forma simbólica – que resultam na fabricação de uma teia de exclusões possivelmente sobrepostas.

Na percepção desta realidade, Zaluar (2004, p. 240) define violência como:

[...] um dispositivo de excesso de poder, uma prática disciplinar que produz um dano social, atuando em um diagrama espaço-temporal, a qual se instaura com uma justificativa racional, desde a prescrição de estigmas até a exclusão, efetiva ou simbólica. Esta relação de excesso de poder configura, entretanto, uma relação social inegociável porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, daqueles que são atingidos pelo agente da violência.

Nas composições macros-sociais, a violência pode gerar uma sociedade dividida e desigual fundada em relações de dominação e de submissão.

Na vida cotidiana, embora admitindo que a noção de comportamento aceitável seja culturalmente influenciada, a inter-relação entre o desconforto social, a violência e o sentimento de insegurança é um dos principais problemas sociais e a

disseminação da violência um fenômeno a ser enfrentado pela sociedade e pelo Estado contemporâneo.

A forma como a violência desencadeia o fenômeno da criminalidade, para Castel (1998), é uma consequência da ruptura do contrato-social e dos laços sociais que provocam a “desfiliação” e o rompimento de diferentes relações, destruindo, assim, os vínculos de sociabilidade.

Neste sentido, Geertz *apud* Giógenes (1998, p. 41), ressalta que “[...] não interessa como a violência acontece, mas essencialmente deve-se ‘anotar’ a sua rede de significados que se produz na dimensão da construção cultural”. Isto é, deve-se compreender como se (re) produz um novo espaço social a partir do modo como se (re) elaboram hábitos, práticas e relações na sociedade em face dos novos conteúdos sócio-culturais.

Diante das diversas formas de transgressões, que se apresentam à sociedade, o ato criminoso pode ser compreendido, segundo o Direito Penal³, como sendo: “[...] o fato humano contrário à lei” (MAGGIORE, 1951, p. 189). Na concepção de Brenner (2001, p.32), o crime se apresenta como:

[...] um ato de transgressão de uma lei vigente na sociedade. A sociedade decide, através de seus representantes, o que é um ato ilegal via legislação, e pela prática do Sistema de Justiça Criminal. Esta delimitação, entre o que é legal e o que é ilegal, vai determinar o montante de crimes realizados na sociedade.

Segundo a Fundação João Pinheiro (1987, p. 99), constitui-se crime: “toda ação ou omissão prevista em lei, ou que transgrida um direito estabelecido pela lei penal [...] a razão determinante de uma conduta humana em construir infração penal sujeita a uma pena regulável”.

³ Direito Penal é o ramo do Direito Público que define as infrações penais (crimes ou delitos = sinônimos), estabelecendo penas e as medidas de segurança. O decreto-lei 2.848 de 07/12/1940 institui o Código Penal Brasileiro, definindo os atos lesivos à sociedade como crime estabelecendo uma tipologia para cada ato.

Neste sentido, a denominação de “crime” engloba fenômenos distintos, ou seja, desde o ato de cometer pequenos delitos, como o roubo de uma revista ou a agressão a um colega, até atos de grande proporção como sonegação de impostos, o homicídio, o roubo a mão armada, o tráfico, o seqüestro, etc. (WILSON e HERRENSTEIN, 1985).

O Código Penal Brasileiro codifica o crime nas seguintes tipologias: contra a pessoa; contra o patrimônio; contra a propriedade imaterial; contra a organização do trabalho; contra o sentimento religioso; contra o respeito aos mortos; contra os costumes; contra a família; contra a incolumidade pública; contra a paz pública; contra a fé pública; e, contra a administração pública (PIERANGELLI, 1980). Dentre os crimes cometidos contra a pessoa está o homicídio na sua forma consumada e tentada – que é objeto deste estudo –, o infanticídio, o induzimento ou auxílio ao suicídio, entre outros.

Assim, apesar do conceito amplo e complexo, o crime pode ser genericamente entendido como as ações realizadas por indivíduos, grupos, classes ou nações que ocasionam danos físicos ou morais a si próprios ou a outrem.

2.2 Crime e desigualdades socioeconômicas

Segundo Santos (2002), a globalização dos processos econômicos e das questões sociais manifesta-se de forma simultânea e com especificidade própria em cada sociedade. Neste contexto, a posição social das populações mais diretamente atingidas pela globalização caracteriza-se pela desigualdade de oportunidades, isto é, um acesso desigual a recursos e uma vivência de situações sociais desiguais nos mais diversos setores, destacando-

se: saúde, habitação, trabalho, educação, relações de sociabilidade, segurança, informação e participação política (SANTOS, 2002).

Por conseguinte, a desigualdade econômica, a estrutura populacional e o desemprego são fatores que tendem a possuir uma relação com a criminalidade. Porém, estudo realizado por Caldeira (2000) aponta que o Brasil, desde sua formação, foi marcado por injustiças sociais e desigualdades socioeconômicas, portanto, não se pode afirmar que somente agora esses fatos tenham desencadeado todo o cenário criminal que vem sendo observado.

Quanto às desigualdades socioeconômicas, Zaluar (1997) enfatiza que, nem todos os pobres são criminosos e que, muitas vezes, essa afirmação desvia a atenção da opinião pública do verdadeiro foco, ou seja, ao estigmatizar a pobreza, a sociedade esquece dos criminosos que estão fazendo fortunas traficando drogas e armas, ou desviando o dinheiro público, que deveria estar sendo utilizado para suprir as deficiências de infra-estrutura, possibilitando, assim, maiores opções às camadas carentes da comunidade.

Félix (2002) reitera que a falta de segurança econômica desgasta a estrutura social e familiar, gera comportamentos inadequados à convivência social e pode manifestar-se por meio de atos criminosos letais – suicídio e homicídio – ou lentamente, com crimes de menor dano social, que podem desencadear uma situação intolerável à sociedade.

Ao tentar compreender a criminalidade como um fenômeno social, uma série de observações devem ser feitas sobre a relação do crime com as condições de vida em sociedade – desigualdade social – desencadeadora dos desajustes sociais. Guimarães (1978) *apud* Teixeira (2004), argumenta que a falta de progresso pessoal não estimula o crime, pois, num contexto isolado é inócuo. Porém, “a convicção de inferioridade”, em contraste com o progresso dos semelhantes inspiraria o crime na tentativa de ascensão social, como uma solução de emergência. Assim, a compreensão dos diversos e múltiplos aspectos que podem

influenciar a sua prática é fundamental para o desenvolvimento de qualquer ação que efetivamente busque minorar os problemas relativos à criminalidade.

No que se refere à estrutura populacional, Costa *et al.* (2001), observaram que alguns fatores, como grande contingente populacional, má distribuição de renda, ausência de laços de sociabilidade, etc., estão correlacionados com a criminalidade. Contudo, os autores ressaltam que as possíveis relações a serem estabelecidas não podem ser tomadas de forma absoluta, pois fatores culturais e psicológicos podem instigar os indivíduos a cometerem crimes. O desemprego, as drogas, a ociosidade são amostras dos problemas considerados graves no cotidiano de toda população, não apenas dos moradores das grandes cidades (CÁRDIA e SCHIFFER, 2002).

Para Felix (2002), a ociosidade dos indivíduos também pode vir a ser um dos fatores responsáveis pela prática de crimes mais violentos, pois indivíduos em situações de desemprego teriam mais tempo para interagir entre seus pares num ambiente não estruturado, o que gera menor custo de oportunidade e leva ao crime como substituto legal ou ilegal do emprego. Mesmo não sendo determinantes, as situações de penúria – carência de alimentação, emprego, moradia e educação –, a que estão submetidos grandes contingentes populacionais, fazem aflorar sentimentos de profunda frustração que os predispõem a atitudes criminosas como uma forma de corrigir, pelo método criminoso, o fato de não poder contar com as políticas de infra-estrutura socioeconômica (FELIX, 2002).

2.3 Transformações socioeconômicas e a ocorrência da criminalidade

2.3.1 Migrações e êxodo rural

As políticas industriais e agrícolas implantadas no Brasil, na década de 1950, desencadearam o fenômeno denominado êxodo rural que teve seu ápice na década de 1970, e foi a responsável pela expulsão de populações da zona rural para os centros urbanos, seja como forma de criar-se mão-de-obra industrial, em um primeiro momento, ou como forma de racionalizar-se a produção agrícola (ALMEIDA, 2001).

Para Félix (2002), a mobilidade desencadeada pelo êxodo rural significou mais que uma simples transferência do homem do campo para o meio urbano, mas a inserção do mesmo em um novo universo de conhecimentos, por meio da diversidade de contatos e com a probabilidade de desequilíbrio em sua organização pessoal e social.

A adaptação do indivíduo neste novo universo gerou conflitos, principalmente, a partir dos filhos da primeira geração desses migrantes, devido ao rompimento com os padrões de comportamento de seu grupo de referência – o familiar, a vizinhança – e com a necessidade de adaptação às novas formas culturais do novo grupo urbano. Em relação às conseqüências do processo de migração do campo para o meio urbano, Pires (1985, p. 19), em seus estudos destaca que:

[...] ao sair de um meio onde os laços de toda a comunidade são mais fortes e estáveis, a população rural encontra nas grandes cidades um meio hostil, que fragmenta as relações sociais, isola o indivíduo da sociedade e de si mesmo. A grande massa de indivíduos vai se dividir em estágios sociais diferentes e sofrer intensa pressão do meio, não apenas para sobreviver, mas para participar dos bens produzidos pela sociedade. O resultado é a selvageria industrial, a agressividade. A evolução técnica e o progresso industrial vão aumentando o número de bens produzidos e sofisticando a produção. Nem todos poderão ter acesso a esses bens, tampouco conseguirão escalar os degraus sociais e econômicos para alcançá-los.

No que tange ao crescimento demográfico e ao desequilíbrio na distribuição da renda, Gomes (2003) afirma que o crescimento demográfico desordenado oriundo de correntes migratórias e do êxodo rural pode provocar o desequilíbrio econômico, inclusive no mercado de trabalho, que, em razão da pouca oferta de emprego em relação à demanda da mesma pode levar o homem a delinquir.

Assim, o resultado do fluxo migratório para as cidades, associado à ocupação desordenada do espaço urbano, à falta de emprego associado à má distribuição de renda e ao apelo ao consumo, à falta de laços de reciprocidade e solidariedade vivenciada pelas comunidades pode desencadear a criminalidade do meio urbano.

2.3.2 Processo de urbanização: espacialidade e medo social

A análise do fenômeno da promoção e difusão da violência no contexto do processo da urbanização decorrente, principalmente, do aumento da densidade e concentração demográfica tem sido uma tarefa árdua, indissociável e imprescindível para se pensar o desenvolvimento urbano, o enfrentamento das causas e repercussões da violência e o desafio para a produção e a organização do espaço urbano (CALDEIRA, 2000).

Para Davis (1993), considerar a violência como um fenômeno presente e enraizado nas áreas urbanas remete ao entendimento de um cotidiano concebido na promoção e disseminação do medo como um fator atrelado à vida urbana. Algumas residências, condomínios, empresas e estabelecimentos de comércio e serviços internalizam o medo da violência urbana de tal modo que mais parecem fortalezas e, teoricamente, preparadas para resistir a qualquer ataque. Entretanto, deve-se averiguar em que nível esses fenômenos

interferem na composição espacial urbana, no processo de construção e absorção de novos lugares, paisagens e demografia da cidade, bem como estes vêm sendo geridos de forma a impedir que o ciclo da violência se auto-alimente.

As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. A tensão, a separação, a discriminação e suspeição tornam-se as novas marcas da vida na cidade. Segundo Caldeira (2000, p. 211), “O principal instrumento desse novo padrão de segregação são os ‘enclaves fortificados – espaços privatizados’ [...] espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-teto”. Este contexto, descrito por Caldeira (2000), gera a reprodução de um estigma de criminalização dos pobres e o desrespeito aos seus direitos sociais que podem ser potencializados pelos processos ligados à urbanização, à migração, à industrialização, à pobreza e ao analfabetismo.

Para Felson (1994, p. 49), quanto maiores as faixas populacionais, maiores são os índices de “[...] atividades ilegais e intolerância – brigas –, emergem com mais facilidade dentro de um ambiente urbano”. Por outro lado, o rompimento do tecido sócio-territorial urbano reforça a desestruturação das pessoas no que tange ao convívio coletivo. Um exemplo desta desestruturação é o esvaziamento dos espaços públicos - praças, parques e espaços alternativos de socialização -, ou seja, as pessoas deixam de freqüentar tais espaços e, com temor da violência, criam enclaves - muros altos, tapumes, grades etc. O medo e a insegurança vêm se manifestando na medida em que os grupos sociais urbanos vêm optando por medidas preventivas de segurança individual, em lugares seletivos, cujos espaços foram criados a partir da convicção do medo (DAVIS, 1993).

Em contraponto a esse processo seletivo, encontra-se uma parcela da sociedade mais favorecida economicamente que desencadeia a sua auto-reclusão por meio do seu aprisionamento no espaço privado. Atemorizada com a violência distancia-se, também, do

espaço público e passa a proteger-se dentro de seu contexto socioeconômico – relações com vizinhança, contratação de segurança privada, muros, alarmes etc., – adotando medidas que julga eficazes para a sua segurança (QUEIROZ, 2000). Assim, num meio urbano, cada vez mais seccionado, a ausência de laços sociabilizadores, ou a renúncia aos mesmos, impossibilita a recomposição e a interação social e produz terreno fértil à dramatização do problema da violência.

Reconhecidamente, a concentração de riqueza nas mãos de alguns e a pobreza de muitos, nas áreas urbanas com altas densidades demográficas, possibilita um elevado número de delitos em curto espaço de tempo. Segundo Feiguin e Lima (1995, p. 73), “[...], o crescimento desordenado das cidades, a má distribuição dos equipamentos urbanos e de recursos de infra-estrutura – colabora para incutir entre a população o temor da criminalidade”. Assim, a população passa a internalizar o medo no seu viver urbano (ADORNO, 1992).

Alguns pesquisadores, como Almeida (2001), Felix (2002) e Mir (2004), argumentam que a melhoria relativa dos indicadores sociais no Brasil, ao longo do tempo, não trouxe qualquer decréscimo no número de crimes, o que ficou constatado foi um rápido processo de urbanização como um dos propulsores da criminalidade.

Essas constatações remetem a um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido e a violência, ao mesmo tempo, é combatida e ampliada. Além disso, o retrato da violência propicia abusos por parte das instituições da ordem, além de produzir segregação - social e espacial - e a própria criminalidade (CALDEIRA 2000).

2.3.3 Segregação ou divisão social do espaço: sobreposição de carências

O fenômeno crescente da criminalidade principalmente no meio urbano, associado ao nível de concentração demográfica e às características socioeconômicas da população, têm gerado importantes reflexões sobre a organização espacial e social do espaço urbano.

Além disso, deve considerar-se que a criminalidade não se distribui homogeneamente na sociedade, nem se apresenta com a mesma face para os diversos segmentos que a compõem, muito embora se alimente do caldo de cultura comum: profundas desigualdades sociais; impunidade; tradições autoritárias; pouca disseminação dos valores de respeito aos direitos humanos e civis. São múltiplas as suas fontes e motivações, como são de diversos tipos os seus agentes e vítimas (MUSUMECI, 2001).

Nesse sentido, estudos realizados por Izumino e Neme (2002), na cidade de São Paulo têm demonstrado que, embora a criminalidade urbana seja sentida pela população como um todo, sua distribuição ocorre de modo desigual, ou seja, os crimes contra a vida – homicídio - concentram-se mais nas regiões periféricas, enquanto que os crimes contra o patrimônio, nas regiões centrais, onde também se observa maior concentração e circulação de riqueza. Do mesmo modo, Cárdua e Schiffer (2002, p. 25), em seu estudo, constataram que “[...] os homicídios se distribuem de modo desigual e que o risco de ser vítima é maior em localidades que sofrem superposição de desvantagens estruturais e de difícil acesso aos direitos como: saúde, à educação, à cultura e ao lazer.”

A estabilidade da população em seu bairro, segundo Sampson (1994), *apud* Reiss e Roth (1999), pode ser apontada como um fator que está associado a uma maior harmonia social e disposição dos moradores para agirem em prol do bem comum.

Entretanto, segundo Jacobi (1990), o processo de segregação espacial pode, ao mesmo tempo, garantir aos moradores das regiões centrais uma melhoria na qualidade de vida, graças às facilidades de acesso aos serviços urbanos, como também pode impelir a população, que reside em locais desprovidos de infra-estrutura, a permanecer em condições de vida precárias. A realidade do meio urbano das cidades é caracterizada por um processo de regionalização das carências, ou seja, na medida em que há um afastamento do centro da cidade em direção às regiões periféricas, ocorre uma diminuição significativa no nível de apropriação dos benefícios públicos.

Para Mir (2004), a dilatação do espaço urbano necessita de um suporte social e material que não tem acompanhado o aumento populacional. A ausência de investimentos em infra-estruturas complementares à habitação e de serviços que assegurem condições mínimas de lazer, segurança e saúde é a grande barreira em relação à melhoria da qualidade de vida da população. Este item é fundamental para o desenvolvimento econômico e social das cidades e de um espaço urbano menos desigual, que tem como característica principal de estruturação a segregação sócio-espacial.

2.4 Perda social e custo da violência

Na mensuração de custos da violência efetuadas no Brasil, segundo Kahn (1998), estão incluídos: os gastos efetuados pelo cidadão por meio dos impostos, que são alocados direta ou indiretamente no combate ao crime; os gastos efetuados diretamente pelos indivíduos ou empresas para a compra do bem “segurança” ou a perda direta do patrimônio

em função do crime; os valores que deixam de ser produzidos ou ganhos pela sociedade em razão do medo da violência; e demais custos intangíveis.

Segundo o autor, as perdas e os gastos diretos da população brasileira são estimados em 4 bilhões e 757 milhões de reais anuais. O item de maior peso é o investimento em vigilância privada (setor do país para o qual não existe crise). Os gastos relativos a veículos, somados aos custos com roubos, furtos, seguros e equipamentos de proteção, aparecem logo em seguida com um valor considerável no orçamento dos indivíduos. Destaca-se, ainda, como outros custos decorrentes da violência: custos e honorários advocatícios; perdas com os “crimes de colarinho branco”; horas de trabalho perdidas (convalescência física e psicológica, registro de queixa policial, testemunho em processos criminais, etc.); quebra de produtividade de funcionários vítimas de violência; tratamento médico e psicológico das vítimas na rede privada; investimento em equipamentos para segurança própria, empresarial ou residencial – armas, grades, câmeras, alarmes, etc.

Os custos da violência, segundo Mello Jorge (2002), podem ser classificados em cinco categorias: a) custos de atenção à vítima; b) custos considerados intangíveis, associados ao sofrimento físico e emocional da vítima e de seus familiares; c) custos econômicos relativos às perdas de produção e renda por parte das vítimas; d) custos legais; e, e) custos das perdas materiais, infra-estrutura, etc.

Das categorias acima citadas, apenas duas podem ser controladas pelas autoridades governamentais: as que tratam dos custos de atendimento às vítimas e as dos gastos associados ao aparato legal e de segurança. Para as demais categorias, os custos só podem ser monitorados pelo governo a partir dos gastos com o aparato de segurança, que é um dos instrumentos reguladores da incidência da criminalidade na sociedade, e considerando-se que o montante de recursos financeiros a serem aplicados em segurança depende do nível de criminalidade que a sociedade tolera.

Os gastos com segurança no Brasil, segundo Morrison (2001), exibem custos monetários que incluem gastos governamentais no controle ao crime, no sistema judiciário e nos serviços de saúde. Por outro lado, os gastos privados em segurança e em saúde também são computados. Porém, os custos não monetários, que se referem à redução na qualidade de vida, incluindo a mudança de comportamento das pessoas em decorrência da criminalidade, não são possíveis de serem calculados.

Segundo Teixeira (2004), o grande paradoxo constatado pela sua pesquisa sobre a possibilidade de vitimização para a cidade de Marília – SP é, justamente, a defasagem do gasto entre o setor público e o privado em relação à segurança, enquanto o último cresce a olhos vistos, o primeiro mergulha em um mar de burocracia.

Para Mello Jorge (2002), a violência representa um custo social não mensurável, visto que incide prioritariamente sobre uma população em idade produtiva que é, abruptamente, retirada do meio em que vive, seja pela morte precoce, seja pela ocorrência de seqüelas, em sua maioria, graves e irreversíveis.

Neste contexto, chama a atenção o fato de o Brasil ter indicadores de mortalidade por homicídios superiores aos de outros países, em relação à população jovem. O conjunto de mortes violentas, no Brasil, constitui a primeira causa no total das mortes verificadas na faixa etária de 5 a 39 anos. Dentro deste segmento etário, as mortes por homicídio, entre os jovens de 15 a 24 anos possuem maior significância e vêm crescendo a cada ano. Isto representa um custo social e econômico elevado, se considerar-se a desestruturação familiar – perda de chefes de famílias –, e para estes jovens que estão na idade produtiva – perda de mão-de-obra (ZALUAR, 2004).

2.5 Políticas públicas e institucionais

As estruturas governamentais, mormente, atuam quando a criminalidade atinge as classes sociais mais abastadas, o que chama atenção da mídia e gera indignação da elite dominante. Nesse momento, a sociedade preocupa-se com as causas da criminalidade, a fim de combatê-las. Contudo, o problema do crime no Brasil constitui-se em um aspecto dramático e que deve ser contemplado por políticas públicas eficazes no seu combate.

De acordo com Rich (1997), a fragilidade das estratégias organizacionais encarregadas das políticas públicas de segurança, aliada à falta de um diagnóstico da criminalidade, dificulta as políticas preventivas de atuarem eficazmente, ou seja, as atuações das organizações não estão possibilitando detectar padrões espaciais e temporais de determinados tipos de delitos, a fim de antecipar a ocorrência desses eventos.

Para Sherman (1997), a eficácia na execução de políticas públicas preventivas de combate à criminalidade exige a identificação das comunidades locais que serão objeto da ação. Porém, fatores diversos podem afetar a escolha dos indivíduos em cometer algum tipo de crime, em virtude de predisposições pessoais, laços socializantes da instituição familiar e dos demais entes do convívio cotidiano. Sendo assim, a formulação de políticas públicas só pode obter êxito se considerar que tais fatores não estão sob o controle do Estado, ou quando estão, a intervenção pode não ser a desejada (BEATO, PEIXOTO e ANDRADE, 2004).

Segundo Peres (2002), as políticas públicas no combate à criminalidade podem contribuir para a diminuição das desigualdades sociais por meio de programas, como: geração de emprego, acesso à escola, aos serviços de saúde, além de ações específicas,

visando à redução dos fatores de risco, redução da impunidade e garantia de acesso igualitário à justiça.

Wilson (1983) ressalta que os formuladores de políticas públicas deparam-se com a deficiência de pesquisas que tragam dados confiáveis sobre as causas propulsoras do fenômeno. Tais informações são imprescindíveis para a elaboração de políticas públicas eficazes, como de segurança, justiça e cidadania. Além disso, essas políticas envolvem na sua formulação dados informacionais a respeito dos programas a serem implementados, bem como métodos analíticos de monitoramento e avaliação de seu desempenho. Portanto, as mesmas devem ter metas claras, objetivas, possíveis de serem atingidas e avaliadas.

2.6 O crime de homicídio

Considerando que a criminalidade, em específico o crime de homicídio, não se distribui homogeneamente na sociedade, diversos pesquisadores têm procurado entender sua ocorrência: os agentes, suas causas e motivações.

Crutchfield e Pitchford (1997)⁴ foram os pioneiros na análise das relações entre emprego/desemprego e a prática de crimes violentos. Examinaram a influência que o desemprego e o emprego informal, irregular e instável, com baixos salários têm sobre a prática de delitos. Os autores constataram que existe um papel sociabilizador do trabalho em todos os seus aspectos. Ou seja, este atua como um fator simbólico ponderável, até mesmo pelas expectativas de futuro que consegue ou não gerar para os indivíduos.

⁴ Estes autores também trabalharam com os dados da pesquisa *Natioanal Longitudinal Youth Survey: Teh Labor Market Experience*. Os dados usados se referem a dois anos: de 1966 e de 1979. As variáveis utilizadas foram: dados pessoais, dados de emprego, idade, sexo, raça, *status* conjugal, educação, interação social com outras pessoas com o mesmo tipo de experiência de trabalho e auto-relato de envolvimento com delitos.

Shihadeh e Ousey (1998) expandiram a abordagem de Crutchfield e Pitchford para o crime de homicídio, examinando a relação direta entre a eliminação dos postos de trabalho menos especializados e o homicídio. No período de 1970 a 1990, os autores analisaram dados de 100 cidades dos Estados Unidos, com mais de 50 mil habitantes, e avaliaram como a reestruturação econômica, urbana, a transformação social e o aumento da pobreza relacionam-se com o homicídio.

O estudo constatou que na medida em que ocorre a redução da oferta de trabalho não qualificado, não só aumenta a pobreza, mas caem também as ofertas de emprego e o salário médio, devido à grande oferta de mão-de-obra menos qualificada. Aumentando a privação econômica, cresce o homicídio, isto se dá não só pela perda do trabalho, mas porque esta perda afeta a estrutura social das comunidades: os adultos perdem o emprego e a autoridade sobre os mais jovens e não dispõem de mecanismos para convencê-los de que é possível aspirar a uma mobilidade social ascendente.

Carneiro (1999) realizou estudo na cidade do Rio de Janeiro para as taxas de homicídio – por 100 mil habitantes –, e algumas variáveis que indicam o nível de acesso a alguns direitos sociais. O autor analisou a associação entre: homicídios e pobreza; desigualdade social; nível de escolaridade do chefe da família e a presença de famílias monoparentais. A pesquisa demonstrou que várias carências sobrepostas não se neutralizam, pelo contrário, podem ampliar os efeitos negativos de cada uma dessas variáveis na estrutura familiar, o que leva aos desajustes sociais e, por conseguinte, muitas vezes, à criminalidade.

Trabalho realizado por Cano e Santos (2001), referente ao ano de 1997, revelou que renda e desigualdade não apresentam um efeito claro sobre as taxas de homicídio dos estados brasileiros. Ao contrário, é a urbanização que parece ter forte influência: são os estados urbanos, tanto os ricos quanto os pobres que detêm as mais altas taxas de homicídio.

Cárdia e Schiffer (2002), em estudos realizados no município de São Paulo, nas cinco regiões urbanas – centro, norte, sul, leste e oeste –, encontraram taxas de homicídio mais elevadas na região sul, uma das regiões mais pobres do município. A pesquisa apontou também que as maiores taxas de homicídio ocorreram na região caracterizada por maiores privações e desvantagens sociais, tais como: alta concentração de chefes de família que ganham no máximo três salários mínimos e com baixos níveis de escolaridade; escassos postos de trabalhos; alta mortalidade infantil; difícil acesso a hospitais e a postos de saúde; baixo número de agentes de segurança – polícia militar e civil, etc.

Em publicação recente, Córdia, Adorno e Poletto (2003), examinaram a relação entre taxas de homicídio – por 100 mil habitantes – e uma série de 12 variáveis que indicam o grau de acesso a alguns direitos: saúde, habitação, saneamento básico, escolaridade, renda e o perfil demográfico da população, em 96 distritos censitários do município de São Paulo. Por meio de correlações, eles identificaram o fato de as taxas de homicídio crescerem na medida em que piora o acesso a empregos, que aumenta o número de chefes de família com baixa escolaridade, menos de quatro anos de estudo, cuja moradia apresenta condições precárias, congestionamento familiar e pouco acesso à rede de esgoto e quando são piores as taxas de mortalidade infantil e de acesso a leitos hospitalares.

Dessa forma, os autores constataram que as taxas de homicídio são maiores nos distritos onde ocorre uma superposição de carências, que vão desde o acesso à saúde, à educação, à moradia até o acesso ao emprego e onde há um percentual considerável de população jovem, em geral, mais propensa a situações de violência. Também, a escassez dos fatores de proteção como a segurança pública equipada para a prevenção e combate ao crime torna a população mais suscetível à violência.

Cerqueira e Lobão (2003b) utilizaram-se da base de dados de vítimas de homicídios do Datasus/SIM⁵ e chegaram a cinco conclusões, a partir de suas análises: *a*) a taxa de homicídios no Brasil cresceu relativamente num ritmo constante de 5,6% a.a. nessas duas últimas décadas; *b*) os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, juntos, responderam por quase metade do total de homicídios no Brasil; *c*) trata-se de um problema que atinge, peremptoriamente, os homens sem instrução ou somente com o primeiro grau e cada vez mais jovens; *d*) mais de 50% dos óbitos de indivíduos entre 10 e 29 anos são resultados de homicídios; *e*) a participação da arma de fogo como instrumento de homicídio no Brasil tem-se dado em patamares sem precedentes em relação à comparação com outros países que não se encontram em situação de guerra declarada.

Mir (2004), em estudo realizado sobre a criminalidade em Curitiba, no período de abril de 2001 a abril de 2002, analisando 749 óbitos por morte violenta, chegou a resultados surpreendentes. A maior causa de morte violenta ocorre por acidentes no trânsito, 329 (43,9%), e a segunda maior causa foi o ferimento oriundo de arma de fogo, com 193 casos (25,8%). O estudo revelou, também, que o perfil de óbitos por arma de fogo no Paraná, em específico na cidade de Curitiba, teve um avanço nos últimos 20 anos: no ano de 1979 contabilizava-se 28% e, em 1998, totalizou-se 61%.

Deve-se ressaltar os dados da pesquisa realizada por Mir (2004), pois, no *ranking* das 100 cidades mais violentas do país, com população superior a 100 mil habitantes, os dados divulgados pelo Ministério da Saúde, no ano de 2005, referentes ao ano base de 2004, apontam a cidade de Curitiba ocupando a sexta posição dentre as cidades onde há mais risco de mortes violentas: homicídio por arma de fogo sem causa determinada, suicídio e acidente de trânsito (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

⁵ Datasus/SIM - Banco de dados disponibilizado pelo Ministério da Saúde e que divulga informações que servem de subsídios para: pesquisa, análise objetiva da situação sanitária, detectar as causas de mortalidade, tomada de decisões baseadas em evidências e programação de ações de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

Diversos dos estudos apontados acima, especialmente o realizado por Cárdua, Adorno e Poletto (2003), demonstram que escassos acessos aos direitos econômicos e sociais, para largos setores da população, têm relação com o crescimento das taxas de violência, em particular, com as de homicídio. Consideram ainda, que as ocorrências de homicídio não se encontram homogeneamente distribuídas nas áreas urbanas e que nem toda população tem acesso aos direitos econômicos e sociais da mesma forma.

Em âmbito regional – oeste do Estado do Paraná – é escassa a discussão sobre criminalidade especialmente sobre o crime de homicídio. Porém, é importante, salientar que, trabalhos como o de Schaefer (2000), Borilli e Shikida (2002 e 2003) e Engel (2003), deram contribuição importante, embora tratassem, fundamentalmente, do crime lucrativo, pautados na teoria da escolha racional.

3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1 Contextualização teórica: principais teorias que norteiam o estudo das causas da criminalidade

O fenômeno da criminalidade tem chamado a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, que buscam entender sua ocorrência, bem como as causas e as motivações que levam o indivíduo a delinquir. Na busca de tentarem compreender as causas da criminalidade, os estudiosos seguem em duas direções: a) a das motivações individuais e dos processos que levariam as pessoas a tornarem-se criminosas: traço de personalidade, uso de álcool e drogas, fatores patológicos, entre outros, que influenciam o cotidiano dos indivíduos; e, b) a das variações culturais e organizacionais, como valores relacionados aos papéis de *status* social, segregação, urbanização e o uso da violência para a resolução de conflitos que levariam ao crime (CERQUEIRA e LOBÃO, 2003a).

De acordo com Cano e Soares (2002) *apud* Cerqueira e Lobão (2003a, p. 4), é possível agregar as diversas abordagens sobre as causas da criminalidade em cinco agrupamentos, que são:

[...] a) teorias que tentam explicar o crime em termos de patologia individual; b) teorias centradas no *homo economicus*, isto é, no crime como uma atividade maximização do lucro; c) teorias que consideram o crime como subproduto de um sistema social perverso ou deficiente; d) teorias que entendem o crime como uma consequência da perda de controle e da organização social na sociedade moderna; e, e) correntes que defendem explicações do crime em função de fatores situacionais ou de oportunidades.

As teorias que tentam explicar as causas da criminalidade em razão das patologias individuais baseiam-se na idéia de uma criminalidade hereditária, ou seja,

existiriam indivíduos propensos naturalmente ao crime devido a sua natureza biológica, psicológica e psiquiátrica (LOMBROSO, 1876 *apud* OLIVEIRA, 2002). As teorias centradas no *homo economicus*, também conhecidas como teoria da escolha racional, desenvolvida por Becker (1968), impuseram um marco na abordagem ao desenvolver um modelo formal em que o ato criminoso decorre de uma avaliação racional do indivíduo em torno dos benefícios e custos envolvidos, ou seja, o crime é visto como uma atividade de maximização do lucro.

Já as teorias que consideram o crime como um dos subprodutos do sistema social perverso ou deficiente, partem do pressuposto que os indivíduos são motivados para a prática criminosa a partir de variáveis que indicam focos de tensão social, tais como: distância entre aspirações individuais e expectativas; oportunidades bloqueadas; frustração relativa; eventos de vida negativos; sofrimento cotidiano; e relações negativas com adultos.

O crime como uma consequência da perda de controle e da organização social, na sociedade moderna, possui uma abordagem sistêmica que se dá em torno das comunidades locais, as quais são entendidas como um sistema de redes de associações formais e informais, de relações de amizades, parentescos e de todas as outras que, de alguma forma, contribuem para o processo de socialização e aculturação do indivíduo (SAMPSON e GROVES, 1989).

As correntes que explicam o crime em função de fatores situacionais ou de oportunidades enfatizam que o mesmo ocorre em ambientes caracterizados pela existência de três elementos: uma vítima em potencial, um agressor em potencial e uma tecnologia de proteção ditada pelo estilo de vida da vítima em potencial, neste caso, quanto maior a provisão de recursos para proteção, maiores os custos para se perpetrar o crime e menores as oportunidades para o agressor.

Embora, algumas correntes defendam a idéia de que as causas para o surgimento da criminalidade devam ser buscadas nas características individuais dos

criminosos, observações a partir de estatísticas divulgadas pela OMS e SEADE têm apontado um percentual significativo de registros de crimes ocorridos em meio às comunidades pobres das áreas urbanas (MIR, 2004). Isto evidencia que as causas da violência e da criminalidade devem ser buscadas dentro das próprias comunidades, em suas diversas configurações estruturais, sociais e culturais.

Indicadores de desigualdades sociais, tais como: taxas de desemprego, baixa renda, analfabetismo, difícil acesso aos serviços públicos – hospitais, escolas, saneamento básico, justiça –, as precárias condições de vida, alta densidade populacional, a ineficácia das instituições de segurança públicas e judiciais, podem ser evidenciadas na estrutura social. Diversos estudos utilizaram-se destes indicadores como fatores predominantes relacionados ao crescimento da violência, dentre eles destacam-se: Costa *et al.* (2001), Córdia e Shiffer (2002) e Peres (2002) entre outros.

Apesar de ainda não haver um consenso pleno a respeito do assunto, estudos como os de Coelho (1978), Paixão (1990), Beato e Reis (2000), Sampson, Raudenbush e Earls (1997), dentre outros, demonstram que não existe necessariamente qualquer relação causal diretamente positiva entre pobreza e crime. Por outro lado, a presença de concentração de desvantagens econômicas e estruturais em uma comunidade pode propiciar o surgimento de uma série de fatores que contribuem para o aparecimento da criminalidade.

Nesse nó de problemas, muitos fios têm que ser desembaraçados e metodicamente percorridos para que se retome a costura. Um deles é o da relação entre criminalidade e pobreza. As explicações deterministas e reducionistas vêem nos pobres sistematicamente os mais afeitos à criminalidade ou ao uso da violência. Se é inegável que crises econômicas e sociais podem ser associadas ao aumento de certos tipos de crime, a equação não se explica pela relação direta e imediata entre a baixa renda e a criminalidade. Essa equação assim posta, apesar de falsa, acaba por criar estereótipos fortes sobre quem são os criminosos potenciais ou os suspeitos número um, o que vem a se tornar um dos mecanismos mais eficazes na ampliação da criminalidade e no surgimento de uma certa solidariedade entre os que desrespeitam a lei eventualmente e mesmo os que já optaram por uma carreira criminosa, de um lado, e os trabalhadores, de outro. Do ponto de vista meramente estatístico, essa afirmação tem o efeito de uma profecia autocumprida, por serem objeto de suspeita sistemática, sendo presos para averiguação pelo simples fato de estarem perambulando pelas ruas. Desse modo, os trabalhadores pobres, mesmo

quando fazem o esforço de manter a identidade de trabalhador no desemprego ou com baixos salários e ganhos, acabam sendo autuados por pequenos delitos. É esse o truque da super-representação dos pobres nas estatísticas ilegais ou criminosas (ZALUAR, 1994, p 59).

Dentre as perspectivas teóricas a respeito da criminalidade apontadas, neste estudo segue-se a linha de raciocínio de Shaw e Mckay (1942); Bursik (1988); Bursik e Grasmick (1993); Morenoff, Sampson e Raudenbush. (2001); Sampson, Raudenbush e Earls (1997); e de alguns pesquisadores brasileiros que desenvolveram trabalhos neste sentido, como Zaluar (1985); Pezzin (1986) e Andrade e Lisboa (2000) dentre outros. Estes autores ao invés de atribuir as causas da criminalidade a fatores amplos e genéricos, defendem a idéia de que o surgimento da criminalidade tem uma relação direta com o modo como a sociedade se articula dentro das próprias comunidades. Uma série de fatores sociais, econômicos e estruturais contribui neste sentido, na análise que procura formular proposições em termos sistêmicos.

3.2 Estudo das causas da criminalidade a partir das teorias de abordagem sistêmica⁶

3.2.1 Teoria da desorganização social

A partir de um grande *survey* aplicado na cidade de Chicago, os sociólogos Clifford Shaw e Henry McKay (1942) desenvolveram trabalhos, cujo enfoque centrou-se sobre as comunidades locais, ou seja, nas associações formais e informais que contribuem para o processo de socialização e aculturação do indivíduo. Estas relações estariam condicionadas por fatores estruturais, como *status* econômico, heterogeneidade étnica e mobilidade residencial. Os autores atribuíram o surgimento da violência e da criminalidade à desorganização social de determinadas comunidades e à incapacidade que elas teriam em conceber valores comuns e, conseqüentemente, de controlarem, de maneira efetiva, o comportamento de seus membros.

A privação econômica, como fator gerador da criminalidade, foi contestada pela teoria clássica da desorganização social, proposta por Shaw e McKay (1942). Segundo os autores, o processo desordenado de urbanização e a pobreza geram a desorganização social: concentração de desvantagens econômicas e estruturais, altas taxas de rotatividade residencial e heterogeneidade étnica. Esta desorganização, por sua vez, como demonstra Kornhauser (1978), diminui a integração e a coesão existentes entre os membros de uma comunidade, o

⁶ A abordagem sistêmica visa ao estudo do desempenho global, ao invés de concentrar-se isoladamente nas partes/indivíduos, sendo estes sensíveis ao meio com o qual interagem, considerado variável, dinâmico e imprevisível. Ver mais: CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

que acaba acarretando o baixo poder de manutenção do controle social efetivo sobre o comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, sobre o surgimento do crime.

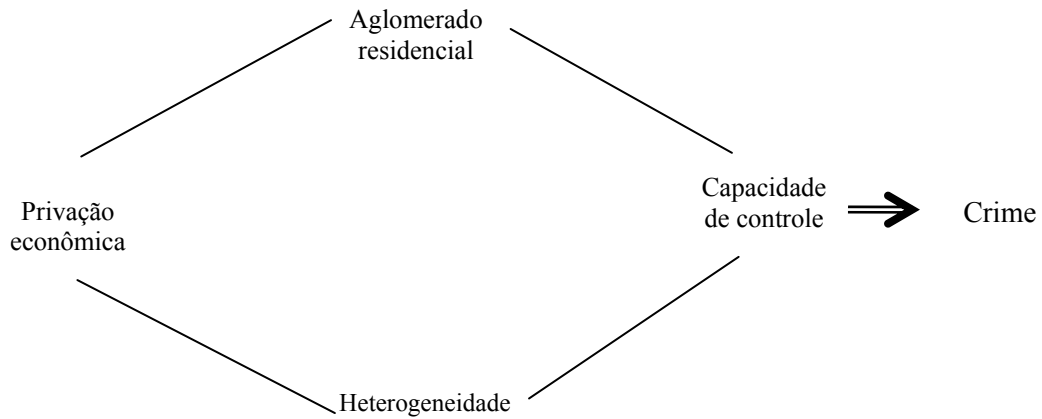
Shaw e Mckay (1942) demonstraram, em seus estudos, que a violência e a criminalidade surgiam com mais intensidade nas comunidades pobres e degradadas das áreas urbanas, não devido à pobreza em si, mas, sim, devido ao altíssimo grau de desorganização social das mesmas. Assim, comunidades onde a vizinhança é socialmente desorganizada, onde não há vínculo moral entre os indivíduos, estas tendem a diminuir os custos morais de seus integrantes para a prática de crimes. Conforme afirma Bursik (1988, p. 520):

In it's purest formulation, social disorganization refers to the inability of local communities to realize the common values of their residents or solve commonly experienced problems. Population turnover and heterogeneity are assumed to increase the likelihood of disorganization for the following reasons: 1- Institutions pertaining to internal control are difficult to establish when many residents are uninterested in communities they hope to leave at the first opportunity. 2- The development of primary relationships that result in informal structures of social control is less likely when local networks are in a continual state of flux. 3- Heterogeneity impedes communication and thus obstructs the quest to solve common problems and reach common goals.⁷

O modelo proposto por Shaw e Mckay (1942), Figura 1, possibilita a visualização das principais proposições da teoria da Desorganização Social:

⁷ Bursik (1988, p. 520): Na sua mais pura formulação, a desorganização social refere-se à inaptidão das comunidades locais na realização de valores comuns de seus residentes ou na resolução de problemas geralmente existentes. Presume-se que a reorganização da população e a heterogeneidade aumentam a probabilidade de desorganização pelas seguintes razões: 1 - instituições que pertencem a controles internos são difíceis de estabelecerem-se quando muitos residentes não se interessam por comunidades das quais eles esperam partir na primeira oportunidade; 2 - o desenvolvimento de relações primárias que resultam em estruturas informais de controle social é menos provável quando redes locais estiverem em um estado ininterrupto de fluxo; 3 – a heterogeneidade impede a comunicação e assim dificulta a questão da resolução de problemas e no alcance de metas comuns. Traduzido pela autora.

Figura 1 – Modelo proposto por Shaw e Mckay (1942)



Fonte: Shaw e Mckay (1942) – Traduzido pela autora.

Embora a teoria de Shaw e McKay (1942) possua um bom nível de aceitação, ela sofreu sérias críticas devido ao fato de a abordagem original da teoria não possibilitar a aferição do grau de desorganização social de uma comunidade devido à falta de detalhamento das variáveis (BURSIK, 1988).

3.2.2 Teoria do controle social

O modelo teórico da desorganização social proposto por Shaw e McKay exerceu forte influência sobre diversos outros estudos que passaram a adotar seus postulados como base para o desenvolvimento de novas teorias. Bursik e Grasmick (1993) trabalharam a teoria da desorganização social, no sentido de dar maior precisão à tese original, ao depurarem os mecanismos, por meio dos quais a concentração de desvantagens econômicas e

sociais poderiam desencadear o processo da violência e da criminalidade em uma comunidade.

Ainda, segundo os autores, a teoria de Shaw e McKay não especificava por meio de quais processos a desorganização social de uma comunidade criava um ambiente propício para o surgimento da delinquência. Assim, os autores propuseram que, muito mais que criar um ambiente propício para o crime, a desorganização social provoca o enfraquecimento de instâncias formais e informais de controle. Destacam, ainda, que o modelo proposto nada mais era que uma teoria do controle social elaborada em nível de grupo.

Dentro de uma visão sistêmica, Bursik e Grasmick (1993) reforçam a idéia de que, nas comunidades, o controle social do comportamento dos indivíduos acontece em dois níveis distintos: a) o nível informal de controle que é exercido dentro dos grupos primários de socialização – amigos, família, redes de afinidades; e, b) nível formal de controle, que é exercido por instituições que coabitam e atuam dentro das vizinhanças: associações comunitárias, escolas, igrejas e até mesmo a polícia. De alguma forma, a desestruturação das comunidades gera o enfraquecimento das instâncias destes controles nas três esferas específicas: a) privada; b) paroquial; e, c) pública.

A esfera privada refere-se às relações primárias e pessoais que se estabelecem entre amigos, parentes e vizinhos. Em comunidades que apresentam altas taxas de rotatividade residencial, tais relações encontram-se enfraquecidas, assim como o controle social que deveria ser exercido por elas. A esfera paroquial, por sua vez, refere-se às relações que moradores de uma determinada comunidade estabelecem com as associações e instituições locais. Portanto, em comunidades onde a população é marcada por heterogeneidade étnica, observa-se um baixíssimo grau de associativismo e, conseqüentemente, o enfraquecimento de tais instituições e um baixo grau de controle social.

Finalmente, a esfera pública diz respeito à capacidade que uma comunidade tem de mobilizar aparelhos estatais, em prol de si mesma.

Portanto, ao contrário do proposto por Shaw e McKay (1942), os estudos de Bursik e Grasmick (1993) enfatizam que a concentração de desvantagens em determinadas comunidades – econômicas, estruturais e sociais – não seriam os propulsores diretos do crime, mas sim indiretos. Segundo os autores, num primeiro momento, a pobreza e a desestruturação social minam as instituições que são responsáveis pela socialização e pelo controle do comportamento dos indivíduos. Somente, então, estas comunidades perdem sua capacidade de estabelecer uma gama de valores comuns e de resolver internamente seus problemas, criando, assim, o cenário propício para o surgimento da violência e da criminalidade.

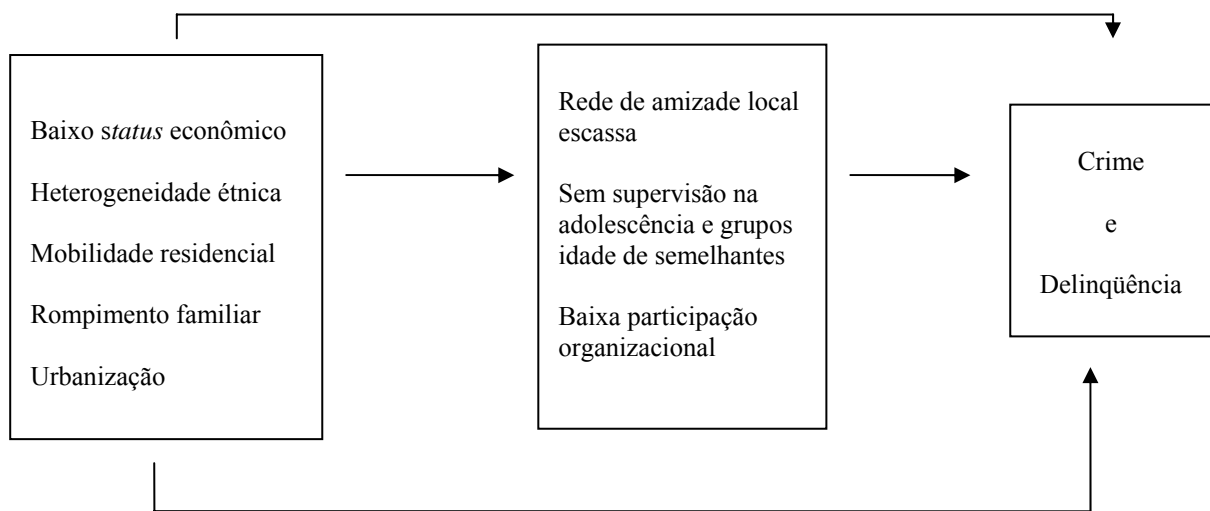
3.2.3 Teoria de eficácia coletiva

Ainda, tomando como base o estudo original de Shaw e McKay (1942) e, na tentativa de elucidar a relação existente entre a configuração de determinadas comunidades e o surgimento da criminalidade, Sampson e Groves (1989) iniciaram trabalhos tendo como foco o fato de que a criminalidade seria uma consequência direta ou indireta do modo como as pessoas se articulam dentro das comunidades, no intuito de suprir as múltiplas carências existentes, inerentes a fatores estruturais, sócio-econômicos, demográficos e culturais.

Dessa forma, outras duas variáveis foram adicionadas na proposição original da teoria de desorganização social. Inicialmente, a desorganização de uma comunidade estava caracterizada, basicamente, por três fatores: a) baixo status sócio-

econômico; b) heterogeneidade étnica; e, c) alto nível de rotatividade residencial. Sampson e Groves (1989), em sua contribuição à teoria, propuseram outros dois fatores: a) desestruturação das famílias; e, b) processo de urbanização rápido e desordenado. Estes devem ser levados em consideração como fomentadores da violência e da criminalidade (Figura 2):

Figura 2 - Modelo proposto por Sampson e Groves (1989)



Fonte: Sampson e Groves (1989, p. 781) – Traduzido pela autora.

Assim, nas palavras de Sampson e Groves (1989, p. 781):

[...] Although Shaw and McKay (1942) were primarily concerned with intracity patterns of delinquency, their theoretical framework is consistent with the idea that urban communities have a decreased capacity for social control, compared with suburban and rural areas. In particular, urbanization may weaken local kinship and friendship networks and impede social participation in local affairs⁸.

Em busca de uma explicação mais precisa para o surgimento do fenômeno da criminalidade em comunidades menos favorecidas Sampson, Raundenbush e Earls (1997) passaram a trabalhar com o conceito de eficácia coletiva, que deve ser entendido como um

⁸ [...] Embora Shaw e McKay (1942) estivessem preocupados principalmente com padrões de delinquência no meio urbano, seus estudos indicam que as comunidades urbanas apresentam uma capacidade diminuída de controle social, comparando-se o meio suburbano com as áreas rurais. Em particular, a urbanização pode debilitar o parentesco local e o círculo de amizade e impedir a participação social em atividades locais. Traduzido pela autora.

complexo sistema formado pela coesão social existente entre os membros de uma vizinhança, pela confiança mútua estabelecida entre moradores, pela disponibilidade que estes têm de controlar o comportamento mútuo e de agir em prol do bem comum.

Cabe ressaltar que, assim como Shaw e McKay (1942), Bursik e Grasmick (1993), Sampson, Raudenbush e Earls (1997) também desenvolveram uma teoria pautada em termos sistêmicos, onde a comunidade e a vizinhança continuam a ser vistas como um intrincado sistema de afinidades e redes de associação baseadas em instituições, como famílias e outras instâncias comunitárias, portanto, nenhuma proposição é feita de modo a levar em consideração apenas o indivíduo.

Assim, uma comunidade organizada seria aquela onde a população local conseguisse estabelecer um alto nível de coesão social⁹ e, conseqüentemente, exercer um controle social efetivo sobre seus membros, ou seja, alto grau de eficácia coletiva. Isto possibilitaria às comunidades a capacidade de supervisionar as atividades das crianças, bem como controlar a formação de grupos juvenis ou outros movimentos grupais não desejáveis, possibilitando detectar e evitar o surgimento do fenômeno da violência. Dessa forma, a coesão social torna-se um elemento chave para o controle da delinquência e da criminalidade (THRASHER, 1927; SHAW e MCKAY, 1942; SHORT e STRODBECK, 1965; REISS, 1986).

Como destacam Sampson, Raudenbush e Earls (1997, p. 217):

Although social control is often a response to deviant behavior, it should not be equated with formal regulation or forced conformity by institutions such as the police and courts. Rather, social control refers generally to the capacity of a group to regulate its members according to desired principles – to realize collective, as opposed to forced, goals. One central goal is the desire of community residents to live in a safe and orderly environments that are free of predatory crime, especially interpersonal violence. (...) In contrast to formally or externally induced actions, we focus on the effectiveness of informal mechanisms by which residents themselves achieve public order. Examples of informal social control include the monitoring of

⁹ No caso, “Coesão Social” é definida por Sampson, Raudenbush e Earls como sendo a capacidade que os moradores de uma comunidade têm em estabelecer uma gama de valores comuns e de orientarem-se de acordo com eles.

spontaneous play groups among children, a willingness to intervene to prevent acts such as truancy and street-corner 'hanging' by teenage peer groups, and the confrontation of persons who are exploiting or disturbing public spaces. (...) At the neighborhood level, the willingness of local residents to intervene for the common good depends in large part on conditions of mutual trust and solidarity among neighbors. Indeed, one is unlikely to intervene in a neighborhood context in which the rules are unclear and people mistrust or fear one another. It follows that socially cohesive neighborhoods will prove the most fertile contexts for the realization of informal social control. In sum, it is the linkage of mutual trust and the willingness to intervene for the common good that defines the neighborhood context of collective efficacy. Just as individuals vary in their capacity for efficacious action, so too do neighborhoods vary in their capacity to achieve common goals¹⁰.

Portanto, comunidades socialmente desorganizadas e com baixo grau de eficácia coletiva perdem a capacidade de controlar o comportamento de seus indivíduos por meio de mecanismos formais e informais e também de resolver internamente seus problemas. Contudo, as construções teóricas anteriores ao conceito de eficácia coletiva tratavam a comunidade como uma rede de sociabilidade primária, ou seja, um sistema onde as pessoas se conhecem, os contatos são feitos face a face e as relações, em sua grande maioria, são pessoais. Entretanto, o crescimento das cidades e o processo acelerado de urbanização têm inviabilizado este tipo de relacionamento e de configuração social.

Neste sentido, Sampson, Raudenbush e Earls (1997) destacam que as pessoas não necessitam de laços sociais estreitos para constituírem uma comunidade

¹⁰ Sampson, Raudenbush e Earls (1997, p. 217): Embora o controle social seja frequentemente uma resposta a comportamento anti-convencional, não deveria ser comparado a regulamento formal ou conformidade forçada através de instituições, tais como a polícia e os tribunais. Na verdade, um controle social eficiente geralmente se refere à capacidade de um grupo de regular seus participantes de acordo com princípios desejados - perceber coletivo, ao invés de forçar metas. Uma meta central é o desejo de residentes em comunidades de viver em ambientes seguros e em ordem, estando livres do crime predatório e da violência especialmente a interpessoal. [...] Comparando-se com ações induzidas formais ou externas, nós focalizamos na efetividade de mecanismos informais pelos quais os próprios moradores alcançam a ordem pública. Exemplos de controle social informal incluem o monitoramento espontâneo pelos grupos das brincadeiras infantis, o voluntariado na intervenção de atos como ociosidade e vadiagem de rua pelos próprios adolescentes, e a confrontação de pessoas que estão perambulando ou perturbando em espaços públicos. [...] em nível de bairro. A vontade dos moradores locais para intervir para o bem comum depende, em grande parte, de condições de confiança mútua e solidariedade entre vizinhos. Notadamente, é improvável uma pessoa intervir em um contexto de bairro no qual as regras estão obscuras e as pessoas desconfiam ou temem um ao outro. Seguindo-se que bairros socialmente coesos serão contextos mais férteis para a realização de controle social informal. Em suma, é o composto de confiança mútua e a vontade para intervir para o bem comum que define o contexto de bairro de eficácia coletiva. Assim como os indivíduos variam em suas capacidades de ações eficazes, assim também os bairros variam em suas capacidades de alcançar objetivos comuns. Traduzido pela autora.

socialmente coesa e organizada, desde que compartilhem da mesma gama de valores e consolidem a expectativa de que todos devem intervir para manter o controle social.

Assim, a eficácia coletiva nada mais é que uma construção teórica que enfatiza as expectativas compartilhadas e o engajamento mútuo dos moradores de uma comunidade em torno de um objetivo comum, ou seja, a manutenção do controle social. Além da coesão social, da confiança mútua, também é preciso ressaltar o importante papel que as organizações e instituições comunitárias desempenham no combate à violência e à criminalidade e são estas instituições que representam a comunidade politicamente frente às instituições governamentais, as que requisitam o acesso aos serviços públicos para suprir as carências ali existentes.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa parte da análise de um contexto local, o município de Toledo (PR), buscando compreender a relação entre indicadores socioeconômicos e a incidência de criminalidade para o período 1991 a 2000, especificamente em relação ao crime de homicídio.

O estudo tem como recorte a criminalidade a partir dos registros de crimes de homicídio tentados e consumados extraídos dos processos criminais do Fórum da Comarca de Toledo. Quanto à classificação dos crimes ocorridos, conforme o Código Penal Brasileiro, tem-se que 53,63% dos processos estão classificados como homicídio simples ou qualificado e 46,36% classificados como homicídio tentado. As tipificações dos crimes foram extraídas da fase inicial dos processos, ou seja, quando foi oferecida a denúncia¹¹ (art. 41 do Código de Processo Penal) pelo representante do Ministério Público (Tabela 1).

Tabela 1 – Tipificação dos crimes

Tipificação	Quantidade	%
Homicídio simples ou qualificado	59	53,63
Homicídio tentado	51	46,36
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

O tamanho do universo da pesquisa, referente ao crime de homicídio consumado e tentado no período de 1991 a 2000, consiste num universo de 129 processos criminais, sendo que 110 processos encontravam-se disponíveis para consulta na 1ª Vara Criminal do Fórum da Comarca do município de Toledo. Os demais 19 processos, no momento da realização da pesquisa – mês de agosto e setembro de 2005 – encontravam-se em trâmite nas instâncias superiores de julgamento: fase recursal junto ao Tribunal de Justiça e/ou

¹¹ Art. 41 – A denúncia conterá a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimento pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol de testemunhas. O Ministério Público, em decorrência do princípio da obrigatoriedade, deve oferecer a denúncia, com o fim de promover o início da ação penal (MIRABETE, 1997).

Supremo Tribunal Federal, impossibilitando a sua análise. Assim a amostra desse estudo compreendeu 110 processos, que correspondem a 85,27% dos processos criminais, ou seja, 100% dos processos que estavam disponíveis.

A escolha do crime de homicídio, dentre os demais crimes justifica-se, nesta pesquisa, pelo fato de que este delito implica na menor forma de sub-registro em relação aos outros tipos de crimes. O sub-registro é responsável pela existência da cifra negra, ou seja, o montante de crimes cometidos numa determinada comunidade que não são notificados e, portanto, não se pode tomar conhecimento de sua dimensão e distribuição. Segundo Beato (1999, p.12) “[...] pesquisadores preferem tomar os crimes de homicídios por que esta é uma modalidade de crime em que os sub-registros e os problemas legais de classificação são menores”.

Quanto à acessibilidade aos processos para a coleta dos dados, não houve obstáculos, pois os processos criminais encontram-se nas dependências do Fórum da Comarca de Toledo (PR), e seu acesso foi autorizado pelo Juiz de Direito responsável pela 1ª Vara Criminal. Entretanto, a extração dos dados demandou conhecimento prévio da pesquisadora dos termos jurídicos utilizados pelos operadores do direito, além da capacidade de captar e interpretar informações contidas nos relatos dos acusados e testemunhas ouvidas quando da instrução do processo criminal.

A inexistência de estatísticas oficiais demandou da pesquisadora esforços no sentido de construir uma ferramenta que viabilizasse a mensuração e padronização das informações constantes dos processos criminais. Para tanto foi desenvolvido um banco de dados o que possibilitou o armazenamento e a tabulação dos dados. A coleta dos dados referentes aos crimes de homicídio foi feita através do fichamento dos processos criminais (Anexo 1), extraindo dos mesmos as variáveis socioeconômicas, visando construir o perfil dos acusados e das vítimas envolvidos em crime de homicídio. Para a construção das variáveis

sexo, idade, cor, estado civil, profissão e escolaridade optou-se pelas categorias definidas pelo IBGE. Quanto à variável condição social dos envolvidos, o critério utilizado para sua classificação quando da inexistência desta informação nos processos, foram informações socioeconômicas, tais como, sem rendimento e com advogado dativo – precária; renda de até dois salários mínimos e com advogado dativo – baixa; renda de dois a três salários mínimos e com advogado próprio – regular; renda de três a cinco salários mínimos e com advogado próprio – média e renda acima de cinco salários mínimos e com advogado próprio – alta.

Além, das variáveis socioeconômicas foram também extraídos dos processos dados referentes à tipicidade do crime de homicídio com base nas disposições do Código Penal e Código de Processo Penal e aspectos circunstanciais da ocorrência do crime com base na denúncia oferecida pelo Ministério Público. A espacialidade do crime de homicídio em Toledo (PR) foi demonstrada através de um Sistema de Geoprocessamento (GEO – ArcView 9.0), com base na taxa de ocorrência do crime de homicídios segundo os bairros.

Os indicadores socioeconômicos do município de Toledo (PR) foram delineados com base nos dados disponibilizados pelos órgãos governamentais, IBGE, IPARDES, IPEADATA, Prefeitura Municipal de Toledo e 19º Batalhão da Polícia Militar. Para os microdados dos bairros utilizou-se o ano base de 2000, pois era o único disponível para consulta divulgado por órgão oficial de pesquisa/estatística (IBGE – CENSO, 2000).

Ao término da coleta de dados, os mesmos foram computados e analisados por meio de correlações, que serviu de base para a realização de uma análise qualitativa. Através da correlação linear simples procurou-se analisar a associação entre as variáveis circunstanciais da ocorrência do crime de homicídio: local *versus* período; dia da semana *versus* período, bem como a associação das variáveis socioeconômicas dos envolvidos: escolaridade, renda, faixa etária, cor e estado civil. Este procedimento possibilitou identificar

os aspectos que se apresentaram como determinantes e que, possivelmente, teriam influenciado a forma de ocorrência dessa tipologia de crime.

No intuito de analisar existência de intercorrelações entre variáveis socioeconômicas e a incidência do crime de homicídio, utilizou-se a técnica da análise fatorial pelo método dos componentes principais que possibilita a análise de um conjunto de variáveis, agrupando os indicadores que mais se correlacionam entre si.

A análise fatorial consiste na técnica de análise multivariada voltada para o agrupamento de variáveis ou para a identificação de dimensões básicas de variáveis. De acordo com Aaker, Kumar e Day (2001, p. 573), a análise fatorial possui uma função elementar na análise dos dados, a redução do número de variáveis em grupos mais facilmente mensuráveis. Ou seja, a análise fatorial é um instrumento clássico para a análise de grandes conjuntos de variáveis, que agrupa os indicadores que mais se correlacionam entre si em um número menor de indicadores.

Segundo Fachel (1976), análise fatorial é uma técnica usada para analisar as intercorrelações entre variáveis relativas a determinados elementos comparáveis. A análise fatorial pode ser realizada por vários métodos, como, por exemplo, o método de máxima verossimilhança, dos fatores principais e dos componentes principais.

Porém, não é intuito deste trabalho discorrer sobre o conjunto de métodos estatísticos que caracterizam a análise fatorial, para maior detalhamento sobre a aplicação do método ver, por exemplo: Harman (1976), Johnson e Wichern (1982), Llanillo (1984) e Hoffmann (1992).

Pretende-se obter, por meio da análise fatorial, um número pequeno de fatores que indiquem o grau de correlação entre as variáveis socioeconômicas e a ocorrência do crime de homicídio, o que direciona este estudo, ainda que não exclusivamente para o método dos componentes principais. Para tanto, analisa-se os bairros do município de Toledo

(PR) (21 bairros), a partir de um conjunto de 11 variáveis socioeconômicas para o ano de 2000 e a taxa de homicídios para o período de 1991 a 2000. Define-se a matriz:

X a matriz 12 x 21

Assim, no intuito de captar os aspectos mais relevantes, foram destacadas 11 variáveis de indicadores socioeconômicos, juntamente, com o índice de homicídios, a partir de dados coletados junto a instituições como o IBGE (Censo 2000) e 1ª Vara Criminal da Comarca do Município de Toledo. A seleção dessas variáveis baseou-se na literatura existente sobre tratamento de dados na análise fatorial - por exemplo, Córdia, Adorno e Poletto (2003) e Hoffmann (1992), bem como na disponibilidade de dados encontrados para os bairros do município de Toledo (PR).

Os dados socioeconômicos foram coletados junto ao IBGE referentes aos 21 bairros do município de Toledo (PR), dados estes existentes apenas para o censo realizado em 2000. Já para os dados inerentes ao crime de homicídio, trata-se de dados primários extraídos dos processos criminais, a análise foi feita baseando-se nos crimes ocorridos nos 21 bairros no período de 1991 a 2000. Após a coleta dos dados, os mesmos foram ajustados visando a padronização das variáveis, ou seja, a partir dos valores absolutos encontrados, calculou-se a taxa por 1.000 habitantes para todas as variáveis dos 21 bairros analisados, conforme Tabela 35.

As variáveis socioeconômicas, para o presente estudo, foram selecionadas com o objetivo de identificar possíveis correlações entre os indicadores socioeconômicos e a ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR). A seguir são apresentadas as 12 variáveis, sendo que as variáveis de 1 a 11 são referentes aos indicadores socioeconômicos segundo os bairros – densidade populacional, domicílios, nível de escolaridade, faixa etária,

renda e acesso a rede de esgoto – e a variável 12 retrata o número de homicídios ocorridos no município de Toledo (PR), segundo os bairros:

Variável 1 – taxa de densidade populacional;

Variável 2 – taxa do número de habitantes por domicílios;

Variável 3 – taxa da população residente de 0 a 15 anos de idade;

Variável 4 – taxa da população residente com 65 anos de idade ou mais;

Variável 5 – taxa de chefes do domicílio com menos de 4 anos de estudo;

Variável 6 – taxa de chefes do domicílio com 15 ou mais anos de estudo;

Variável 7 – taxa de chefes do domicílio sem rendimento;

Variável 8 – taxa de chefes do domicílio com até 3 salários mínimos de rendimento;

Variável 9 – taxa de chefes do domicílio sem rendimento e com até 3 salários mínimos de rendimento;

Variável 10 – taxa de chefes do domicílio com mais de 20 salários mínimos de rendimento;

Variável 11 – taxa da população residente com residências conectadas com a rede de esgoto;

Variável 12 – taxa da ocorrência do crime de homicídio.

Dessa forma, diante das circunstâncias que cercam o debate da criminalidade, o presente trabalho tem por finalidade propiciar informações aos formuladores de políticas públicas que se deparam com a deficiência de pesquisas que tragam dados confiáveis sobre as causas propulsoras deste fenômeno. Pesquisas desse gênero são imprescindíveis para a elaboração de políticas públicas eficazes, além do que, as políticas públicas devem envolver na sua formulação dados informacionais a respeito dos programas a

serem implementados, bem como métodos analíticos de monitoramento e avaliação de sua performance.

5 PRINCIPAIS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DO PARANÁ, REGIÃO OESTE E MUNICÍPIO DE TOLEDO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS – 1970 A 2000

Os últimos trinta anos foram marcados por importantes transformações socioeconômicas no Estado do Paraná. Tanto a agricultura, atrelada à monocultura cafeeira, como a indústria, de pouca dinamicidade, passaram por um intenso processo de articulação e reestruturação produtiva que estabeleceu um novo padrão de inserção e competição para a economia paranaense.

As transformações produtivas ocorridas a partir da década de 1970 propiciaram as condições necessárias para a consolidação de uma economia dinâmica ao final da década de 1990. Na agricultura ocorreu acelerado processo de mecanização que implicou nova configuração de sua estrutura fundiária, ou seja, as propriedades concentraram-se nas mãos de poucos, porém, com maior capacidade de inserção internacional. A indústria, além de consolidar seu perfil de complementaridade, em relação à indústria de São Paulo, no transcorrer da década de 1980, experimentou acelerada reestruturação produtiva nos anos noventa, o que permitiu sua inserção de forma competitiva nos centros mais dinâmicos da economia brasileira, consolidando um novo padrão de produção industrial (IPARDES, 2003).

Compreender estas transformações e a contribuição para a configuração do atual cenário socioeconômico do Estado do Paraná, região oeste e município de Toledo, constituem o principal objetivo deste capítulo.

Para atingir tal propósito, este capítulo encontra-se dividido em três partes: na primeira aborda-se a caracterização socioeconômica do Estado do Paraná, no período de 1970 a 2000; na segunda parte é feita uma breve discussão sobre a evolução socioeconômica

da região oeste paranaense no período considerado. Salienda-se que essas duas primeiras partes têm por finalidade apresentar, de modo panorâmico, o Estado do Paraná e a região oeste.

A terceira parte descreve os aspectos socioeconômicos e estruturais do município de Toledo, tais como: distribuição espacial da população; processo de urbanização; habitação; estrutura familiar; educação; saúde; saneamento; perfil econômico; emprego; entre outros. Os dados apresentados neste tópico servirão de base para a análise e discussão das variáveis referentes ao crime de homicídio ocorrido no município de Toledo (PR), no período de 1991 a 2000, que será desenvolvido no capítulo 6.

5.1 Caracterização socioeconômica do Estado do Paraná – 1970 a 2000

As transformações na estrutura socioeconômica do Estado do Paraná – a modernização da agricultura, a transformação da estrutura fundiária, o crescimento econômico, juntamente, com o processo de urbanização –, iniciadas na década de 1970, contribuíram para a promoção de uma maior diversificação em sua economia. Consolidou-se assim, uma nova base tecnológica com o intenso uso, no setor agrícola, de máquinas, equipamentos mecânicos modernos e insumos, do que resultou um novo padrão de produção.

A mecanização agrícola e o surto de industrialização do Estado do Paraná acarretaram intenso fluxo migratório, para as cidades de médio porte, intensificando e acelerando o processo de urbanização. Estes trouxeram consigo novas exigências, pois esse excedente populacional começou a dirigir-se às cidades não apenas como consumidores de

produtos, mas também como consumidores de espaços que pudessem atender à necessidade de enquadrarem-se à vida urbana.

A forma intensa e acelerada com que ocorreram as transformações no meio rural fez com que a urbanização do Estado do Paraná ocorresse também de forma desorganizada, e isto gerou imensos vazios, em determinadas regiões do Estado e forte concentração de pessoas e atividades econômicas em cidades de médio porte, além da capital, Curitiba.

O crescimento da população decorre, fundamentalmente dos fluxos migratórios de origem rural. Nesse sentido, a expansão das cidades encontra-se condicionada em grande medida ao crescente aporte de populações desenraizadas do mundo rural, que se destinam às cidades para obter condições de sobrevivência em virtude de mudanças nas relações de trabalho no campo (IPARDES, 1987, p. 30).

Entre as principais características do processo de urbanização no Estado do Paraná, destacam-se: a) o aumento do grau de urbanização dos municípios; b) a intensificação dos deslocamentos populacionais de origem rural para as cidades; c) o deslocamento do próprio meio urbano em direção a maiores centros urbanos o que provocou um incremento significativo do contingente de população urbana; e, d) a formação de aglomerações urbanas em pontos específicos do território paranaense, delimitando uma concentração espacial da urbanização (TRINTIN, 2001).

A trajetória do processo de urbanização no Estado do Paraná, em seu primeiro estágio, apresenta-se como resultado do fluxo migratório da zona rural para a urbana. Até meados dos anos de 1970, este processo ocorreu de forma gradativa, sem gerar maiores pressões sobre os equipamentos públicos e à qualidade de vida das cidades paranaenses. No entanto, nas últimas décadas, o fluxo migratório acelerou-se devido ao êxodo rural decorrente do processo de mecanização agrícola.

O Paraná foi um dos estados brasileiros que mais sofreu os impactos do processo de urbanização. Em apenas vinte anos, o grau de urbanização dobrou de 36% para

73%. O processo de urbanização demasiadamente rápido agravou as difíceis condições de vida e de trabalho das massas cidadinas pobres (IPARDES, 1997).

Esse processo, muitas vezes, está relacionado ao deslocamento da população pobre dentro da própria região urbana em razão da expulsão dos moradores de certas áreas e devido à implantação de infra-estrutura, e esta ocasiona a elevação do preço de imóveis devido à imposição de uma legislação urbana mais rigorosa, tributos e outros ônus superiores à capacidade contributiva da população. A este processo associa-se a marginalidade social, na medida em que a migração acarreta maior impacto na população mais pobre que, destituída do acesso a terra e/ou aos meios de produção rural, tende a concentrar-se nas áreas periféricas dos principais centros urbanos.

Para Moura e Magalhães (1996), o crescimento econômico de uma determinada cidade ou região, quando acompanhado por um rápido crescimento populacional, demanda infra-estrutura de equipamentos e serviços públicos para atender a este acréscimo populacional. Para Raggio (1994), quando, em uma determinada região, uma grande parcela da população desloca-se para os centros urbanos, ela procura vincular-se ao mercado formal de trabalho, seja qual for a atividade, desde que coberta pela legislação trabalhista, pois esta garante-lhe alguns direitos como trabalhador. Porém, o perfil educacional desta população historicamente a excluiu, o que reduz as perspectivas de inserção na estrutura produtiva urbana.

Neste aspecto, as transformações socioeconômicas ocorridas no Estado do Paraná exigiram investimento em infra-estrutura urbana, que não foram atendidas na sua totalidade, e que podem propiciar o surgimento de áreas urbanas periféricas e marginalizadas.

Segundo Trintin (2001), o processo de diferenciação e modernização da agricultura do Estado veio acompanhado de uma transformação na estrutura fundiária. Esta ocorreu com a mudança na distribuição dos estabelecimentos agropecuários por classe de

tamanho. Por conseguinte, ocorreu uma concentração nos extratos de maior área, ou seja, os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares, que representavam 49,1% do total de unidades produtivas e ocupavam uma área de 6,8%, em 1985, após uma década, passaram a representar 41,8%, e apenas, 5,0% da área total. Essas mudanças provocaram alterações na pauta de produção da agricultura do Estado devido às novas tecnologias que foram incorporadas, compensando as restrições impostas ao setor, principalmente, em termos de expansão da área.

Ocorreram, também, transformações importantes no setor industrial a partir do ano de 1970, pois, até então, os produtos industriais apresentavam baixo grau de elaboração, pequena escala de produção e uso de tecnologias rudimentares. O novo processo industrial buscou a diversificação do segmento mediante a adoção de novas tecnologias, além de absorver a matéria prima da agropecuária do Estado. Essas mudanças decorreram de dois grandes movimentos: o primeiro resultou da política de modernização e diversificação da produção agropecuária; o segundo decorreu de um movimento mais generalizado, o qual visava à expansão da indústria nacional (TRINTIN, 2001).

O cenário das cidades no Estado do Paraná apresenta-se com áreas nobres e outras desatendidas – exclusão social e segregação sócio-espacial. Um dos indicadores desta segregação social é o déficit habitacional, que tem crescido nos últimos anos, segundo dados divulgados pelo IPARDES (2003), o qual apresentou, no ano de 1991, um déficit de domicílios de 199.464 que, no ano de 2000, passou para 256.907 domicílios. Isto representa um aumento de 28,8% no período considerado, ou seja, um aumento do déficit habitacional de em média 3% ao ano. Este déficit tem ocorrido principalmente nas áreas urbanas, enquanto na área rural, ocorre o inverso, ou seja, houve um superávit de domicílios decorrentes, principalmente, do fluxo migratório rural-urbano.

Embora dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹² tenham demonstrado uma melhoria expressiva na condição de vida da população no Estado do Paraná, nas últimas décadas, os dados divulgados pelo IBGE (2000) apresentam que apenas 1/3 da população paranaense reside em municípios com nível elevado de desenvolvimento humano (0,800). Devido à complexidade desses espaços evidencia-se a existência de desigualdades internas e extremas que se expressam em um significativo contingente populacional, cuja situação socioeconômica é desfavorável. Assim, pode-se destacar que há uma forte associação entre municípios que receberam um maior contingente de população rural e os menores índices de IDH-M.

Por outro lado, o avanço intensivo e extensivo do processo de agroindustrialização, que expulsou o homem do campo, suscitou uma complexidade maior no interior do Estado, pois exigiu da parte deste um maior investimento em infra-estrutura para o qual não estava preparado. Isto contribuiu para deteriorar as condições de vida e de trabalho nos centros urbanos, tornando ainda mais vulnerável a convivência social (IPARDES, 2003). Em virtude disso, o Paraná aparece em 6º lugar no *ranking* nacional do IDH-M, apresentando o pior desempenho entre os Estados da Região Sul. Dos 20 municípios da Região Sul com menor IDH-M, 17 são paranaenses (CONCEIÇÃO, 2004).

Uma das conseqüências da nova distribuição espacial e concentração populacional nas áreas urbanas, fruto das transformações socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas no Estado, pode ser constatada no aumento do índice da violência. Dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, entre 1999 e 2000, indicam que o número de homicídios dolosos cresceu 87%, de homicídios culposos 24%, de lesões corporais culposas 34%, de estupros 35% e de tráfico de entorpecentes 40%, além de um crescimento significativo dos crimes contra o patrimônio, como o roubo e furto. Esses dados

¹² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – mede as condições de vida da população através das variáveis como: educação, longevidade e renda.

ressaltam a necessidade de implementação de políticas públicas que possibilitem amenizar os problemas socioeconômicos que se apresentam, permitindo a integração da população.

5.2 Evolução socioeconômica da região oeste do Paraná – 1970 a 2000

A ocupação em grande escala da região oeste do Estado do Paraná é recente e resultante, principalmente, de movimentos migratórios oriundos do sul do país. O fluxo migratório ocorreu após a segunda metade da década de 1940 e inseriu-se no modelo de desenvolvimento nacional e no processo de movimentos de capitais (PIFFER,1997). Nas décadas que antecedem a colonização do Oeste do Paraná, os governos do Estado (1946-1950 e 1956-1960) adotaram discursos de incentivos à ocupação efetiva, como a divulgação das possibilidades econômicas e assistência aos imigrantes (IPARDES, 1987), associado à política do Estado Novo – governo Vargas –, que propunha a nacionalização da fronteira brasileira¹³.

A ocupação territorial da região oeste paranaense baseou-se nas pequenas propriedades voltadas para a produção de subsistência e ao mercado externo. A partir da década de 1950, com a adoção de modernas técnicas de produção, a região sofreu alterações em seu perfil produtivo, incrementando a produção de culturas mercantis – basicamente soja, milho e trigo – e direcionando-as ao mercado externo.

Pode-se dizer que o perfil socioeconômico da região oeste, até meados da década de 1970, era baseado na economia agrícola sustentada pelas pequenas propriedades, com cerca de 80% da população residente no campo. No entanto, no início da década de 1980,

¹³ Ver mais em GREGORY (1997). **Os euro-brasileiros e o espaço colonial:** a dinâmica da colonização do oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970.

a distribuição populacional se alterou, pois, as cidades passaram a concentrar a maioria da população.

A distribuição espacial da população da região oeste, nas áreas urbanas e rurais, sofreu uma drástica inversão: no ano de 1970, a população urbana era constituída por 19,9% e a rural por 80,1%; no ano de 1980, a urbana passou para 50,04% e a rural para 49,6%; já em 2000, os municípios da região oeste agregavam mais de 90% da sua população no meio urbano (IPARDES, 2002).

Essa nova configuração espacial – concentração urbana - foi decorrente principalmente do processo de modernização agrícola, que expulsou muitas famílias do campo. Essas famílias na busca por oportunidades de trabalho e por uma vida mais promissora migraram para as cidades. Tal deslocamento do campo para a cidade desencadeou a ruptura de alguns laços nas relações familiares tradicionais, além de propiciar consideráveis mudanças na ocupação do espaço da região oeste paranaense.

O processo de concentração urbana causou intenso impacto na gestão das cidades, que passaram a administrar um abrupto crescimento das demandas por equipamentos e serviços públicos, além de conflitos relacionados ao convívio social. Pois, tanto para a população urbana tradicional quanto para aquela recém chegada, o modo de ser se alterou, ou seja, o espaço urbano tornou-se um meio de difícil adaptação devido a perda do referencial identitário.

Essas transformações afetaram as famílias e o indivíduo em si. Muitas famílias vindas do campo, diante das dificuldades financeiras, acabam por instalar-se, de modo precário, na periferia das cidades. O indivíduo, antes, detentor do seu próprio meio de produção, passou a ofertar sua mão-de-obra, geralmente desqualificada para os exigentes padrões urbanos de produção. Segundo Schallenberger e Colognese, (1993, p. 72-75), esta desestruturação do indivíduo, se reflete nas:

[...] motivações, aspirações e necessidades que antes derivavam da convivência comunitária passaram a verter dos desejos individuais movidos pela mágica abstrata da modernização. Perdeu-se a referência do outro, próximo e semelhante, para, em substituição, buscar a expressão maior do eu, individualizado [...] o processo de modernização marcou profundamente as relações interpessoais. Se por um lado a nova dinâmica favoreceu o aprimoramento da comunicação, da informação e do transporte, possibilitando a eficiência e criando oportunidades para a população, por outro, distanciou os indivíduos em função das barreiras que se estabeleceram a partir do egoísmo e da ganância das pessoas.

Enquanto se traçava o novo cenário urbano, a área rural também sofria mutações decorrentes da intensificação da modernização da produção agrícola, a qual desencadeou um contínuo processo de reordenamento fundiário com a redução do número de estabelecimentos rurais de pequeno e médio porte. Este fato ocorreu, principalmente, devido à incapacidade dos pequenos produtores de adequarem-se às novas exigências tecnológicas formadas pela tríade mecânica, química e genética, pela incapacidade financeira e, ainda, por não alcançarem um padrão mínimo de produtividade. Esses fatores motivaram a venda dessas propriedades e alimentaram o processo migratório para os meios urbanos (PIFFER, 1997).

A redistribuição da população, que concentra ou esvazia determinadas regiões, acompanhado da dinâmica das atividades produtivas que se reestruturam têm representado um movimento que busca não apenas oportunidade de trabalho e renda, mas também a possibilidade de usufruir serviços básicos como educação e saúde (IPARDES, 2003).

Apesar das conseqüências sociais, o novo cenário rural – reordenamento fundiário e as novas tecnologias de produção –, possibilitou o desenvolvimento do agronegócio-cooperativado, o qual agrupou as forças produtivas fortalecendo e viabilizando a atividade dentro da nova exigência do mercado. O aumento da produção agrícola propiciou mudanças na base econômica da região, destacando-a como pólo da agroindústria.

Atualmente, a região oeste se destaca pela sua dinâmica, pois tem mostrado ser capaz de contrabalançar as fortes tendências de concentração econômica e populacional,

embora conviva com intensos fluxos migratórios marcados por trocas intra e inter-regionais, sustenta um ritmo de crescimento que contribui para o equilíbrio da região. Tais condições são visíveis, sobretudo, no desenvolvimento econômico e populacional das três maiores cidades, Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo (IPARDES, 2002).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) demonstra que a região oeste do Paraná, comparativamente às demais regiões do Estado, concentra o maior número de municípios com melhores índices. Dentre os 51 municípios que compõem a região, 11 municípios se sobressaem por apresentar índice superior a 0,800, classificação que indica padrão de alto desenvolvimento humano, são eles: Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Maripá, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Pato Bragado, Mercedes, Cascavel, Tupãssi e Nova Santa Rosa.

5.3 Aspectos socioeconômicos e estruturais do município de Toledo – 1970 a 2000

Neste tópico pretende-se delinear o processo de ocupação e transformação ocorrido no município de Toledo (PR). Inicialmente procurou-se descrever o processo de colonização do município e a configuração do espaço urbano no período de 1970 a 2000. Em seguida caracterizou-se aspectos socioeconômicos do município referente à população, habitação, renda, educação, saúde, saneamento e segurança pública, evidenciando a década de 1990, devido o recorte deste estudo.

5.3.1 Processo de colonização do município de Toledo

O processo de colonização do município de Toledo inseriu-se num cenário nacional de preocupação com a segurança da fronteira nacional e com a integração das fronteiras agrícolas, bem como sua expansão. Para que isto ocorresse de forma rápida e racional, o governo federal iniciou a chamada política “marcha para o oeste¹⁴” desencadeando o processo de colonização e de ocupação das terras fronteiriças do Estado do Paraná.

A colonização da região e do que viria a ser o município de Toledo¹⁵ foi feita pela Industrial Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ¹⁶. O projeto da MARIPÁ foi estruturado e implantado na região oeste paranaense devido ao potencial econômico visualizado na comercialização de madeiras e lotes de terras. A colonizadora tinha como objetivo transformar o oeste no celeiro do Estado do Paraná e, para isso, precisava de população para sua colonização (SILVA, BRAGAGNOLO e MACIEL, 1988).

Para atingir o objetivo proposto, a colonizadora MARIPÁ selecionou grupos, gaúchos e catarinenses, dentre estes preferencialmente os descendentes de alemães e italianos, em sua maioria, pequenos proprietários rurais acostumados ao trabalho árduo, que entendiam de criação de animais e policultura. Segundo Schreiner (1997, p. 66) “[...] a preferência por essas etnias deu-se por serem considerados como portadores de ‘mão-de-obra esmerada’ e de ‘maior valor produtivo’”. Grupos de estrangeiros como argentinos e paraguaios já habitavam as terras que estavam sendo colonizadas, esses foram aproveitados (absorvidos) para os trabalhos braçais mais difíceis e pesados, como a extração da madeira

¹⁴ Marcha para oeste consistia de uma política ideológica do Estado Novo que propunha que as fronteiras econômicas coincidissem com as fronteiras políticas, ou seja, para o governo Vargas, o verdadeiro sentimento da brasilidade implicava em contemplar a ocupação do território através da colonização (GREGORY, 1997).

¹⁵ O município de Toledo foi fundado em 27 de março de 1946 e emancipado em 14 de dezembro de 1952 (SILVA, BRAGAGNOLO e MACIEL, 1988).

¹⁶ A Industrial Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ, foi fundada em 13 de abril 1946 (SILVA, BRAGAGNOLO e MACIEL, 1988).

(DONASSOLO, 1994).

No entanto, agricultores oriundos do norte do País e sem-terras do norte do Estado também migraram para o município para o cultivo do café, do algodão e da iniciação da pecuária em grande escala. Essas famílias, por suas características culturais e econômicas, foram forçadas a vender a sua força de trabalho no mercado como modo de sobrevivência (WACOWICZ, 1988).

Esses grupos de migrantes não sulistas sofreram uma forte discriminação por serem mineiros, nortistas e nordestinos. A cor da pele, o “pêlo duro”, o desconhecimento das técnicas produtivas da policultura, da criação de suínos e o distanciamento para com os costumes dos migrantes do sul do país causaram uma verdadeira separação entre os migrantes sulistas e os demais. Schreiner (1997, p. 70) ressalta que “[...] o critério seletivo da MARIPÁ, demonstra o desejo de estabelecer uma homogeneidade populacional na área da colonização. A escolha de um tipo específico de mão-de-obra com características culturais comuns, pressupõe a exclusão de outros”.

No município de Toledo, essa discriminação ficou geograficamente evidenciada, sendo o rio Toledo o marco divisor: quem era sulista morava no centro da cidade (margem direita do rio), enquanto os mineiros, nortistas e nordestinos foram alojar-se na periferia da cidade (margem esquerda do rio), denominada, na época, Vila Brasil¹⁷ (DONASSOLO, 1994).

No ano de 1946, a colonizadora realizou um esboço de projeção e organização do espaço urbano do município. A área escolhida para o centro da cidade situava-se à margem direita do rio Toledo, e que seria ocupada pelos migrantes sulistas. A área situada à margem esquerda do rio Toledo, que abrigava os operários da colonizadora, denominada de Vila Brasil (atual Vila Operária), seria também destinada a abrigar os demais

¹⁷ Vila Brasil – área pertencente à colonizadora MARIPÁ, posteriormente, dividida em pequenos lotes para alojar os operários (DONASSOLO, 1994).

migrantes. Ou seja, o loteamento da Vila Brasil foi criado com o objetivo de assentar os caboclos retirados dos sítios e chácaras comercializadas pela colonizadora, pois, “[...] a MARIPÁ vendia terra, e se responsabilizava em dar a terra livre, tirava quem estava instalado sob a propriedade” (DONASSOLO, 1994, p. 36), e também para acomodar os novos operários trazidos e contratados pela MARIPÁ para trabalharem na extração de madeira.

O êxito da colonização foi consagrado com a emancipação do município de Toledo em 14 de dezembro de 1952, quando já contava com uma população de 8.595 habitantes (OBERG, 1960). Entretanto, a consolidação do município só ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, com a modernização agrícola e com a adoção de novas tecnologias de produção o município passou a contar com 68.885 habitantes no ano de 1970.

Inicialmente, a MARIPÁ, estabeleceu um limite para a extensão da área de terras das colônias: pequenas propriedades rurais com, aproximadamente, 10 alqueires paulistas, ou seja, 24.200 m², sendo que cada colônia deveria possuir um núcleo residencial (SILVA, BRAGAGNOLO e MACIEL, 1988).

Os diversos ciclos econômicos ocorridos ao longo da história do município de Toledo, como consequência da própria evolução socioeconômica do município, passaram a adquirir características independentes que modificaram e criaram novas perspectivas de produção estruturadas com base no âmbito histórico de expansionismo político, social e econômico. Os principais ciclos econômicos, por ordem cronológica, foram: da erva-mate, da madeira, das terras agrícolas, da suinocultura e o ciclo do trigo e da soja.

O fator econômico dos diversos ciclos econômicos ocorridos no município de Toledo pode ser visualizado no Produto Interno Bruto – PIB. Conforme dados da Tabela 2, comparando-se o Produto Interno Bruto – PIB do município de Toledo com o do Estado do Paraná e do Brasil constata-se que o PIB *per capita* do município de Toledo, para o ano de 2000, foi de R\$ 8.762, enquanto que o do Estado do Paraná foi de R\$ 6.644 e o do Brasil foi

de R\$ 6.386. Isto demonstra o grau de crescimento econômico do município de Toledo em relação ao Estado do Paraná e ao país.

Tabela 2 - Valor do PIB Município/Estado/País – 2000

TOLEDO	PARANÁ	BRASIL
Produto Interno Bruto - PIB (R\$)		
940.162.963	62.290.113.786	1.086.700.000.000
PIB <i>Per Capita</i> (R\$)		
8.762	6.644	6.386

Fonte: IPARDES/2003

Merece destaque também a configuração da distribuição espacial da população do município de Toledo (PR). Conforme dados da Tabela 3, observa-se que, até os anos de 1970, esta estava concentrada na área rural, com um percentual de 78,24%, e a urbana com 21,76%. Entretanto, as mudanças ocorridas a partir da década de 1970, quando as propriedades agrícolas se especializaram, favoreceu a monocultura e a concentração de propriedade nas mãos de poucos, desencadeou o fenômeno denominado de êxodo rural e a conseqüente concentração urbana da população (IPARDES, 2003).

Como reflexo dessa mudança, nos anos de 1980, a população rural representava 47,10% e a urbana 52,09% da população. Segundo dados do IBGE, em 1996, esses percentuais correspondiam a apenas 15,80% para a população rural e 84,20% para a urbana. Esse fluxo acentuou-se ainda mais no ano de 2000, onde a população rural passou a representar apenas 12,5%, enquanto a urbana atingiu o índice 87,5%, consolidando, assim, a inversão do perfil da distribuição espacial da população do município de Toledo.

Tabela 3 – Evolução da população urbana e rural do município de Toledo 1970 – 2004

Ano	Urbana	%	Rural	%	Total
1970	14.986	21,76	53.899	78,24	68.885
1980	42.994	52,90	38.288	47,10	81.282
1991	72.402	76,30	22.477	23,70	94.879
1996	76.125	84,20	14.292	15,80	90.417
1997	--	--	--	--	93.756*
1998	--	--	--	--	96.659*
1999	--	--	--	--	99.387*
2000	85.920	87,50	12.280	12,50	98.200
2001	--	--	--	--	99.655*
2002	--	--	--	--	100.715*
2003	--	--	--	--	101.882*
2004	--	--	--	--	104.332*

Fonte: IBGE/2004

* = projeções do IBGE

Cabe salientar que, no período de 1990 a 1993, ocorreram desmembramentos de áreas do território do município de Toledo com a criação de novos municípios: Ouro Verde do Oeste e São Pedro do Iguazu. O impacto demográfico sofrido pela criação desses novos municípios foi uma redução de 8.752 habitantes.

5.3.2 A configuração do espaço urbano

A implementação da agricultura mecanizada e das novas técnicas de produção – utilização de máquinas e de procedimentos físicos e químicos para melhorar a qualidade da terra e aprimorar a qualidade de sementes –, trouxeram conquistas surpreendentes quando relacionadas à produtividade e ao lucro.

Esta nova forma de relacionar-se com a terra propiciou o aumento da produção em escala progressiva, ou seja, os mesmos trabalhadores passaram a produzir maiores quantidades de produtos, com melhor qualidade e em menos tempo. Porém, em contrapartida, alteraram-se drasticamente os instrumentos de produção e a forma de trabalhar

no campo, o que inviabilizou a permanência no campo de muitos trabalhadores que desenvolviam atividades manuais.

[...] nesta relação a terra deixa de ser um espaço de produção de vida para se tornar um espaço de competição e de conflitos, reproduzindo distorções sociais (SCHALLENBERGER e COLOGNESE 1993, p. 75).

A expansão agrícola, a partir dos anos 1970, foi devastadora para os pequenos agricultores que foram arrancados do campo e tiveram suas vidas profundamente modificadas e refeitas no espaço urbano. Como consequência, as cidades receberam um contingente de famílias ligadas ao campo que, por questões históricas determinadas foram obrigadas a vender sua única mercadoria – a força de trabalho (LAVERDI, 2003).

Desprovidos de seus meios de produção e não tendo quem comprasse sua força de trabalho, pois o que sabiam fazer tinha um lugar certo, o campo, essas famílias foram obrigadas a trabalhar em qualquer tipo de atividade e por qualquer remuneração, sendo esta a única alternativa para sobreviver. Esse fato colocou no mercado de trabalho milhares de trabalhadores que, despossuídos de suas terras, foram obrigados a migrarem e a transformarem-se em operários passando a viver do sub-emprego na periferia da cidade (GREGORY, 1997).

[...] a dissolução da estrutura agrária empurra para as cidades, camponeses sem posse, arruinados, ávidos de mudanças; a favela [periferia] os acolhe e desempenha o papel de mediador (insuficiente) entre o campo e a cidade, entre a produção agrícola e a indústria, frequentemente a favela [periferia] se consolida e oferece um sucedâneo à vida urbana, miserável e, no entanto intensa, àqueles que ela abriga (LEFEBVRE, 1969, p. 73).

Além da migração campo – cidade, outro fator que influenciou o rápido crescimento urbano da cidade de Toledo foi a expansão do setor industrial que atuou como instrumento de atração de mão-de-obra regional, principalmente, com a vinda do frigorífico Sadia, em 1964.

No momento em que o espaço urbano cresceu, a cidade passou a alojar e dar

vida a uma forma específica de consumo coletivo. Porém, não sendo possível realizar o desenvolvimento urbano de forma individual, o Estado passou a estruturar políticas sociais que viabilizassem o mínimo de condição humana para a sobrevivência, pois, o crescimento desordenado do município de Toledo ocorrido, principalmente, a partir da década de 1970, passou a demandar uma política de planejamento da ocupação do solo.

Assim, com o intuito de organizar o espaço urbano, em 1974, uma equipe técnica do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), após efetuar o diagnóstico da cidade de Toledo, apontou os loteamentos que não estavam atendendo às necessidades mínimas de infra-estrutura. Relatos do IPARDES (1987, p. 21) afirmam que “[...] já havia se formado na periferia de Toledo pelo menos um aglomerado urbano de trabalhadores [...], este aglomerado, em baixas condições de habitação e infra-estrutura urbana”.

Mediante tais demandas sociais, os gestores públicos passaram a investir na infra-estrutura urbana. Segundo Donassolo (1994), a população de baixa renda do município aglomerava-se de forma desumana em barracos localizados na antiga Vila Brasil (atual bairro Vila Operária). Importante ressaltar que no município havia outra área lindeira à Vila Brasil, denominada de “Pouso Frio”. Esta área foi ocupada ilegalmente por posseiros, no início da década de 1970, sem planejamento algum e sem nenhum controle pela administração pública.

A ocupação do chamado “Pouso Frio” ocorreu de forma acelerada, pois as famílias chegavam migrando de outras regiões, levantavam seus barracos, normalmente durante a noite, não restando à população local nenhuma alternativa, a não ser permitir que se acomodassem. Tais invasões geralmente acabavam resultando em conflitos por demarcações de áreas (DONASSOLO, 1994).

Nesse contexto, e, diante da situação emergencial, o poder público iniciou o processo de urbanização e legalização do “Pouso Frio” com o objetivo de resolver os conflitos

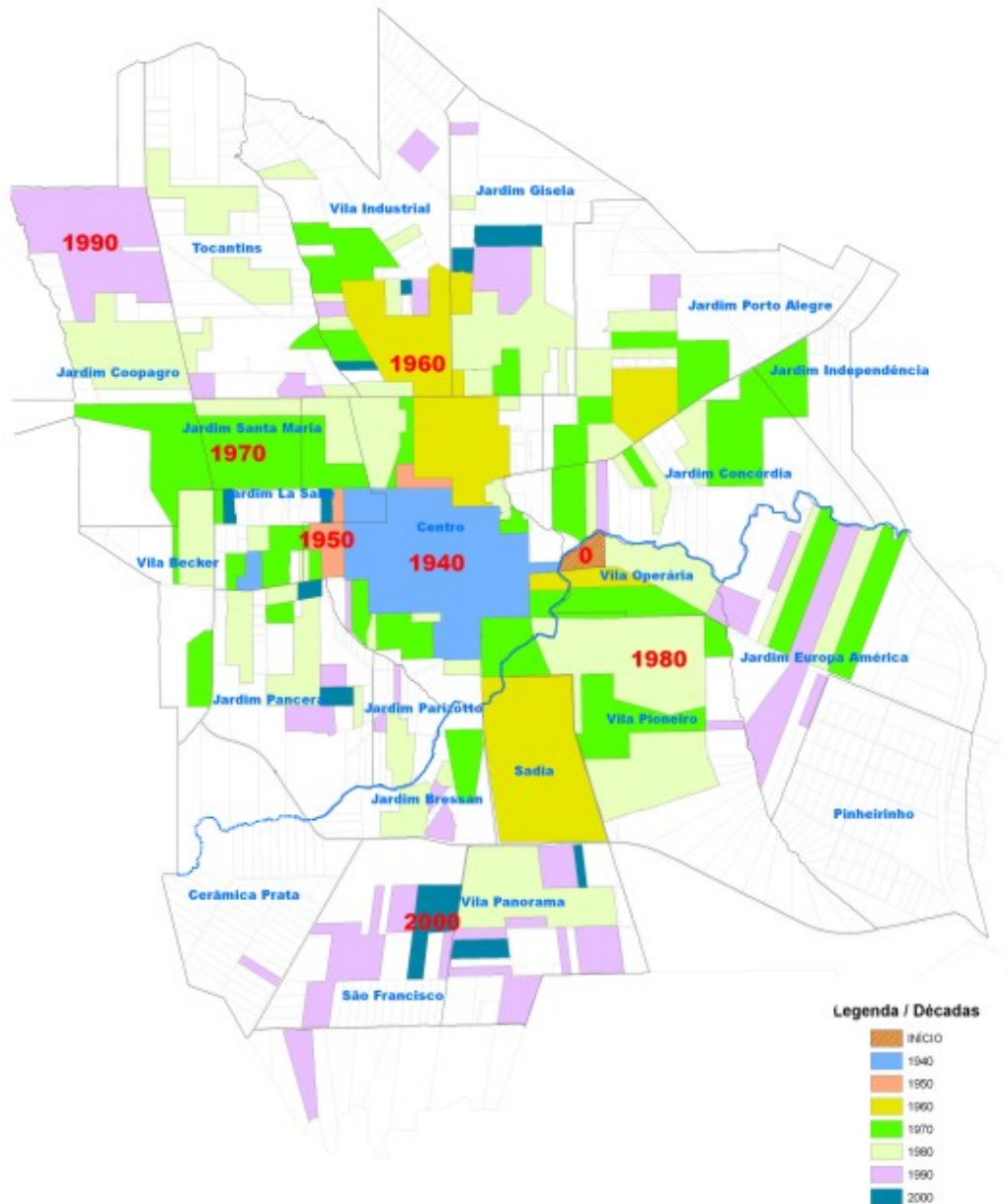
sociais ali instaurados – disputas de áreas. Vale ressaltar que, na grande maioria, as propriedades não tinham acesso aos serviços públicos e ao saneamento básico, sendo considerados como “[...] verdadeiros depósitos de seres humanos nas mais deploráveis condições de higiene e sobrevivência [...] os terrenos eram medidos com cordas ou fios de arame, estabelecendo divisas que se modificavam constantemente” (SILVA, BRAGAGNOLO e MACIEL, 1988, p. 399).

Após inúmeras situações conflituosas, em 1984, essa área foi legalizada pelo governo municipal, os moradores passaram a ter o registro legal como proprietários dos lotes, extinguindo, em definitivo, o conhecido “Pouso Frio” dando origem ao bairro da Vila Pioneira.

Considerando as necessidades de equipamentos e serviços públicos urbanos, o município passou a vivenciar gradativamente uma nova realidade e a necessidade de infraestrutura, como: arruamento planejado, pavimentação das vias públicas, melhoria da área habitacional, etc.

Atualmente, a área urbana da cidade de Toledo está constituída por 21 bairros. A formação da maioria dos bairros no município de Toledo, conforme Mapa 1, ocorreu a partir da década de 1970 e 1980, porém, alguns surgiram no início da colonização e outros foram gradativamente ocupados por migrantes vindos de outras regiões do Estado e do país e de migrantes rurais do município que, expulsos do campo, durante o processo de modernização agrícola vieram em busca de trabalho no setor industrial que estava em plena expansão.

Mapa 1 – Época da implantação dos loteamentos por bairros no município de Toledo (PR)



Fonte: Prefeitura Municipal de Toledo (2004)

5.3.3 População

A distribuição espacial inicial da população na área urbana no município de Toledo (PR) foi de certa forma, planejada havendo como já mencionado anteriormente, a separação entre alguns grupos – migrantes vindos do sul e os nortistas, mineiros entre outros –, originando, até certo ponto um isolamento entre eles.

A composição racial da população do município de Toledo, no ano de 2000, segundo dados do IBGE, era: cor branca com 78,6%, cor parda com 17,5%, cor preta representa 2,7% da população, a cor amarela 0,65%, a indígena 0,27% e sem declaração 0,16% da população (IBGE, 2000).

Quanto à composição da população, por faixa etária, constata-se que há uma predominância da população jovem, nas faixas etárias de até 19 anos, entretanto, observa-se uma elevação do número da população adulta, ou seja, nas faixas etárias de 20 a 49 anos. Outro dado em destaque é o crescimento acelerado da população que se encontra acima dos 60 anos de idade, quando comparada com as demais faixas etárias (Tabela 4).

Tabela 4 – Evolução da população por faixa etária do município de Toledo – 1970 a 2000

Faixa etária	1970	%	1980	%	1996	%	2000	%
De 0 a 9	24.056	34,92	22.134	27,23	18.614	20,54	18.215	18,55
De 10 a 19	16.500	23,95	21.199	26,08	17.959	19,82	19.280	19,63
De 20 a 29	10.979	15,94	14.704	18,09	16.777	18,51	17.374	17,69
De 30 a 39	7.912	11,49	9.537	11,73	15.465	17,07	16.891	17,20
De 40 a 49	4.880	7,08	6.618	8,14	9.728	10,74	11.824	12,04
De 50 a 59	2.590	3,76	3.948	4,86	5.846	6,45	6.981	7,11
De 60 a 69	1.229	1,78	2.087	2,57	3.942	4,35	4.636	4,72
+ de 70 anos	622	0,90	1.055	1,30	2.254	2,49	2.999	3,05
Idade	114	0,17	-	-	32	0,04	-	-
População	68.882	100,00	81.282	100,00	90.617	100,00	98.200	100,00

Fonte: IBGE - Censo 2000

A tabela 5 apresenta a distribuição da população do município de Toledo

por local de domicílio. Os dados revelam que 17,04% da população está localizada no bairro Vila Pioneiro; 11% da população reside no centro da cidade; 8,29% localizam-se no bairro Jardim Europa/América; 5,77% possuem domicílio no bairro Vila Panorama; 5,65% residem no bairro Vila Industrial; 5,22% têm seu domicílio situado no bairro Jardim Gisella; 4,79% estão situados no bairro Jardim Coopagro; 4,28% residem no bairro Jardim Porto Alegre; e, 4% encontram-se situados no bairro Jardim Concórdia.

O município de Toledo conta ainda com 09 distritos onde residem 11,63% da população. Os demais, 22,33% da população residem nos outros 13 bairros existentes na sede do município.

Tabela 5 – Distribuição da população por bairros – 2000

Bairros	Quantidade	%
Centro	10.804	11,00
Cerâmica Prata	135	0,14
Jardim Bressan	2.341	2,38
Jardim Concórdia	3.931	4,00
Jardim Coopagro	4.703	4,79
Jardim Europa/América	8.143	8,29
Jardim Gisela	5.125	5,22
Jardim Independência	347	0,35
Jardim La Salle	1.640	1,67
Jardim Pancera	2.247	2,29
Jardim Parizotto	842	0,86
Jardim Porto Alegre	4.204	4,28
Jardim Santa Maria	1.742	1,77
Pinheirinho	171	0,17
São Francisco	3.192	3,25
Tocantins	761	0,77
Vila Becker	932	0,95
Vila Industrial	5.549	5,65
Vila Operária	2.306	2,35
Vila Panorama	5.667	5,77
Vila Pioneiro	16.729	17,04
Distritos	11.418	11,63
Sem especificação	5.271	5,37
Total	98.200	100,00

Fonte: IBGE - Censo 2000

Ao analisar os dados das Tabelas 4 e 5 constata-se que a população do

município de Toledo concentra-se basicamente nos bairros da Vila Pioneira, Centro e Jardim Europa/América, sendo que a faixa etária predominante situa-se entre 0 a 19 anos de idade e a cor branca predomina com 78,6% da população do município de Toledo (PR).

5.3.4 Habitação

No início da colonização a arquitetura das casas era simples, todas de madeira provindas da própria região. Devido à abundância de matéria prima, até a década de 1960 não havia déficit habitacional. Tal problema surgiu apenas a partir de meados da década de 1970, como uma das conseqüências da migração campo – cidade (DONASSOLO, 1994).

Embora não se tenha registro no município de Toledo da existência de favelas e cortiços, Cesconeto (1997) relata a existência de pessoas vivendo em condições subumanas, em áreas invadidas com mais de uma edificação no mesmo lote ou em casas com cômodos compartilhados por mais de uma família.

Quanto ao número de imóveis urbanos, no município de Toledo, dados da Tabela 6 demonstram um crescimento acentuado (29,82%) no período de 1993 a 2000. No mesmo sentido, houve, também, um incremento acentuado no número de residências que passou de 18.000 unidades, em 1993, para 26.300, no ano de 2000, representando um acréscimo de 61,24%. Em relação ao número de casas populares, os números são ainda mais expressivos, no ano de 1993 eram apenas 2.735 unidades, passando para 11.767 unidades no ano de 2000, o que representou um incremento de 341,24%.

Tabela 6 – Evolução do número de imóveis urbanos no município de Toledo – 1993 a 2000

Tipo	1993	1996	2000
Nº de imóveis	25.240	29.674	31.317
Nº aproximado de residências	18.000	21.654	26.300
Total de lotes com edificações	15.225	18.221	22.597
Total de lotes sem edificações	7.280	11.452	8.720
Nº de residências de alvenaria	-	21.654	20.135
Nº de casas populares	2.735	11.707	11.767

Fonte: PMT/2004

A distribuição dos domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação – próprios ou cedidos –, segundo os bairros no município de Toledo encontra-se demonstrado na Tabela 7. Esses dados demonstram que os domicílios, em sua maioria, são próprios e já quitados, (17.354), enquanto que, em aquisição, encontra-se um pequeno número de domicílios (2.854), outros 2.535 domicílios encontram-se cedidos e um número expressivo, correspondente a 5.001 domicílios, encontra-se alugado. Destaca-se que os maiores números de domicílios em aquisição estão localizados nos bairros mais novos – Jardim Europa/América e São Francisco – bairros que foram contemplados com programas governamentais de incentivos a moradia, ou seja, projetos de habitação popular.

Tabela 7 – Domicílios particulares por condição de ocupação, segundo os bairros no município de Toledo – 2000

Bairros	Total	Próprio		Alugado	Cedido		Outra
		Já quitado	Em aquisição		Por empregador	De outra forma	
Toledo	27.909	17.354	2.854	5.001	896	1.639	165
Centro	3.457	1.972	161	1.102	34	144	44
Cerâmica Prata	34	17	-	1	12	4	-
Jardim Bressan	658	421	17	185	3	32	-
Jardim Concórdia	1.107	737	72	191	10	87	10
Jardim Coopagro	1.290	728	319	180	16	38	9
Jardim Europa/América	2.057	1.072	549	268	10	157	1
Jardim Gisela	1.487	886	257	280	8	54	2
Jardim Independência	102	77	-	15	-	10	-
Jardim La Salle	467	337	26	93	5	6	-
Jardim Pancera	653	443	80	84	16	29	1
Jardim Parizotto	246	139	64	35	-	8	-
Jardim Porto Alegre	1.232	841	28	297	22	43	1
Jardim Santa Maria	508	353	11	117	1	26	-
Pinheirinho	44	23	-	7	10	2	2
São Francisco	853	216	506	86	4	38	3
Tocantins	229	98	55	40	16	19	1
Vila Becker	271	186	1	64	4	16	-
Vila Industrial	1.647	1.047	109	376	22	78	15
Vila Operária	657	449	10	128	4	64	2
Vila Panorama	1.570	985	169	348	4	64	-
Vila Pioneiro	4.620	3.184	150	865	29	374	18
Sem especificação	4.720	3.143	270	239	666	346	56

Fonte: IBGE - Censo 2000

A crescente demanda por habitação e infra-estrutura urbana fez com que o município viabilizasse a implementação de novos loteamentos e a construção de casas populares – mutirões¹⁸ –, destinadas à população de menor poder aquisitivo, principalmente nos bairros mais novos – São Francisco, Jardim Europa/América –, para contornar o déficit de moradias decorrentes, principalmente, do contingente populacional que a cidade passou a receber nas últimas décadas.

Quanto à densidade habitacional por domicílio no município de Toledo (PR), dados do IBGE (2000) indicam que, em média, o número de moradores por domicílios, na área urbana do município de Toledo, variava de 3,09 a 3,97 habitantes por domicílio (Tabela 8).

¹⁸ Mutirões – programa de habitação popular criado pela Lei nº 1.227/85 destinado à população de baixa renda tendo por objetivo proporcionar moradias dignas a população carente.

Tabela 8 – Número de domicílios, moradores e média de moradores por domicílio segundo os bairros – 2000

Bairros	Domicílios particulares permanentes			Moradores em domicílios particulares permanentes			Média de moradores por domicílio particular permanente		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Centro.....	3 457	3 457	-	10 679	10 679	-	3,09	3,09	-
Cerâmica Prata.....	34	34	-	135	135	-	3,97	3,97	-
Jardim Bressan.....	658	658	-	2 333	2 333	-	3,55	3,55	-
Jardim Concórdia.....	1 107	1 107	-	3 913	3 913	-	3,53	3,53	-
Jardim Coopagro.....	1 290	1 290	-	4 677	4 677	-	3,63	3,63	-
Jardim Eur/América.....	2 057	2 057	-	8 139	8 139	-	3,96	3,96	-
Jardim Gisela.....	1 487	1 487	-	5 087	5 087	-	3,42	3,42	-
Jard. Independência.....	102	102	-	339	339	-	3,32	3,32	-
Jardim La Salle.....	467	467	-	1 630	1 630	-	3,49	3,49	-
Jardim Pancera.....	653	653	-	2 247	2 247	-	3,44	3,44	-
Jardim Parizotto.....	246	246	-	842	842	-	3,42	3,42	-
Jardim Porto Alegre.....	1 232	1 232	-	4 200	4 200	-	3,41	3,41	-
Jardim Santa Maria.....	508	508	-	1 742	1 742	-	3,43	3,43	-
Pinheirinho.....	44	44	-	162	162	-	3,68	3,68	-
Tocantins.....	229	229	-	761	761	-	3,32	3,32	-
Vila Becker.....	271	271	-	926	926	-	3,42	3,42	-
Vila Industrial.....	1 647	1 647	-	5 547	5 547	-	3,37	3,37	-
Vila Operária.....	657	657	-	2 306	2 306	-	3,51	3,51	-
Vila Panorama.....	1 570	1 570	-	5 660	5 660	-	3,61	3,61	-
Vila Pioneiro.....	4 620	4 620	-	16 704	16 704	-	3,62	3,62	-
Distritos.....	3261	1361	1300	11 409	4 335	7 014	3,53	3,10	3,63
Sem especificação.....	4 720	1 365	3 355	16 672	4 407	12 265	3,53	3,23	3,66
Total.....	27 909	24 554	3 355	97 893	85 628	12 265	3,51	3,49	3,66

Fonte: IBGE - Censo 2000

5.3.5 Renda

Dados macroeconômicos e regionais do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram a evolução da renda familiar no município de Toledo. Constatase, conforme Tabela 9, uma evolução significativa da década de 1970 para a década de 1980. A renda familiar *per capita* que era de 0,48 salário mínimo, em 1970, passou para 1,44 salário mínimo, em 1980. Posteriormente, no ano de 1991, houve um decréscimo para 1,3 salário mínimo, voltando a haver crescimento em 2000, para 2,04 salários mínimo.

Tabela 9 – Renda familiar *per capita* expressada em salários mínimo – 2000

Anos	1970	1980	1991	2000
Renda Familiar	0,48	1,44	1,3	2,04

Fonte: IPEADATA/2004

O aumento da renda *per capita*, na década de 1980, é o reflexo da modernização agrícola e do aumento da produtividade por meio da adoção de novas tecnologias de produção.

Tabela 10 – Demonstrativo da renda familiar no município de Toledo – 2000

Enquadramento salarial	Nº de pessoas atingidas	%
Até 1 salário mínimo	13.055	16,32
Mais de 1 a 2 salários mínimo	15.307	19,14
Mais de 2 a 3 salários mínimo	8.097	10,12
Mais de 3 a 5 salários mínimo	6.728	8,41
Mais de 5 a 10 salários mínimo	5.886	7,36
Mais de 10 a 20 salários mínimo	2.176	2,72
Mais de 20 salários mínimo	866	1,08
Sem rendimentos	27.867 ¹⁹	34,85
Total	79.985	100,00

Fonte: IBGE - Censo 2000 – Salário mínimo utilizado R\$ 151,00

Quanto à renda recebida pelas famílias residentes no município de Toledo, segundo dados da Tabela 10, verifica-se que 16,32% das pessoas possuíam renda de até um salário mínimo; 19,14% possuíam renda de 1 a 2 salários mínimo; 10,12% das pessoas recebiam entre 2 a 3 salários mínimo; 8,41% detinham renda entre 3 a 5 salários mínimo; 7,36% das pessoas possuíam renda entre 5 a 10 salários mínimo; 2,72% ganhavam entre 10 a 20 salários mínimo e uma outra parcela significativa, 34,85% do contingente populacional, representando um total de 27.867 pessoas, não possuíam rendimentos, segundo dados do IBGE (2000).

Ainda, em relação à renda das famílias, segundo os bairros em que residem, constata-se, conforme Tabela 11 e Mapa 2, que há uma maior concentração de famílias (25%)

¹⁹ Sem rendimentos: Segundo a definição do IBGE está é a categoria de pessoas que se mantém apenas com o que recebem de benefícios/programas sociais do Governo Federal.

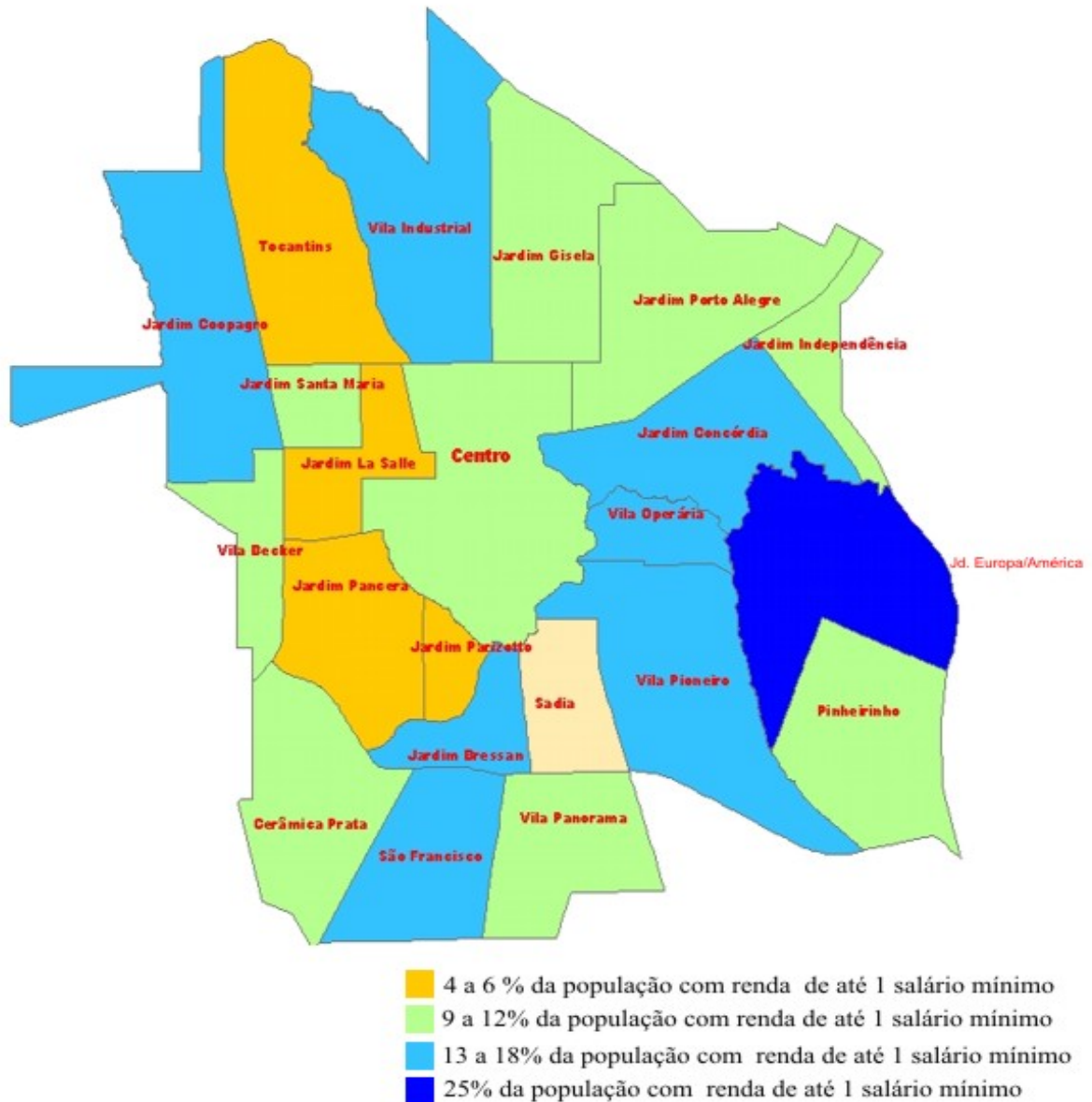
com renda de até 1 salário mínimo no bairro Jardim Europa/América; enquanto nos bairros Jardim Coopagro, Jardim Bressan, Jardim Concórdia São Francisco, Vila Industrial, Vila Operária e Vila Pioneiro o percentual de famílias que vivem com renda de até 1 salário mínimo é de 13 a 18%; nos bairros Jardim La Salle, Jardim Pancera, Jardim Parizzotto, Jardim Santa Maria e Tocantins o percentual é de 4 a 6% das famílias; no centro e nos demais bairros, 9 a 12% das famílias que ali residem possuem renda de até 1 salário mínimo. Destaca-se um número expressivo de famílias oriundas do campo as quais, geralmente, com ajuda de amigos ou parentes mudaram-se para a área urbana (CESCONETO, 1997).

Tabela 11 – Valor do rendimento médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios, segundo os bairros – 2000

Bairros	Pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes	Valor total do rendimento mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R\$)	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R\$)
Toledo.....	26 521	18 799 086	708,84
Centro.....	3 349	4 386 964	1 309,93
Cerâmica Prata.....	34	15 756	463,41
Jardim Bressan.....	623	295 576	474,44
Jardim Concórdia.....	1 048	605 159	577,44
Jardim Coopagro.....	1 197	530 754	443,40
Jardim Europa/América.....	1 917	558 130	291,15
Jardim Gisela.....	1 444	1 209 786	837,80
Jardim Independência.....	100	62 821	628,21
Jardim La Salle.....	454	1 056 652	2 327,43
Jardim Pancera.....	623	483 739	776,47
Jardim Parizzotto.....	240	180 787	753,28
Jardim Porto Alegre.....	1 192	1 003 148	841,57
Jardim Santa Maria.....	474	331 286	698,92
Pinheirinho.....	41	21 706	529,41
São Francisco.....	769	269 468	350,41
Tocantins.....	218	212 717	975,77
Vila Becker.....	252	205 098	813,88
Vila Industrial.....	1 554	1 289 971	830,10
Vila Operária.....	600	253 387	422,31
Vila Panorama.....	1 487	726 945	488,87
Vila Pioneiro.....	4 335	1 812 736	418,16
Sem especificação.....	4 570	3 286 500	719,15

Fonte: IBGE - Censo 2000

Mapa 2 – Distribuição da população urbana do município de Toledo por bairros com renda de até 1 salário mínimo



Fonte: Prefeitura Municipal de Toledo (2004)

Conforme dados da Tabela 12, o IDH-M de Toledo²⁰ teve um crescimento na última década de 10,12%, passando de 0,751, em 1991, para 0,827, em 2000. O fator que mais contribuiu para este crescimento foi a educação, com 46,7%, seguida pela longevidade, com 33,0% e pela renda, com 20,3%.

Tabela 12 – Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) –1970 a 2000

Anos	1991	2000
IDH – M	0,782	0,827

Fonte: IPEADATA/2004

Embora o IDH-M tenha crescido 10,12% na última década, a variável renda segundo dados do IBGE (2000), indica que a porcentagem da apropriação da renda por extratos da população do município de Toledo foi apropriada de forma relativamente homogênea pelas diversas camadas sociais, destacando que a única camada social que teve redução no percentual da renda foi a dos 20% mais ricos, o que possibilita dizer que mesmo de maneira tímida ou uma certa distribuição de renda para as camadas sociais mais pobres.

Os dados a Tabela 13 apontam que 80% dos mais pobres, no ano de 1991, detinham apenas de 38,3% da renda. Este quadro manteve-se quase que inalterado, ou seja, no ano de 2000, este percentual passou para 39,7%, apresentando assim um incremento de 1,4%. Em contraponto, na extremidade da pirâmide social, os 20% mais ricos detinham 61,7% da renda no ano de 1991, reduzindo para 60,4% no ano 2000, o que representou uma queda de 1,3% de participação na renda apropriada.

²⁰ O índice de desenvolvimento humano (IDH) indica que o município de Toledo ocupa a 154ª posição entre os municípios brasileiros, sendo que 153 municípios (2,8%) estão em situação superior e 5.353 municípios (97,2%) estão em situação inferior ou igual. Quanto à posição ocupada pelo município de Toledo, em relação aos outros municípios do Estado, o mesmo ocupa a 9ª posição, sendo que 8 municípios (2,0%) estão em situação superior e 390 municípios (98,0%) estão em situação inferior ou igual.

Tabela 13 – Porcentagem da renda apropriada por extratos da população do município de Toledo – 1991 e 2000

Composição da renda	1991	2000
20% mais pobres	3,5	3,6
40% mais pobres	10,3	11,1
60% mais pobres	20,9	22,3
80% mais pobres	38,3	39,7
20% mais ricos	61,7	60,4

Fonte: IBGE/Censo - 2000

O aumento do número de jovens/adolescentes que possuíam filhos precocemente (faixa etária entre 15 a 17 anos) pode indicar a vulnerabilidade da estrutura familiar e a falta de uma política social comprometida com a construção de um projeto social para as classes excluídas dos bens e serviços voltados para a sociedade (BAIERL, 2004). Para o município de Toledo (PR), no ano de 1991, o percentual de jovens que tinham filhos era de 2,8% do contingente feminino, passando para 7,7%, no ano de 2000 (IBGE, 2000).

5.3.6 Educação

Dados divulgados pelo IBGE (2000), em relação à educação no município de Toledo, indicam a existência de 6,2% da população, com mais de 15 anos de idade, não alfabetizada, ou seja, havia no município 6.164 pessoas adultas analfabetas no ano de 2000. Este índice é inferior ao do Estado do Paraná, que é de 8,6%, e ao nacional que corresponde a 13,6%.

Outro aspecto a ser destacado é o número de chefes de domicílios que não possuíam instrução ou possuíam menos de 1 ano de estudo, que representa 8,65% do total de chefes por domicílios no município de Toledo (PR). Porém, se considerar o número de chefes por domicílios que possuíam de 1 a 3 anos de estudo, esse percentual atinge 24,17%, o que

equivale a 7.539 domicílios. O número de domicílios chefiados por responsáveis com 4 a 7 anos de estudo representa 36,94%, enquanto que, na faixa de 8 a 10 anos de estudos, encontram-se 16,92% dos chefes de domicílios; outros 16,48% estão na faixa de 11 a 14 anos de estudo e, apenas, 4,72% dos domicílios são chefiados por responsáveis com mais de 15 anos de estudo (Tabela 14).

Ao analisar a distribuição dos domicílios que concentram o maior número de chefes de domicílios com menor escolaridade, ou seja, os que não possuíam instrução ou possuíam até 3 anos de estudo, segundo os bairros, constata-se que o bairro da Vila Pioneiro é o que detinha o maior número, 5,04% (do total de 4.620 domicílios, 1.572 situavam-se nesta faixa), seguido pelo bairro Jardim Europa/América com 2,77% (do total de 2.055 domicílios, 864 situavam-se nesta faixa).

Tabela 14 – Anos de estudo dos chefes dos domicílios, segundo os bairros no município de Toledo – 2000

Bairros/distritos	Total	Grupos de anos de estudo						Não determinados
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	
Centro	3.457	166	353	867	505	985	566	15
Cerâmica Prata	34	5	9	10	6	4	-	-
Jardim Bressan	658	47	78	193	169	116	12	43
Jardim Concórdia	1.107	82	199	429	211	159	21	6
Jardim Coopagro	1.290	120	195	524	234	186	27	4
Jd. Europa/América	2.057	398	466	785	282	97	9	20
Jardim Gisela	1.487	74	132	452	273	434	118	4
Jardim Independência	102	8	18	46	18	11	1	-
Jardim La Salle	467	8	33	97	58	145	116	10
Jardim Pancera	653	28	70	201	108	175	70	1
Jardim Parizotto	246	10	14	60	53	94	15	-
Jardim Porto Alegre	1.232	67	183	415	196	285	80	6
Jardim Santa Maria	508	33	78	147	67	129	53	1
Pinheirinho	44	6	12	10	8	7	1	-
São Francisco	853	91	131	307	211	99	2	12
Tocantins	229	3	23	67	37	58	41	-
Vila Becker	271	13	38	97	38	62	22	1
Vila Industrial	1.647	101	217	517	274	377	157	4
Vila Operária	657	86	139	223	114	87	8	-
Vila Panorama	1.570	123	207	475	417	304	20	24
Vila Pioneiro	4.620	702	870	1.487	804	642	46	69
Distritos	3.261	211	549	1.700	485	274	38	4
Sem especificação	4.720	317	826	2.406	707	409	50	5
Total	31.170	2.699	4.840	11.515	5.275	5.139	1.473	229

Fonte: IBGE - Censo 2000

Quanto ao número de matrículas na educação infantil, no ano de 2000 o município atendia 4.477 crianças. Observando-se a estimativa populacional de crianças, efetuada pelo IBGE (2000), um contingente de 5.523 crianças estava fora da rede de atendimento, considerando-se que todas as famílias estivessem procurando matricular seus filhos. Portanto, esse dado indica que a estrutura existente na modalidade creche não atende à demanda.

A Tabela 15 indica os bairros que possuem creches, destacando-se que, dos 21 bairros existentes no município, apenas 12 eram contemplados com creches. Dados do IBGE (2000) indicam uma população para o município de Toledo (PR) – para a faixa etária de 0 a 4 anos de idade –, de 8.823 crianças, enquanto que o número de vagas para educação infantil na modalidade creche atende 1.073 crianças, o que indica uma relação de 8 crianças por vaga no município. Esta mesma situação também fica evidenciada quando analisamos os bairros que possuem creches.

Tabela 15 – Instituições que ofertam educação infantil na modalidade creche – 2000

Unidade	Instituições	Nº de vagas	Nº de crianças por bairro com até 4 anos	Proporção de crianças por vaga
Vila Industrial	Pública	98	400	4,08
Vila Pioneiro	Pública	206	1.536	7,46
Jardim Europa/América	Pública	95	972	10,23
Jardim Concórdia	Pública	78	350	4,48
São Francisco	Pública	100	360	3,6
Vila Operária	Pública	75	239	3,18
Distrito de Novo Sarandi	Pública	51	–	–
Jardim Panorama	Pública	80	569	7,11
Jardim Porto Alegre	Pública	80	324	4,05
Jardim Coopagro	Pública	100	512	5,12
Centro	Privada	70	679	9,07
Jardim Pancera	Privada	40	237	5,92
Total	12 unidades	1.073	6.178	5,75

Fonte: PMT, 2004

Assim, os dados apresentados na Tabela 14 e 15 demonstram que os propalados esforços dos governos, no tocante à promessa da universalização do direito à

instrução, não ocorreu de forma a atender toda a demanda da população, ou seja, os dados indicam que a ampliação da oferta de vagas e a construção de escolas públicas, neste período, foram insuficientes para atender toda a população.

5.3.7 Saúde

A falta de qualidade de vida, em alguns bairros no município de Toledo, pode ser refletida no acesso aos serviços públicos, como por exemplo, à saúde. A falta de acesso dá-se, mormente, pela ausência do Estado e pela incapacidade econômica da população em supri-la.

Embora, no município de Toledo, o coeficiente de mortalidade infantil tenha caído nos últimos anos, passando de 23,40, no ano de 1991, para 18,50, no ano de 2000, para cada mil nascidos, este coeficiente pode ser considerado muito elevado ao considerar-se a renda *per capita* do município em relação ao Estado e ao país (Tabela 2) e ao próprio coeficiente de mortalidade infantil do Estado do Paraná, que é de 17 óbitos para cada mil nascidos vivos.

Tabela 16 – Coeficiente e percentual de mortalidade infantil município de Toledo (PR)

Indicador de saúde		Coeficiente de mortalidade		Coeficiente de mortalidade infantil		
Ano	População	Óbitos	Coeficiente	Pop. < 1 ano	Óbito	Coef.
1991	91.029	387	4,25	2.171	51	23,40
1992	94.336	452	4,79	2.257	32	14,10
1993	90.547	420	4,63	2.257	46	20,38
1994	93.547	461	4,78	1.887	38	20,15
1995	91.564	525	5,73	2.166	37	17,08
1996	91.535	539	5,88	1.741	29	16,65
1997	93.756	422	4,50	1.931	28	14,50
1998	93.576	359	3,82	1.724	25	14,99
1999	99.387	474	4,76	1.632	30	17,60
2000	102.215	467	4,56	1.784	33	18,50

Fonte: Prefeitura Municipal de Toledo (2004)

Considerando-se o atendimento médico, no município de Toledo, os postos de saúde são os serviços mais acessíveis próximos do cidadão, principalmente, para os que compõem a classe social de menor poder aquisitivo e, ainda que os mesmos, geralmente, sejam mal equipados e com deficiência de pessoal qualificado, fazendo com que o cidadão tenha que recorrer a hospitais que, normalmente, se situam distantes do local da moradia.

O município possui 17 postos de saúde, 9 destes estão localizados na área urbana (Vila Industrial, Jardim Maracanã, Jardim Europa/América, Jardim Concórdia, São Francisco, Jardim Panorama, Jardim Porto Alegre, Jardim Coopagro e Centro) e 8 nos diversos distritos do interior do município.

Em relação à estrutura hospitalar, o município de Toledo (PR), conforme dados da Tabela 17, dispõe de 409 leitos hospitalares (leitos particulares, credenciados pelo SUS e UTIs), o que corresponde a 1 leito para cada 241 habitantes do município. Ressalta-se que, destes leitos, só 172 são credenciados para o atendimento à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sistema este, geralmente, procurado pela população mais carente.

Tabela 17 – Número de leitos hospitalares existentes no município de Toledo - 2000

Hospitais	Leitos particulares	Leitos credenciados pelo SUS	UTI adulto particular	UTI adulto credenciados pelo SUS	UTI – neonatal credenciados
Hospital Bom Jesus	83	165	-	12	6
Hospital Dall 'Oglio	105	-	6	-	-
Hospital Campagnolo	32	-	-	-	-
Total	220	165	6	12	6

Fonte: PMT/2004

5.3.8 Saneamento

Até meados da década de 1980, na área urbana, a população era responsável pela canalização das águas e das fossas, porém, em grande parte, essas águas eram despejadas

nos pátios, escorriam para as ruas ou para as baixadas. A partir do ano de 1987, uma pequena parcela (cerca de 10%) da população foi beneficiada com rede de esgoto. No entanto, somente em 1994, o município adotou o sistema de aterro sanitário controlado, juntamente com o programa de coleta de lixo útil e de troca, o Câmbio Verde²¹ (PMT, 2004).

Os diversos programas desenvolvidos estavam imbuídos de um raciocínio econômico, cujo objetivo era o de atacar um problema social. Por isso, o propósito desses programas era provocar uma transformação na higiene dos grupos e das comunidades por meio de uma organização sanitária. Isto fez com que a prevenção começasse a depender de práticas políticas, integrando aos poucos a limpeza, a ponto de atribuir-lhe um papel de salubridade pública, que até então ela não tinha (CESCONETO, 1997).

O município de Toledo identifica sua trajetória, em relação ao saneamento básico, com a maioria dos municípios paranaenses. Teve um início desprovido de qualquer equipamento sanitário, passou por período intermediário de estrutura rudimentar feito, muitas vezes, pelos próprios proprietários, e um início de estrutura sanitária em tempos recentes (CESCONETO, 1997).

Os dados da Tabela 18 refletem o panorama do município de Toledo, no que tange à existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário por domicílio. Segundo os bairros, pede-se constatar que 24,61% dos domicílios possuem rede de esgoto ou pluvial; 12,43% dos domicílios fazem uso de fossa séptica; 62,42% possuem fossa rudimentar; 0,38% utiliza valas, rios, lagos ou outros; e 0,16% não tem banheiro nem sanitário.

²¹ Câmbio verde – programa desenvolvido pela Secretaria de Ação Social e Cidadania, no ano de 1994, teve por objetivo incentivar e promover a troca de lixo reciclável por alimento (hortifrutigranjeiros).

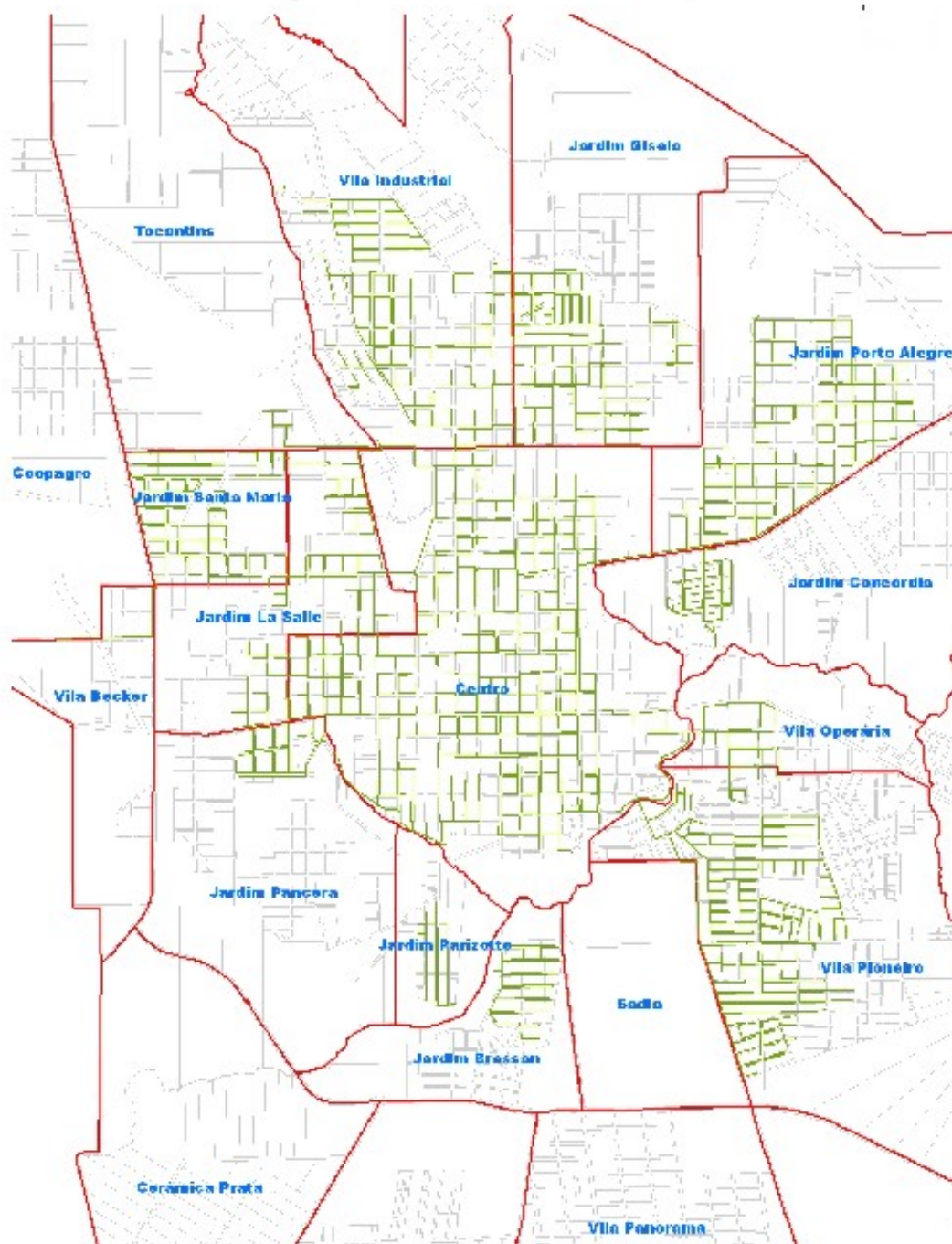
Tabela 18 – Existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário por domicílio, segundo os bairros no município de Toledo - 2000

Bairros	Total de domicílios	Tinham banheiro ou sanitário									Não tinham banheiro nem sanitário	%
		Total	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala, rio, lago e outros			
				%		%		%		%		
Centro	3 457	3 456	2 312	66,88	244	7,06	892	25,80	8	0,23	1	0,03
Cerâmica Prata	34	34	-	0,00	-	0,00	34	100,00	-	0,00	-	0,00
Jd. Bressan	658	658	235	35,71	208	31,61	213	32,37	2	0,30	-	0,00
Jd. Concórdia	1.107	1.106	8	0,72	231	20,87	867	78,32	-	0,00	1	0,09
Jd. Coopagro	1.290	1.287	5	0,39	151	11,71	1.131	87,67	-	0,00	3	0,23
Jd. Europa/América	2.057	2.052	25	1,22	362	17,60	1.662	80,80	3	0,15	5	0,24
Jd. Gisela	1.487	1.485	468	31,47	284	19,10	733	49,29	-	0,00	2	0,13
Jd. Independência	102	101	1	0,98	96	94,12	4	3,92	-	0,00	1	0,98
Jd. La Salle	467	467	237	50,75	89	19,06	141	30,19	-	0,00	-	0,00
Jd. Pancera	653	652	34	5,21	185	28,33	433	66,31	-	0,00	1	0,15
Jd. Parizotto	246	246	133	54,07	-	0,00	113	45,93	-	0,00	-	0,00
Jd. Porto Alegre	1.232	1.232	617	50,08	49	3,98	566	45,94	-	0,00	-	0,00
Jd. Santa Maria	508	508	4	0,79	11	2,17	493	97,05	-	0,00	-	0,00
Pinheirinho	44	43	-	0,00	-	0,00	43	97,73	-	0,00	1	2,27
São Francisco	853	851	21	2,46	476	55,80	354	41,50	-	0,00	2	0,23
Tocantins	229	229	2	0,87	2	0,87	223	97,38	2	0,87	-	0,00
Vila Becker	271	271	4	1,48	2	0,74	265	97,79	-	0,00	-	0,00
Vila Industrial	1.647	1.645	885	53,73	22	1,34	713	43,29	25	1,52	2	0,12
Vila Operária	657	655	137	20,85	199	30,29	319	48,55	-	0,00	2	0,30
Vila Panorama	1.570	1.570	5	0,32	174	11,08	1.391	88,60	-	0,00	-	0,00
Vila Pioneiro	4.620	4.620	1.722	37,27	373	8,07	2.520	54,55	5	0,11	-	0,00
S/ especificação	4.720	4.695	13	0,28	311	6,59	4.310	91,31	61	1,29	25	0,53
Total	27.909	27.863	6.868	24,61	3.469	12,43	17.420	62,42	106	0,38	46	0,16

Fonte: IBGE - Censo 2000

No contexto do saneamento/esgoto no município de Toledo percebe-se que, na sua maioria, os domicílios fazem uso da fossa rudimentar e um número reduzido de domicílio possui acesso à rede de esgoto tratado. O Mapa 3 ilustra as ruas com rede de coleta de esgoto da sede do município, segundo dados da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR divulgados pela Prefeitura Municipal de Toledo (PMT, 2004).

Mapa 3 – Ruas atendidas com sistema de esgoto segundo os bairros no município de Toledo (PR) – 2000



Fonte: Prefeitura Municipal de Toledo (2004)

5.3.9 Segurança pública

O aparato policial do município de Toledo para o ano de 2000, era constituído pela 3ª Companhia do 6º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, com um contingente de 97 policias que responde pelo policiamento preventivo – serviços operacionais e administrativos –, dos municípios de Toledo, São Pedro do Iguçu, Ouro Verde do Oeste e Nova Santa Rosa. No entanto para a cidade de Toledo (PR) o contingente é de 70 policiais, destes 08 respondem pelos serviços administrativos. Para o policiamento preventivo na área urbana a 3ª Companhia dispõe de 10 policiais e 03 viaturas diariamente atuando, contando também com mais 10 policiais para atendimento especiais – bloqueio de ruas, atendimento ao trânsito, entre outros –, destaca-se ainda que o bairro Vila Pioneiro possui um posto policial com a permanência fixa de 01 policial para atendimento daquela região (3ª COMPANHIA DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 2000).

Já em relação ao policiamento de trabalho investigativo, o município conta com a 20ª Subdivisão Policial de Toledo e possui, em seu quadro de funcionários, 2 delegados de polícia, 5 escrivões de polícia, 20 investigadores de polícia, 1 identificador datiloscópico e 1 fiscal de transportes rodoviários (PMT, 2004).

Vale ressaltar que o município de Toledo está inserido em uma região com índices preocupantes de criminalidade, dados do relatório sobre violência divulgado pelo Ministério da Saúde (2005), colocam dois municípios da região oeste do Estado no *ranking* da violência. Entre as 100 cidades com população superior a 100.000 habitantes, o município de Cascavel se encontra na 42ª colocação; o município de Foz do Iguçu na 10ª colocação e a capital do Estado, a cidade de Curitiba, na 6ª posição, ou seja, dentro do cenário nacional da

violência temos dois municípios da região oeste inseridos entre as 50 cidades mais violentas do País (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

6 ANÁLISE DE OCORRÊNCIA DO CRIME DE HOMICÍDIO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO – 1991 A 2000

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa demonstrando os perfis dos envolvidos em crime de homicídio, a análise dos aspectos circunstanciais da ocorrência do crime de homicídio, bem como a relação entre indicadores socioeconômicos e a incidência do crime de homicídio, no município de Toledo (PR), através dos dados coletados nos processos criminais pertencentes a 1ª Vara Criminal do Fórum da Comarca do município de Toledo, bem como dos dados socioeconômicos coletados junto ao IBGE (Censo, 2000) e demais órgãos governamentais.

6.1 Perfil dos envolvidos nos processos de crime de homicídio – 1991 a 2000

6.1.1 Perfil dos acusados por crime de homicídio

Quanto aos aspectos referentes ao perfil dos acusados da prática do crime de homicídio, extraídos dos processos criminais, observou-se que 96,36% dos agressores pertencem ao sexo masculino e 3,64% ao sexo feminino (Tabela 19).

Tabela 19 – Sexo dos acusados – crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Sexo	Quantidade	%
Feminino	4	3,64
Masculino	106	96,36
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Os dados referentes à cor dos acusados demonstraram que 67,27% são de cor branca, 20% são de cor parda e 12,73% caracterizam-se como de cor preta (Tabela 20).

Tabela 20 – Cor dos acusados – crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Cor	Quantidade	%
Branca	74	67,27
Parda	22	20,00
Preta	14	12,73
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

A distribuição etária dos acusados, na época da prática do crime, constata-se que em sua maioria eram de jovens de até 28 anos (50,01%), sendo que, destes, 1,82% tinham 18 anos completos; 24,55% tinham entre 19 a 23 anos; 23,64% tinham entre 24 a 28 anos; 13,64% tinham entre 29 a 33 anos e 11,82% tinham entre 34 a 38 anos. Ainda em relação à faixa etária, 9,09% dos acusados tinham entre 39 a 43 anos e 15,45% tinham mais que 44 anos de idade. Constata-se assim que há um número expressivo de jovens, considerando nesta faixa os acusados de 18 a 28 anos indiciados por crime de homicídio (Tabela 21).

Tabela 21 – Idade dos acusados na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Faixa etária	Quantidade	%
Até 18 anos	2	1,82
19 a 23 anos	27	24,55
24 a 28 anos	26	23,64
29 a 33 anos	15	13,64
34 a 38 anos	13	11,82
39 a 43 anos	10	9,09
44 a 48 anos	6	5,45
+ de 48 anos	11	10,00
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Em relação ao estado civil dos acusados constatou-se que, 42,73% encontravam-se na condição de casados; 36,36% eram solteiros; 12,73% amasiados e 8,18% eram separados na época da prática do crime (Tabela 22).

Tabela 22 – Estado civil dos acusados na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Estado civil	Quantidade	%
Amasiado	14	12,73
Casado	47	42,73
Separado	9	8,18
Solteiro	40	36,36
Total	100	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

As informações sobre o estado civil dos agressores, Tabela 22, corroboram o que afirma Borilli (2001): a família, enquanto um dos alicerces do bom funcionamento da sociedade, pode não estar sendo uma aliada no combate ao crime e/ou repasse dos bons costumes aos seus membros, pois, embora 55,46% (amasiados e casados – teoricamente considerados chefes de domicílios) dos agressores, embora estivessem na condição de chefe de domicílio na época do crime, mesmo assim envolveram-se na prática criminosa²².

Profissões que exigem pouca escolaridade, salvo raras exceções, é o que se constata ao analisar as profissões dos acusados (Gráfico 1) na época da prática criminosa.

²² Sobre a questão das “travas” morais na prática criminosa, ver SHIKIDA, *et al.* (2005).

Neste aspecto, conforme dados da Tabela 23, na sua maioria, ou seja, 50,90% dos acusados haviam cursado somente até a 4ª série do ensino fundamental. Dentre esses, 5,45% eram analfabetos; 6,36% eram apenas alfabetizados; 17,27% não haviam concluído a 4ª série do ensino fundamental; e 21,82% tinham concluído a 4ª série do ensino fundamental. Ainda, sobre o aspecto da escolaridade, constata-se que 33,64% não haviam concluído a 8ª série do ensino fundamental; e outros 9,09% dos acusados tinham o ensino fundamental completo (8ª série). Com maior nível de escolaridade, ou seja, com ensino médio e curso superior encontravam-se 6,37% dos acusados e, dentre estes, apenas 0,91% com curso superior.

Tabela 23 – Escolaridade dos acusados na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

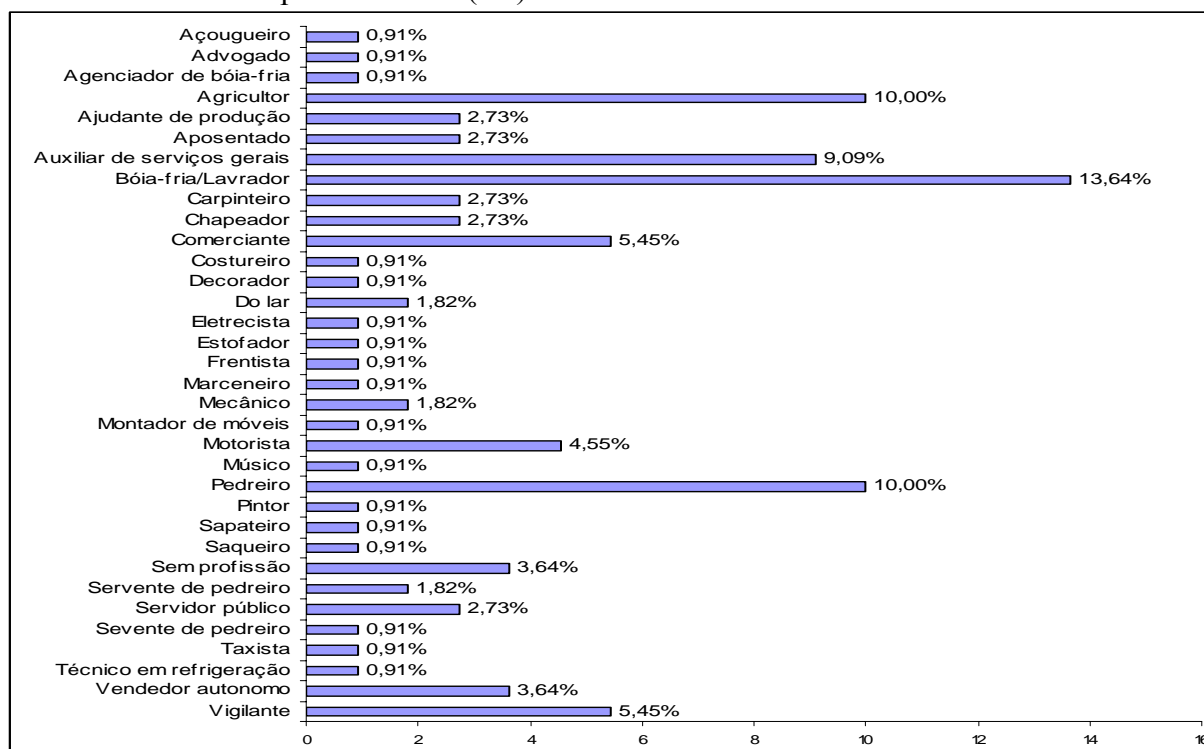
Escolaridade do acusado	Quantidade	%
Analfabeto	7	5,45
Alfabetizado	6	6,36
Ensino fundamental - 1ª a 4ª série completa	24	21,82
Ensino fundamental - 1ª a 4ª série incompleta	19	17,27
Ensino fundamental - 5ª a 8ª série completa	10	9,09
Ensino fundamental - 5ª a 8ª série incompleta	37	33,64
Ensino médio – 2º grau completo	5	4,55
Ensino médio – 2º grau incompleto	1	0,91
Superior	1	0,91
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Ao confrontar os dados referentes ao nível de escolaridade (Tabela 23) e as profissões dos agressores (Gráfico 1) observa-se uma relação direta entre a baixa escolaridade e ocupações com pouca qualificação. Esta disposição dos agressores envolvidos em crimes de homicídio no município de Toledo (PR), segue uma tendência nacional e mundial, no sentido de que o maior número de praticantes de crimes de homicídio atinge, peremptoriamente, os homens sem instrução ou somente com o ensino fundamental (até 4ª série).

Cumprir frisar que para Carneiro (1999), fatores como, desigualdade social e baixo nível de escolaridade podem levar a desajustes sociais e, por conseguinte, muitas vezes, à criminalidade.

Gráfico 1 – Profissão dos acusados na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000



Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Quanto à situação econômica dos acusados, segundo dados extraídos da análise dos processos criminais, constatou-se que 34,55% dos acusados tinham uma situação precária e 10% tinham baixa condição socioeconômica; em condição regular encontravam-se 23,64%; outros 28,18% tinham situação média e os demais 3,64% tinham condição alta ou não declararam sua condição socioeconômica nos autos criminais (Tabela 24).

Tabela 24 – Situação econômica dos acusados na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Situação econômica	Quantidade	%
Precária	38	34,55
Baixa	11	10,00
Regular	26	23,64
Média	31	28,18
Alta	2	1,82
Sem informação	2	1,82
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

As informações referentes à situação socioeconômica dos acusados permitem inferir que a privação relativa ou os recursos escassos podem ter influenciado na criminalização dos agressores, pois, segundo Félix (1996), a convivência entre desiguais (diferentes classes sociais) inspira o crime na tentativa do re-equilíbrio. Porém, outros fatores devem ser considerados na análise da relação criminalidade: desorganização social, pobreza e aspirações individuais de ascensão social e econômica.

Em relação à reincidência criminosa dos acusados, na época da prática do crime, verificou-se que 28,18% já haviam cometido outro crime anteriormente, enquanto que 71,82% não possuíam antecedentes criminais. Quanto ao tipo de crime cometido anteriormente, na análise dos processos, constatou-se que foram crimes: de extorsão (0,91%); furto (4,55%); homicídio (2,73%); lesões corporais (3,64%); porte ilegal de arma (0,91%); roubo (0,91%); tentativa de homicídio (3,64%) e tráfico de drogas (3,64%). Assim, este fenômeno deve ser entendido na pluralidade de fatores que, segundo Cohen (1955), compreende várias questões sociais, representado pelas diferenças nas aspirações individuais, meios econômicos disponíveis e expectativa de realização.

6.1.2 Perfil das vítimas por crime de homicídio

Em relação aos principais aspectos do perfil da vítima, dados extraídos na análise dos processos criminais do crime de homicídio demonstram que 83,64% das vítimas eram do sexo masculino e 16,36% eram do sexo feminino (Tabela 25).

Tabela 25 – Sexo das vítimas – crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Sexo	Quantidade	%
Feminino	18	16,36
Masculino	92	83,64
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Ao analisar o sexo dos acusados e das vítimas do crime de homicídio, observou-se, em primeiro lugar, que as mulheres são proporcionalmente mais vítimas que agressoras. Enquanto os homens representam 83,64% das vítimas e 96,36% dos agressores, as mulheres se encontram como vítimas em 16,36% dos processos e somente em 3,64% como agressoras, o que corresponde a um potencial de vitimização de quatro mulheres vítimas para uma mulher agressora do crime de homicídio.

Em relação à cor das vítimas, conforme dados da Tabela 26, constatou-se que 60,91% das vítimas eram de cor branca, 30,00% eram de cor parda, e 9,09% caracterizam-se como de cor preta.

Tabela 26 – Cor das vítimas – crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Cor	Quantidade	%
Branca	67	60,91
Parda	33	30,00
Preta	10	9,09
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Segundo os dados extraídos dos processos criminais, a faixa etária das vítimas, na época da ocorrência do crime, era na maioria de jovens com até 28 anos (45,46%); sendo que, destes, 4,55% tinham 18 anos completos; 21,82% entre 19 e 23 anos; 19,09% tinham entre 24 e 28 anos. Outrossim, 23,64% tinham entre 29 a 33 anos; 9,09% tinham entre 34 a 38 anos; 5,45% das vítimas tinham entre 39 a 43 anos e 16,37% tinham mais que 44 anos

de idade. Constatou-se, assim, que há um número expressivo de vítimas do crime de homicídio na faixa etária de 18 a 33 anos, o que representa 69,1% das vítimas.

Tabela 27 – Idade da vítima na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Faixa etária	Quantidade	%
Até 18 anos	5	4,55
19 a 23 anos	24	21,82
24 a 28 anos	21	19,09
29 a 33 anos	26	23,64
34 a 38 anos	10	9,09
39 a 43 anos	6	5,45
44 a 48 anos	5	4,55
+ de 48 anos	13	11,82
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

A faixa etária das vítimas de crimes de homicídios, no município de Toledo (PR), (Tabela 27), segue também a tendência nacional e mundial. Neste sentido, segundo Zaluar (2004), as vítimas do crime de homicídio no Brasil são constituídas, na sua maioria por jovens. Como já comentado anteriormente, o custo social e econômico desse fenômeno é elevado, considerando-se a desestruturação familiar e a perda de mão-de-obra produtiva.

Ainda, no que se refere ao custo social da criminalidade, dados referentes ao estado civil demonstram que 50% das vítimas eram chefes de família (amasiadas e casadas); 40% encontravam-se na condição de solteiras/viúvas e 8,18% encontravam-se na condição de separadas/divorciadas na época da ocorrência do crime. As demais, 1,82%, não possuíam a informação do estado civil nos autos criminais (Tabela 28).

Tabela 28 – Estado civil das vítimas na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Estado civil	Quantidade	%
Amasiada	15	13,64
Casada	40	36,36
Divorciada	1	0,91
Sem informação	2	1,82
Separada	8	7,27
Solteira	43	39,09
Viúva	1	0,91
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Quanto à escolaridade das vítimas do crime de homicídio, constatou-se que 33,64% das vítimas tinham até a 4ª série do ensino fundamental. Dentre essas, 0,91% eram analfabetas e 11,82% apenas alfabetizadas; outras 18,18% tinham concluído a 4ª série do ensino fundamental e 2,73% não tinham completado a 4ª série do ensino fundamental. Entre as vítimas, 38,18% tinham cursado até ensino fundamental (5ª a 8ª série); dentre estas, 19,09% ainda não haviam concluído a 8ª série. Ainda dentre as vítimas 8,18% tinham o ensino médio, sendo que 2,73% ainda não o haviam concluído; para as demais, 20%, não constavam nos processos criminais informações sobre o nível de escolaridade (Tabela 29).

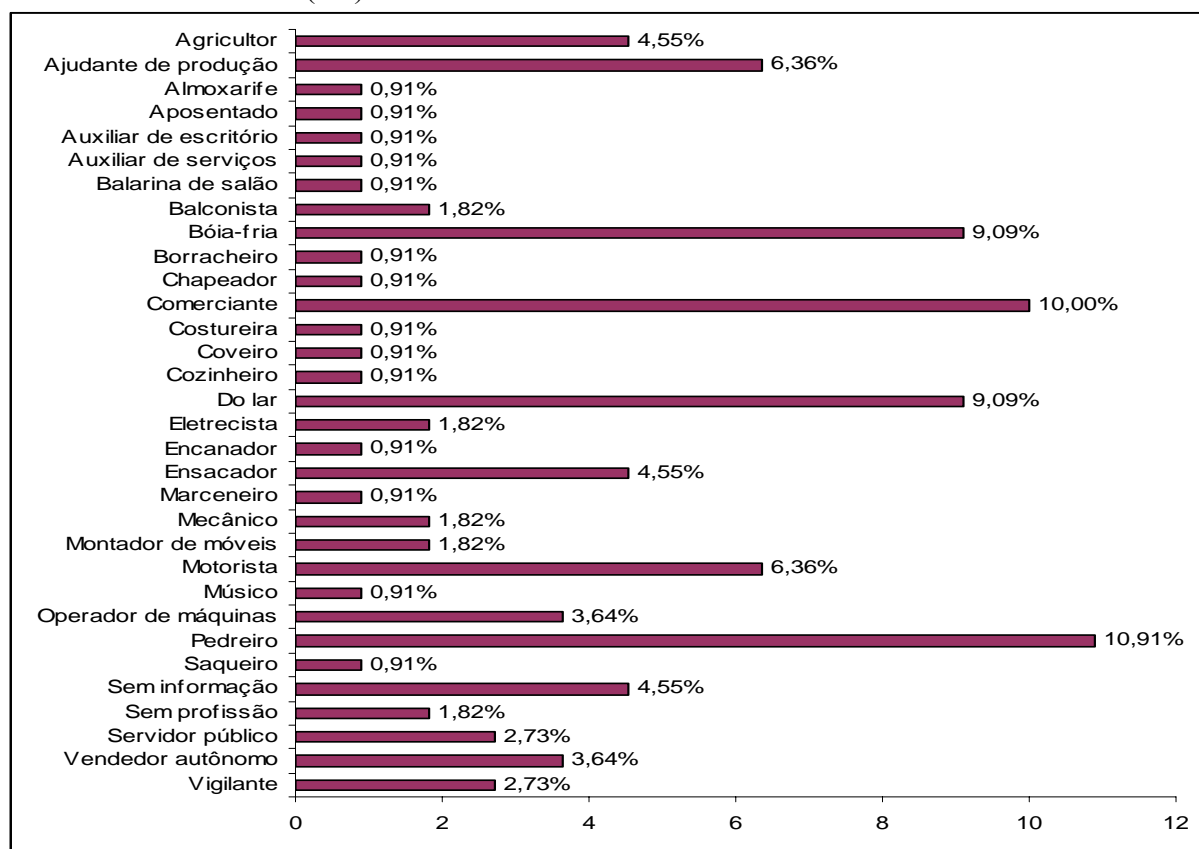
Tabela 29 – Escolaridade das vítimas na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Escolaridade	Quantidade	%
Analfabeto	1	0,91
Alfabetizado	13	11,82
Ensino fundamental - 1ª a 4ª série completa	20	18,18
Ensino fundamental - 1ª a 4ª série incompleta	3	2,73
Ensino fundamental - 5ª a 8ª série completa	21	19,09
Ensino fundamental - 5ª a 8ª série incompleta	21	19,09
Ensino médio – 2º grau completo	6	5,45
Ensino médio – 2º grau incompleto	3	2,73
Sem informação	22	20,00
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

As profissões das vítimas (Gráfico 2) refletem o seu baixo nível de escolaridade (Tabela 29), pois, com raras exceções, suas ocupações sugerem baixa qualificação, do que infere-se decorrer a sua baixa renda.

Gráfico 2 – Profissão das vítimas na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000



Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Isto pode se confirmado através da análise da situação econômica das vítimas do crime de homicídio, a qual demonstrou que 34,55% das vítimas encontravam-se em situação econômica precária e, em situação econômica baixa, encontravam-se outras 9,09% das vítimas. Em condição regular encontravam-se 22,73%, e, 20% encontravam-se em situação econômica média, para os demais 13,64%, não havia informação nos processos criminais sobre a situação econômica das vítimas. (Tabela 30).

Tabela 30 – Situação econômica da vítima na época da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Situação econômica	Quantidade	%
Precária	38	34,55
Baixa	10	9,09
Regular	25	22,73
Média	22	20,00
Sem informação	15	13,64
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Ressalta-se ainda, que, dentre as vítimas, 95,45% não possuíam antecedentes criminais, enquanto 4,55% já haviam cometido algum tipo de crime anteriormente. Sumariando, as vítimas do crime de homicídio, no município de Toledo (PR), são jovens, do sexo masculino, brancos, casados, com baixa escolaridade e possuem situação econômica precária.

6.2 Aspectos circunstanciais da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Dados da Tabela 31 demonstram que o crime de homicídio, no município de Toledo (PR), não se distribuiu homogeneamente no espaço urbano da cidade, pois, alguns bairros concentraram um percentual mais expressivo de crimes que outros. Dois bairros do município de Toledo (PR), Jardim Europa/América e Vila Pioneiro, concentraram 44,54% do total de crimes de homicídios ocorridos no período de 1991 a 2000.

Do total dos crimes de homicídio, 26,36% ocorreram no bairro Vila Pioneiro e 18,18% no bairro Jardim Europa/América. Para os demais bairros onde ocorreram crimes, a distribuição deu-se da seguinte forma: Centro, com 12,73%; Vila Operária, 5,45%;

Jardim Porto Alegre, 5,45%; Pinheirinho, 4,55%; Jardim Coopagro, 2,73%; Vila Industrial, 2,73%; Jardim Bressan, 1,82%; Jardim Gisela, 1,82%; Jardim Panorama, 0,91% e distritos pertencentes ao município contribuíram com 1,82% do total de crimes homicídio ocorridos. Estudo realizado por Cárdua e Schiffer (2002, p. 25), constatou que: “[...] os homicídios se distribuem de modo desigual” e tal constatação também foi evidenciada na distribuição espacial (Mapa 4) da ocorrência dos crimes de homicídio, no município Toledo (PR).

Tabela 31 – Local da ocorrência dos crimes de homicídio: residência dos acusados, residência das vítimas, segundo os bairros do município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Bairros	Bairro da ocorrência		Residência dos acusados		Residência das vítimas	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Centro	14	12,73	7	6,36	6	5,45
Jardim Bressan	2	1,82	3	2,73	3	2,73
Jardim Concórdia	0	0,00	4	3,64	4	3,64
Jardim Coopagro	3	2,73	2	1,82	3	2,73
Jardim Europa/América	20	18,18	18	16,36	16	14,55
Jardim Gisela	2	1,82	4	3,64	3	2,73
Jardim Pancera	0	0,00	2	1,82	0	0,00
Jardim Panorama	1	0,91	1	0,91	1	0,91
Jardim Porto Alegre	6	5,45	4	3,64	5	4,55
Pinheirinho	5	4,55	0	0,00	1	0,91
São Francisco	0	0,00	1	0,91	1	0,91
Vila Industrial	3	2,73	4	3,64	7	6,36
Vila Operária	6	5,45	6	5,45	6	5,45
Vila Pioneiro	29	26,36	30	27,27	32	29,09
Distritos	2	1,82	2	1,82	3	2,73
Outros	17	15,45	22	20,00	19	17,27
Total	110	100,00	110	100,00	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Quanto ao local da residência do acusado e da vítima do crime de homicídio no município de Toledo (PR), dados da Tabela 31 demonstram que 43,63% dos acusados residiam nos bairros Jardim Europa/América e Vila Pioneiro – 16,36% e 27,27% respectivamente. No que se refere ao local da residência da vítima, os dados apresentados indicam que 43,64% residiam nestes mesmos bairros, ou seja, 14,55% no Jardim Europa/América e 29,09% na Vila Pioneiro.

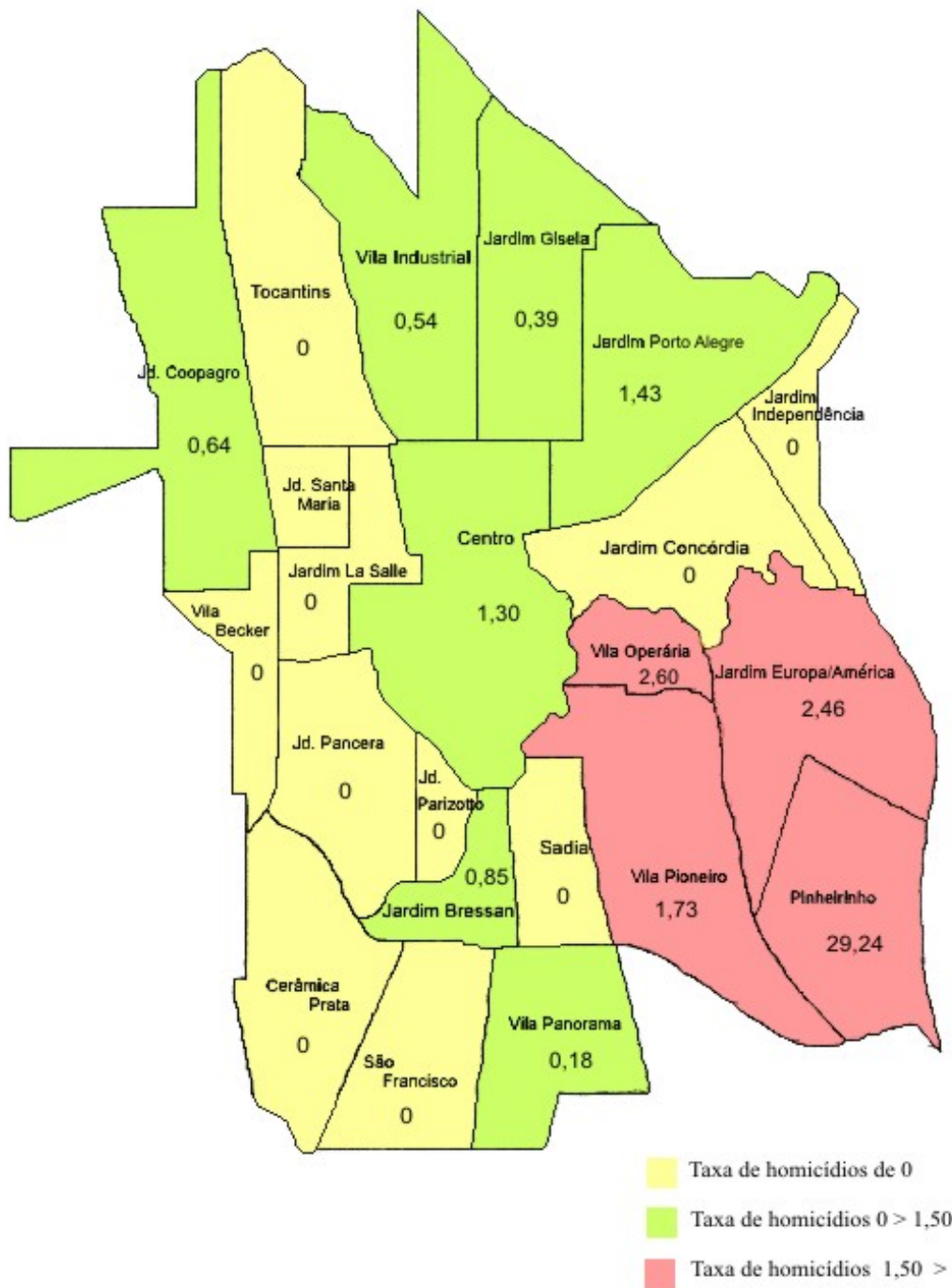
A distribuição do local de residência dos demais acusados e vítimas se apresenta da seguinte forma: Centro, com 6,36% dos acusados e 5,45% das vítimas; Vila

Operária, com 5,45% dos acusados e 5,45% das vítimas; Jardim Concórdia, com 3,64% dos acusados e 3,64% das vítimas; Vila Industrial com 3,64% dos acusados e 6,36% das vítimas; Jardim Porto Alegre, com 3,64% dos acusados e 4,55% das vítimas; Jardim Gisela, com 3,64% dos acusados e 2,73% das vítimas; Jardim Bressan, com 2,73% dos acusados e 2,73% das vítimas; Jardim Coopagro, com 1,82% dos acusados e 2,73% das vítimas; Jardim Pancera, com 1,82% dos acusados e 0% das vítimas; Jardim Panorama, com 0,91% dos acusados e 0,91% das vítimas; Pinheirinho, com 0% dos acusados e 0,91% das vítimas; São Francisco, com 0,91% dos acusados e 0,91% das vítimas; e os restantes 1,82% dos acusados e 2,73% das vítimas residiam nos distritos do município.

Os dados das Tabelas 5, 8, 11 e 14 (valores absolutos) demonstram que os bairros Vila Pioneiro e Jardim Europa/América apresentam menor desempenho em diversos aspectos relacionados com questões sociais tais como: maior concentração de pessoas; maior número de moradores por domicílio (3,96 e 3,62); baixo rendimento médio mensal (R\$ 418,16 e R\$ 291,15 respectivamente); e maior percentual de pessoas responsáveis por domicílios com baixa escolaridade (menos de 4 anos). Estes bairros, por sua vez, foram também os que apresentaram o maior número de ocorrência do crime de homicídio. Não obstante cabe salientar, que a associação deste tipo de crime com indicadores socioeconômicos exige um estudo com maior rigor estatístico que os valores numéricos absolutos possam apresentar, o que faremos no próximo tópico deste capítulo.

Estudo realizado por Cárdua, Adorno e Poletto (2003) identificou, por exemplo, que as taxas de homicídio crescem à medida que piora o acesso a empregos, aumenta o número de chefes de família com baixa escolaridade, que tenham moradias com congestionamento familiar e pouco acesso à rede de esgoto.

Mapa 4 – Distribuição espacial da taxa do crime de homicídio por 1000/habitantes no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000



Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Em relação aos motivos que teriam levado os acusados a praticarem o crime de homicídio, informações extraídas dos processos criminais apontaram para os mais diversos. Contudo, destacaram-se os seguintes fatores motivacionais: a) discussão amorosa - ciúmes/traição/rompimento - indicada como motivo por 20,91% dos acusados; b) desavença anterior - acerto de contas - 14,55% dos acusados; c) discussão no baile/bar/boate - 11,82% dos acusados; d) a embriaguez foi apontada por 10,91% dos acusados; e) desentendimentos diversos, 10% dos acusados; f) o desentendimento familiar foi apontado como motivo por 10% dos acusados; g) cobrança de dívida, 7,27% dos acusados; h) vingança, 3,64% dos acusados; i) discussão – cigarros/drogas - 2,73% dos acusados; j) crime encomendado por 1,82% dos acusados; k) despejo – imóvel alugado por 1,82% dos acusados; l) discussão – a ofensa moral foi indicada como fator motivador por 1,82% dos acusados; e, m) confronto com a polícia, emboscada, sem motivo aparente, 0,91% dos acusados respectivamente (Tabela 32).

Tabela 32 – Motivo aparente para a prática do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Motivo aparente	Quantidade	%
Emboscada	1	0,91
Cobrança de dívida	8	7,27
Confronto com a polícia	1	0,91
Crime encomendado	2	1,82
Desavença anterior - acerto de contas	16	14,55
Desentendimento – outros	11	10,00
Desentendimento familiar	11	10,00
Despejo imóvel alugado	2	1,82
Discussão – cigarros/drogas	3	2,73
Discussão – ofensa moral	2	1,82
Discussão amorosa - ciúmes/traição/rompimento	23	20,91
Discussão no baile/bar/boate	13	11,82
Embriaguez	12	10,91
Sem motivo aparente – loucura	1	0,91
Vingança	4	3,64
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Ao associar os resultados da Tabela 32, com estudos realizados por outros autores sobre o crime de homicídio, cabe aqui a reflexão sobre a forma como a violência

desencadeia o fenômeno da criminalidade. Isto pode ser uma consequência da ruptura do contrato-social e dos laços sociais, que provoca a desfiliação e o rompimento de diferentes relações, destruindo os vínculos de sociabilidade (CASTEL, 1998).

Por outro lado, as informações contidas nos processos criminais indicam que 20,91% dos crimes de homicídios tiveram como fator motivacional questões ligadas à vida amorosa – esposo(a), ex-esposo(a), companheiro(a), ex-companheiro(a), amante, namorados entre outros, neste sentido, os dados da pesquisa ressaltam que a criminalidade, no campo do homicídio pode refletir o papel atribuído à mulher no universo social, onde freqüentemente ela “[...] é tida como instigadora ou pivô de crimes, como sujeito oculto ou objeto de disputas. De modo ostensivo, aparece mais como vítima do que como autora, vinculada tipicamente à família, à vida afetiva, às obsessões da honra e das relações sexuais proibidas” (FAUSTO, 1984, p.78).

Desavenças, acerto de contas e discussões em baile/bar/boate foram apontados como motivo para a prática do crime por 35,46% dos acusados. Esses dados podem refletir a desestruturação dos indivíduos no que tange ao convívio coletivo “[...] atividades ilegais e intolerância – brigas –, emergem com mais facilidade dentro de um ambiente urbano com grande concentração populacional” (FELSON, 1994, p. 49).

Assim, os motivos que foram apontados para a prática do crime de homicídio são de cunho social, de natureza estrutural/familiar, ligados ao convívio coletivo e relações amorosas/afetivas, geralmente, consideradas de natureza sócio cultural e econômica (vingança; cobrança de dívidas; desavenças; desentendimento familiar; brigas; discussões amorosas, entre outras).

Quanto ao local onde os crimes de homicídio ocorreram, dados dos processos criminais (Quadro 1), apontam a via pública como local de maior ocorrência, com 40 casos de crime de homicídio, seguido por interior de estabelecimento comercial (bar) com

23 casos de crime de homicídio. O interior da residência da vítima foi indicado como o local de ocorrência em 17 casos de crime de homicídio.

Quadro 1 – Local onde crime de homicídio ocorreu correlacionado com o período do dia, no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Local \ Período	Manhã	Tarde	Noite	Madru- gada	Total	%
Em frente à residência da vítima	-	1	5	1	7	6,36
Interior da casa da vítima	2	4	8	3	17	15,45
Interior da casa do acusado	-	2	2	2	6	5,45
Interior de casa de tolerância	-	-	4	2	6	5,45
Interior de estabelecimento comercial – bar	2	3	16	2	23	20,94
Interior de estabelecimento comercial – outros *	-	-	3	5	8	7,27
Via pública	3	5	21	11	40	36,36
Outros **	1	1	1	-	3	2,72
Total	8	16	60	26	110	
%	7,27	14,6	54,53	23,6		100

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Outros * – Mercarias, salão de bailes, danceterias e hotel

Outros ** – Interior do município e em outros municípios pertencentes à Comarca de Toledo (PR)

O período da noite concentra o maior número de crimes de homicídio (Quadro 1), com 60 casos o que representa 54,54% do total dos crimes. Em segundo lugar, surge o período da madrugada, com 26 casos, ou seja, 23,63% dos crimes de homicídio ocorridos no município de Toledo (PR).

Ainda, em relação aos períodos do dia em que ocorreram os crimes de homicídio, a pesquisa apontou que o período da tarde e da manhã registraram o menor número de casos do crime de homicídio com 16 e 8 casos respectivamente. Isto demonstra, de certa forma, o estilo de vida dos envolvidos (agressores e vítimas)²³. Ao relacionarmos o local da ocorrência do crime com o período em que o mesmo aconteceu e os motivos apontados para a prática do crime de homicídio (cunho social, estrutural/familiar, convívio coletivo e relações amorosas) constata-se a fragilidade das relações individuais e coletivas.

²³ Indivíduos envolvidos na ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR), que tinham como lazer a frequência de bares e outros estabelecimentos similares.

Neste contexto, as relações intrafamiliares, aspectos econômicos, valores morais e éticos podem auxiliar na compreensão de como se (re) produz um espaço social a partir do modo de como se (re) elaboram hábitos, práticas e relações na sociedade. Geertz *apud* Giógenes (1998, p. 41) ressalta que: “[...] não interessa como a violência acontece, mas essencialmente deve-se ‘anotar’ a sua rede de significados que se produz na dimensão da construção cultural”.

As informações constantes do Quadro 2, ilustram a distribuição do crime de homicídio no dia da semana e o período do dia da ocorrência. Constata-se que há uma concentração de crimes de homicídio no período da noite, nos finais de semana e em vias públicas. Nesses horários, vítimas tornam-se alvos mais fáceis, pois, há maior interação entre as pessoas neste momento, à noite as pessoas, principalmente os jovens, encontram-se em bares, boates e ambientes semelhantes, onde o uso do álcool e drogas é elevado. Assim, as pessoas passam a viver situações que propiciam uma maior ocorrência deste tipo de crime.

Quadro 2 – Dia da semana e período do dia da ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Dia da semana \ Período	Manhã	Tarde	Noite	Madru-gada	Total	%
Segunda – feira	1	2	2	1	6	5,45
Terça – feira	-	1	6	4	11	10,01
Quarta – feira	-	-	7	1	8	7,27
Quinta – feira	2	1	7	1	11	10,01
Sexta – feira	1	2	10	3	16	14,54
Sábado	1	5	16	8	30	27,27
Domingo	2	2	19	5	28	25,45
Total	7	13	67	23	110	
%	6,38	11,82	60,9	20,9		100

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Corroborando o ora exposto, os dados do Quadro 1 demonstram que 33,63% dos crimes de homicídio ocorreram no interior de estabelecimentos comerciais (bar/boate/casa de tolerância ou similares) e outros 36,36% ocorreram em via pública e, em sua maioria, no período da noite. Isso permite inferir que o crime ocorre no momento em que as interações sociais são mais intensas.

Quanto ao tipo de relacionamento entre agressor e vítima (Tabela 33), os dados demonstram que 88,18% dos envolvidos se conheciam – tinham algum tipo de relacionamento -, sendo que, para 27,27% dos crimes, a relação entre agressores e vítimas era familiar, ou seja, a relação era de marido e mulher, amantes, irmãos, pai e filho, sogro e genro, padrasto e enteado, entre outros. Para 31,82%, a relação entre os envolvidos era de conhecidos do bairro; para 8,18% a relação era de vizinhança; 7,27% dos envolvidos eram amigos; 6,36% dos envolvidos tinham negócios em comum; 5,45% eram colegas de trabalho e 1,82% dos envolvidos eram colegas de cela.

Tabela 33 – Tipo de relacionamento entre agressores e vítimas do crime de homicídio ocorridos no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Tipo de relacionamento	Quantidade	%
A vítima era pensionista da mãe do acusado	1	0,91
Acusado era ex-marido com quem a vítima morava	1	0,91
Amigos	8	7,27
Casados	5	4,55
Colegas de cela	2	1,82
Conhecidos do bairro	35	31,82
Desconhecidos	13	11,82
Dissolução familiar – separados*	1	0,91
Ex-mulher (acusada) e amasia (vítima)	1	0,91
Relações amorosas – amantes	3	2,73
Relações familiares – amasiados	7	6,36
Relações familiares - genro contra o sogro	1	0,91
Relações familiares – irmãos	2	1,82
Relações familiares – padrasto (vítima) e enteado (réu)	1	0,91
Relações familiares - pai (vítima) e filho (acusado)	1	0,91
Relações familiares – parentes	3	2,73
Relações familiares - sogro e genro	2	1,82
Relações familiares – vítima era ex-marido da amasia do réu	1	0,91
Tinham negócios em comum	7	6,36
Tinham relações de trabalho	6	5,45
Vizinhos	9	8,18
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Dissolução familiar – separados* – os envolvidos encontravam-se separados

A constatação de que na maioria dos crimes de homicídio a relação entre agressor e vítima se dá entre conhecidos já havia sido evidenciada em outros trabalhos como o de Short (1997) e Silva (1999) em que os autores constataram que, na maior parte dos crimes

de homicídio, a relação entre o agressor e vítima é próxima, na maioria das vezes, eles se conhecem, muitos são parentes, vizinhos, namorados ou amigos íntimos.

Dados dos processos criminais do crime de homicídio no município de Toledo (PR) apontam que apenas 1 em cada 8 crimes envolvem pessoas estranhas. Outra constatação decorrente dos dados da pesquisa é a de que, em sua maioria, agressores e vítimas possuem características semelhantes, neste sentido “[...] o crime dá-se como decorrência de discussões, desentendimentos amorosos, etc., nas quais agressores e vítimas tendem a ser similares com respeito à raça, etnia, idade e *status* social” (SILVA, 1999, p. 22).

Ao analisar o local da ocorrência do crime de homicídio, em relação ao local da residência da vítima, os dados da pesquisa demonstraram que 72,22% dos crimes de homicídio ocorreram em locais diversos do local da residência da vítima (interior da casa da vítima). Desta forma, dados do Quadro 1 evidenciaram que, em sua maioria, os crimes de homicídio ocorreram em locais públicos ou de acesso público, onde, teoricamente, as pessoas estariam sob a proteção do Estado.

Por outro lado, em 29,63% dos crimes de homicídios, o local de ocorrência foi o interior da residência da vítima. Isto pode ser, segundo Félix (1996) e Wirth (1970), um indicador do afrouxamento do controle informal e do processo de dissolução da instituição familiar. A exposição dos indivíduos à vida urbana, somada às aspirações, nem sempre alcançadas, podem provocar o afloramento de processos desviantes ou delitivos desencadeadores da criminalidade.

Quanto ao meio utilizado para a prática do crime de homicídio, verificou-se que, em sua maioria, o instrumento utilizado foi a arma de fogo, em 55,45% dos crimes, seguido da arma branca, em 39,09% dos crimes (Tabela 34).

Tabela 34 – Meios utilizados na prática do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Meio empregado	Quantidade	%
Arma branca	43	39,09
Arma de fogo	61	55,45
Estrangulamento	3	2,73
Outros – Barra de ferro	2	1,82
Outros – Bloco de concreto	1	0,91
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Dados divulgados pela UNESCO (2000) apontam o Brasil como sendo o país com maior taxa de homicídios por arma de fogo, em que metade dos homicídios é cometida por cidadãos sem antecedentes criminais e cerca de 70% das mortes ocorrem por motivos fúteis, brigas conjugais, discussões, desentendimento por dívidas, brigas no trânsito. Atualmente, três em cada quatro homicídios são cometidos por arma de fogo (MIR, 2004).

Com o intuito de elucidar a situação socioeconômica dos acusados e das vítimas do crime de homicídio no município de Toledo (PR), o Quadro 3 apresenta correlações entre diversas variáveis: escolaridade, renda, faixa etária, cor e estado civil.

Quadro 3 – Correlação das variáveis socioeconômicas dos acusados e das vítimas do crime de homicídio no município de Toledo (PR) – 1991 a 2000

Acusado \ Vítima	Escolaridade	Renda	Faixa etária	Cor	Estado civil
Escolaridade	0,76952				
Renda		0,88706			
Faixa etária			0,82091		
Cor				0,96730	
Estado civil					0,98793

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Neste contexto, as variáveis analisadas apresentaram uma correlação significativa, ou seja, a variável escolaridade apresentou uma correlação de 0,76952, isto indica que o nível de escolaridade dos acusados e das vítimas é similar, neste caso, com baixo nível de escolaridade (vide Tabela 14). No aspecto renda, a correlação também foi evidenciada com 0,88706, o que indica que tanto os acusados quanto as vítimas pertenciam à

mesma classe econômica. Quanto à faixa etária dos envolvidos, também ficou ratificada a correlação de 0,82091. Informações constantes nas Tabelas 21 e 27 indicam que, em sua maioria, tanto os acusados como as vítimas são jovens.

Por sua vez, a variável cor segue a mesma tendência das demais variáveis já analisadas, isto é, apresenta uma forte correlação entre os acusados e vítimas, 0,96730. Isto indica que os envolvidos por crime de homicídio no município de Toledo (PR) pertencem à mesma etnia. Entre as correlações apresentadas no Quadro 3, a mais significativa foi a variável estado civil, com 0,98793 entre os envolvidos, ou seja, o estado civil, em suas diversas categorias, são similares tanto para os agressores como para as vítimas.

Mas, seria esta uma relação de causalidade? A próxima seção procura verificar este aspecto a partir de uma análise multivariada de variáveis socioeconômicas e a ocorrência dos crimes de homicídio no município de Toledo (PR).

6.3 Análise dos indicadores socioeconômicos e a ocorrência do crime de homicídio: uma abordagem a partir da análise fatorial

Neste item procura-se, por meio do procedimento da análise fatorial, obter algumas medidas do grau de associação entre indicadores socioeconômicos e a ocorrência do crime de homicídio no município de Toledo (PR). Com base nos procedimentos metodológicos, explicitados no capítulo 4, e, a partir dos dados constantes da matriz **X** (Tabela 35), procedeu-se à análise fatorial pelo método dos componentes principais utilizando-se o software *Statistical Analysis System* (SAS). Para facilitar a interpretação dos fatores, foi feita a rotação pelo método VARIMAX, mantendo a ortogonalidade entre eles,

apesar da rotação alterar a contribuição de cada fator para explicar a variância dos 12 indicadores, a contribuição conjunta dos fatores permanece inalterada.

Tabela 35 – Matriz X, taxa dos indicadores socioeconômicos e do crime de homicídios por mil habitantes segundo bairros no município de Toledo (PR)

Bairro	Densidade Pop. Tx p/ 1.000	Tx. Hab./Domic. p/1000 hab.	Tx. da pop. Resid. de 0 a 15 anos p/ 1.000 hab	Tx. Da Pop. residente com 65 anos ou mais p/ 1.000	Tx. de chefes do domicílio c/ menos de 4 anos de estudo	Tx. de chefes do domicílio c/ 15 ou mais anos de estudo	Tx. de chefes do domicílio c/ sem rendimento	Tx. de chefes do domicílio c/ até 3 SM	Tx. de chefes do domicílio c/ sem rend. >3 SM	Tx. de chefes do domicílio c/ mais de 20 SM	Tx. residências conectadas a rede de esgoto	Taxa de homicídios
Centro	110.02	319.97	224.73	77.93	48.04	52.39	10.0	110.7	120.7	25.73	214.00	1.3
Cerâmica Prata	1.37	251.85	325.93	59.26	103.70	0	0	170.37	170.37	0	0	0
Jardim Bressan	23.84	281.08	321.66	36.31	53.40	5.13	14.95	203.33	218.28	1.71	100.37	0.85
Jardim Concórdia	40.03	281.61	307.56	46.04	71.48	5.34	15.01	158.23	173.24	2.29	2.03	0
Jardim Coopagro	47.89	274.29	350.20	28.07	66.98	5.74	19.77	107.95	127.72	0.43	1.07	0.64
Jardim Europa/América	82.92	252.61	389.17	36.72	106.10	1.11	17.19	209.26	226.45	0	3.08	2.46
Jardim Gisela	52.19	290.15	320.39	36.68	40.20	23.02	8.39	118.44	126.83	5.07	91.31	0.39
Jardim Independência	3.53	293.95	270.89	48.99	74.93	2.88	5.76	149.86	155.62	2.88	2.88	0
Jardim La Salle	16.70	284.76	253.66	56.71	25.00	70.73	7.93	64.63	72.56	50.00	144.51	0
Jardim Pancera	22.88	290.61	309.75	31.60	43.61	31.15	13.35	133.51	146.86	7.12	15.14	0
Jardim Parizotto	8.57	292.16	313.54	28.50	28.50	17.81	17.13	123.52	140.65	2.38	157.97	0
Jardim Porto Alegre	42.81	293.05	277.83	61.85	59.47	19.03	9.51	126.31	135.82	7.85	146.76	1.43
Jardim Santa Maria	17.74	291.62	283.58	43.63	63.72	30.42	19.52	138.92	158.44	6.31	2.30	0
Pinheirinho	1.74	257.31	327.49	35.09	105.26	5.85	17.54	181.29	198.83	0	0	**29,24
São Francisco	32.51	267.23	375.00	22.56	69.55	0.63	26.32	200.50	226.82	0.31	6.57	0
Tocantins	7.75	300.92	304.86	48.62	34.17	53.88	14.45	80.16	94.61	7.88	2.62	0
Vila Becker	9.49	290.77	310.09	59.01	54.72	23.61	20.39	131.97	152.36	4.29	4.3	0
Vila Industrial	56.51	296.81	269.42	59.83	57.31	28.29	16.76	133.90	150.66	7.57	159.48	0.54
Vila Operária	23.48	284.91	329.14	54.64	97.57	3.47	24.72	187.77	212.49	0.43	59.40	***2.60
Vila Panorama	57.71	277.04	315.16	32.47	58.23	3.53	14.65	185.81	200.46	1.41	0.89	0.18
Vila Pioneiro	170.36	276.17	308.33	47.22	93.97	2.75	17.04	188.48	205.52	0.54	102.93	1.73
Sem especificação	53.68	895.47	913.30	233.73	144.19	7.21	28.46	521.34	549.80	7.25	2.51	2.66

Fonte: Variáveis 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 – IBGE(Censo 2000) Variável 12 – dados da pesquisa (2005)

* A manutenção dos zeros faz-se necessária em decorrência da interpretação da análise fatorial.

** O bairro Pinheirinho possui uma população de 171 habitantes, com 44 domicílios e uma taxa de homicídio por mil habitantes de 29,24. Contudo, é necessário esclarecer que essa elevada taxa de homicídio neste bairro provavelmente se justifica por concentrar neste local um grande número de casas noturnas (casas de tolerância/bares/boates).

*** O bairro Vila Operária possui uma população 2.306 habitantes com a ocorrência de 6 crimes de homicídio para o período analisado.

Neste trabalho, optou-se por quatro fatores cujas raízes características foram maiores do que 0,90. Tal escolha deve-se ao fato da inexistência de critérios absolutos para decisão do número exato de fatores que devem ser extraídos. Ressalta-se que este número de fatores possibilita obter uma proporção significativa do total da variância das variáveis originais, ou seja, 83%, conforme pode ser constatado na Tabela 36.

Tabela 36 – Raízes características

Itens	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
Raiz característica	5.97	1.66	1.31	0.95
Diferença	4.30	0.35	0.36	0.25
Proporção	0.50	0.14	0.10	0.07
Cumulativa	0.50	0.64	0.75	0.83

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

As cargas fatoriais são apresentadas na Tabela 37, ou seja, os coeficientes de correlação entre cada fator e cada uma das 12 variáveis após a rotação, os fatores são extraídos na ordem do mais explicativo para o menos explicativo. Assim, as cargas fatoriais acima de $|0,64|$, em valor absoluto, que mais fortemente associam-se a cada fator, estão destacadas em negrito. Embora a escolha deste percentual seja relativamente subjetiva, optou-se, neste estudo, pela referida carga fatorial, porquanto assim orientam trabalhos que também adotaram valores que oscilam entre 0,60 a 0,64. Como referência, ver, por exemplo: Córdia, Adorno e Poletto (2003); Hoffmann (1992) e Shikida (1998). Na última coluna e linha da Tabela 37 destacam-se, respectivamente, o valor da comunalidade – proporção da variância da variável que é "explicada" pelos quatro fatores –, e as proporções da variância total "explicadas" por cada fator, após a rotação.

Tabela 37 – Cargas fatoriais de 4 fatores e comunalidades na análise fatorial das 12 variáveis socioeconômicas para o município de Toledo (PR) segundo os bairros

Variáveis	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Comunalidades
Variável 1 – taxa de densidade populacional segundo os bairros	0.23	0.047	0.81	-0.12	0.73
Variável 2 – taxa do número de habitantes por domicílio segundo os bairros	-0.72	-0.05	0.39	-0.29	0.76
Variável 3 – taxa da população residente de 0 a 15 anos de idade segundo os bairros	0.64	0.52	-0.39	-0.02	0.83
Variável 4 – taxa da população residente com 65 anos de idade ou mais segundo os bairros	-0.26	-0.69	0.47	0.08	0.78
Variável 5 – taxa de chefes do domicílio com menos de 4 anos de estudo segundo os bairros	0.85	-0.14	0.03	0.04	0.90
Variável 6 – taxa de chefes do domicílio com 15 ou mais anos de estudo segundo os bairros	-0.91	-0.17	0.12	0.04	0.88
Variável 7 – taxa de chefes do domicílio sem rendimento segundo os bairros	0.13	0.89	0.13	0.13	0.84
Variável 8 – taxa de chefes do domicílio com até 3 salários mínimos de rendimento segundo os bairros	0.90	0.22	0.11	0.12	0.89
Variável 9 – taxa de chefes do domicílio sem rendimento e com até 3 salários mínimos de rendimento segundo os bairros	0.87	0.34	0.12	0.13	0.90
Variável 10 – taxa de chefes do domicílio com mais de 20 salários mínimos de rendimento segundo os bairros	-0.74	-0.32	0.20	0.12	0.71
Variável 11 – taxa da população residente com residências conectadas com a rede de esgoto segundo os bairros	-0.46	-0.15	0.70	-0.02	0.74
Variável 12 – taxa da ocorrência do crime de homicídio segundo os bairros	0.15	0.08	0.11	0.94	0.92
% da variância	0.42	0.16	0.15	0.10	---

Fonte: Dados da pesquisa, (2005)

Para o Fator 1 constatou-se sete variáveis cuja carga fatorial superaram a soma de 0,64, ou seja, as variáveis 2, 3, 5, 6, 8, 9 e 10 apresentaram uma significativa associação entre si. Neste caso, pode-se inferir que quanto maior for a taxa de chefe de domicílios com menos de 4 anos de estudo maior será a taxa de chefes de domicílios sem rendimento ou recebendo até 3 salários mínimos, maior também o número de habitantes por domicílios e, conseqüentemente, o número de habitantes na faixa etária entre 0 a 15 anos é elevado. Isto está de acordo com estudos realizados por Cardia e Schiffer (2002) para a cidade de São Paulo, no qual ficou evidenciado que a presença de desvantagem concentradas (econômicas, educacionais e na estrutura familiar) têm sido considerado como fonte de risco para crianças e adolescentes. Ao revés, o Fator 1 indicou ainda que quanto maior for taxa da

população residente com 15 anos ou mais de estudo, maior será a taxa dos habitantes que recebem 20 ou mais salários mínimos.

O Fator 2 apresentou associação entre as variáveis 4 e 7, ou seja, ocorre uma associação negativa entre o total da população residente com 65 anos ou mais de idade e o total de chefes de domicílios sem rendimento. Neste aspecto, a população mais idosa, considerada por muitas culturas como capital social²⁴ pode exercer um impacto positivo em prol das crianças e adolescentes de modo a protegê-las das fontes de risco repassando valores de convívio social. Mas, a ausência de fonte de renda, por si só, não explica a migração para a prática criminosa. Contribui, neste sentido, Pezzin (1986) que, em seu estudo, constatou uma associação positiva significativa entre pobreza e desemprego em relação a crimes contra o patrimônio. Contudo, não houve evidências acerca da associação entre estas variáveis em relação ao crime de homicídio.

Em relação ao Fator 3, constata-se uma associação positiva entre a variável 1 (taxa de densidade populacional) e a variável 11 (total de residências conectadas à rede de esgoto).

O fator 4 apresenta uma única variável com carga fatorial superior a 0,64 (taxa da ocorrência do crime de homicídio), demonstrando a ausência de associação com as demais variáveis. Isto sugere que o crime de homicídio não está diretamente associado com nenhuma das variáveis em específico, ou seja, as destacadas anteriormente pelos fatores 1, 2 e 3.

Na última coluna, à direita da Tabela 37, encontra-se a comunalidade de cada variável, isto é, a proporção da variância de cada variável que é "explicada" pelos quatro

²⁴ Capital social: por capital compreende-se o conjunto de meios e recursos, materiais, humanos e simbólicos de que os grupos sociais, as instituições, as comunidades e as sociedades se valem para assegurar a reprodução social de sua existência. Compreendem meios relacionados à sociabilização, ao controle social, ao poder (social e político) e às formas de representação da vida associativa.

fatores. Além disso, é possível saber o quanto cada fator está associado a cada variável e o quanto o conjunto de fatores explica da variabilidade geral dos dados originais.

A análise fatorial das variáveis (Tabela 35) não identificou a associação do crime de homicídio, no município de Toledo (PR) com nenhum indicador socioeconômico em particular. Nesse sentido, este estudo corrobora com resultados de outras pesquisas, como as de Zaluar (1994, 1997 e 2004), Coelho (1978) e Beato (1998) que contestam a tese clássica que sustenta a existência de relação direta de causalidade entre pobreza, delinquência e a criminalidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo compreender a relação entre os indicadores socioeconômicos e a incidência de criminalidade a partir de uma análise social, e não individual das causas dos crimes de homicídio no município de Toledo (PR), no período de 1991 a 2000. Teve como recorte a criminalidade a partir dos registros de crimes de homicídio tentados e consumados extraídos dos processos criminais do fórum da comarca de Toledo. Trabalhou-se com o referencial das teorias da “Desorganização Social” (SHAW e MCKAY, 1942); “Controle Social” (BURSIK e GRASMICK, 1993) e da “Eficácia Coletiva” (SAMPSON, RAUDENBUSH e EARLS, 1997) entre outros estudos. Para tais teorias, o crime teria sua origem na pouca coesão social das comunidades, bem como, na falência de diversas instituições de socialização e de controle social formal e informal. Além disso, diversos fatores socioeconômicos associados podem propiciar conflitos e desintegração social, culminando com a prática do crime de homicídio.

De acordo com os dados coletados nos processos criminais, referentes ao perfil dos acusados da prática do crime de homicídio, observou-se que os homens representam 83,64% das vítimas e 96,36% dos agressores e as mulheres se encontram como vítimas em 16,36% dos processos e somente 3,64% como agressoras. Quanto a cor dos envolvidos, tanto acusados como vítimas, na sua maioria eram da cor branca (67,27% e 60,91% respectivamente).

O estudo detectou uma concentração de jovens envolvidos na ocorrência do crime de homicídio. Tanto os acusados como as vítimas, na sua maioria, encontravam-se na faixa etária de até 28 anos (50,01% e 45,46%, respectivamente). Sendo que, 42,73% dos

acusados encontravam-se na condição de casados, enquanto que 50% das vítimas eram chefes de família (amasiadas ou casadas).

Ainda, no tocante ao perfil dos envolvidos, constatou-se que o grau de escolaridade era baixo, ou seja, 50,09% dos acusados e 33,64% das vítimas tinham até a 4ª série do ensino fundamental; 33,64% dos acusados e 38,18% das vítimas possuíam até a 8ª série. As profissões dos envolvidos caracterizam-se por ocupações com baixa qualificação como consequência do baixo nível de escolaridade. Isto ficou também evidenciado na situação econômica dos envolvidos, em que 34,55% encontravam-se em situação econômica precária.

Quanto aos aspectos circunstanciais da ocorrência do crime de homicídio, no município de Toledo (PR), os dados demonstraram que o crime não se distribuiu homogeneamente no espaço urbano da cidade. Alguns bairros concentram um percentual mais expressivo de crimes que outros - os bairros Jardim Europa/América e Vila Pioneiro concentram 44,54% do total de crimes de homicídios ocorridos no período de 1991 a 2000. Além disso, os locais de residência dos acusados e das vítimas, em sua maioria, coincidem.

Dentre os motivos indicados pelos acusados para a prática do crime de homicídio, destacaram-se: a discussão amorosa - ciúmes/traição/rompimento foi indicada como motivo para 20,91% dos acusados; desavença anterior - acerto de contas, para 14,55% dos acusados); discussão no baile/bar/boate, para 11,82% dos acusados; a embriaguez foi apontada por 10,91% dos acusados; desentendimentos – diversos, para 10% dos acusados; o desentendimento familiar foi apontado como motivo para 10% dos acusados; cobrança de dívida, para 7,27% dos acusados; vingança, para 3,64% dos acusados e discussão – cigarros/drogas para 2,73% dos acusados.

Assim, na análise, os dados inerentes à prática do crime de homicídio indicam que 20,91% dos casos tiveram como fator motivacional questões ligadas à vida

amorosa. Por outro lado, desavenças, acerto de contas e discussões em baile/bar/boate foram apontados como motivos para a prática do crime por 26,37% dos acusados. Esses dados podem refletir a: baixa coesão social, baixo *status* socioeconômico, e fragilidade das relações individuais e coletivas.

A via pública foi o local onde os crimes de homicídio ocorreram com maior frequência, seguido por interior de estabelecimentos comerciais e interior da residência da vítima. O período da noite concentrou o maior número de ocorrências, com 54,54% do total dos crimes, e o período da madrugada com 23,63% dos crimes.

Constatou-se, ainda, que houve uma concentração de crimes de homicídio no período da noite e nos finais de semana. Isto indica que as vítimas tornam-se alvos mais fáceis, nesses horários, devido à existência de maior interação entre os indivíduos. Ou seja, à noite, principalmente os jovens, reúnem-se em bares, boates ou em ambientes semelhantes fazendo, muitas vezes, uso de álcool e drogas.

Outra constatação foi de que na maioria dos crimes de homicídio a relação entre agressor e vítima deu-se entre conhecidos. Esta constatação já havia sido evidenciada em outros trabalhos, como o de Short (1997) e Silva (1999). Dados dos processos criminais do crime de homicídio, no município de Toledo (PR), apontam que apenas 1 em cada 8 crimes envolveram pessoas estranhas. O meio utilizado para a prática do crime de homicídio, em sua maioria, foi a arma de fogo, com 55,45% dos casos, seguido de arma branca, com 39,09% dos casos.

Dados referentes a variáveis socioeconômicas (escolaridade, renda, faixa etária, cor e estado civil) dos envolvidos em crime de homicídio, no município de Toledo (PR), demonstraram uma correlação significativa. Isto indica que o nível de escolaridade dos acusados e das vítimas é similar (baixo nível de escolaridade) e que tanto os acusados quanto

as vítimas pertenciam à mesma classe econômica, com faixa etária entre 18 a 33 anos de idade.

A correlação entre a variável cor e a variável estado civil é significativa (0,96730 e 0,98793). Verificou-se, também, que os bairros com maior concentração populacional, maior média de habitantes por domicílios e menor renda por chefe de domicílios, foram os que apresentam a maior taxa de homicídio por mil habitantes.

Por fim, a análise fatorial das variáveis socioeconômicas não identificou a associação entre o crime de homicídio no município de Toledo (PR) com nenhum indicador socioeconômico em particular.

Com base no contexto ora descrito, ficou evidenciado, neste estudo, a inexistência de uma relação entre a configuração socioeconômica assumida por determinadas localidades e as taxas de crime de homicídio. Assim, fatores como as desigualdades sociais, baixo grau de coesão social nas relações individuais e coletivas podem ter sido um dos diversos fatores que propiciaram conflitos e desintegração social culminando a prática do crime do homicídio para o município de Toledo (PR).

Como contribuição, para enfrentamento do problema da criminalidade, sugere-se que novos estudos a respeito das causas da criminalidade no município de Toledo (PR) devem ser estimulados, no intuito de aprofundar o conhecimento sobre o tema, bem como formas de controle deste fenômeno.

REFERÊNCIAS

- AAKER, D A.; KUMAR V.; DAY G. S. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.
- ADORNO, S. A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola. In: SEVERINO, A. J. *et al.* **Sociedade civil e educação**. Campinas: Papyrus, 1992. (Coletâneas CBE).
- ALMEIDA, P. R. **A grande mudança**: conseqüências econômicas da transição política no Brasil. São Paulo: Códex, 2001.
- ANDRADE, M. V. E.; LISBOA, M. B. Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo – 1981 a 1997. **In: Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.
- BAIERL, L. F. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004. 224 p.
- BEATO F. C. A violência disseminada: políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo em Perspectiva**.. São Paulo, v.13, n.4 , Out./Dez.. 1999.
- BEATO F. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.13 n.37 São Paulo, Jun./1998.
- BEATO, C. C., REIS, I. A. **Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime**: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BEATO, C. F.; PEIXOTO, B. T. e ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 73-89, Jun. 2004.
- BECKER, G. S. Crime and punishment: an economic approach. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 76, n.1, p. 169-217, 1968.
- BORILLI, S. P. **Evidências empíricas de crimes lucrativos a partir de estudos na Penitenciária Industrial de Guarapuava e Cadeia Pública de Foz do Iguaçu (PR)**. 2001. 57 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Aplicadas) – Faculdades de Palmas. Palmas, 2001.
- BORILLI, S. P.; SHIKIDA, P. F. A. Economia e crime: um estudo exploratório na Penitenciária Industrial de Guarapuava e Cadeia Pública de Foz do Iguaçu (PR). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza (CE), v.34, n.2, p.328-346, Abr./Jun. 2003.
- BORILLI, S. P.; SHIKIDA, P. F. A. Apontamentos acerca das organizações criminosas a partir de um estudo exploratório na Penitenciária Industrial de Guarapuava e Cadeia Pública de Foz do Iguaçu (Paraná). **In: Encontro Paranaense de Economia**. Maringá, 2002. Anais. Maringá: UEM, 2002 (versão na íntegra em CD ROM).
- BOSIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. **In: Planejamento e Políticas públicas**, nº 13, IPEA, Brasília, Brasil, 1996.

BRENNER, G. **A racionalidade econômica do comportamento criminoso perante a ação de incentivos**. Tese (Doutorado) - UFRGS-IEPE, Porto Alegre, 2001.

BURSIK, R. J. *Social Disorganization and Theories of Crime and Delinquency*. Criminology, vol. 26, n.4, 1988.

BURSIK, R. J., GRASMICK, H. G.. *Neighborhood-based networks and the control of crime and delinquency*. In: BALROW, H. (Ed.). *Crime and public policy: Putting theory to work*. Boulder, CO. Westview, 1993.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CANO, I e SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro, 7 letras, 2001.

CANO, I., SOARES, G. D. **As teorias sobre as causas da criminalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

CARDIA, N. **Pesquisa sobre normas culturais, atitudes e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras**. Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Brasília, Distrito Federal, 1999.

CARDIA, N.; ADORNO,S.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Revista IEA-USP**, v.17, n. 47, 2003.

CARDIA, N.; SHIFFER,S. Violência e desigualdade social. **Revista da Sociedade Brasileira da para o Progresso da Ciência**, Ano 54, nº 01, Jul./Set., 2002.

CARNEIRO, L. P. Para medir a violência. In: Pandolfi, Dulce Chaves *et al.* (orgs.) – **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 1999.

CASTEL, R. La Lógica de la Exclusión. In: *Todos Entran*, UNICEF/Santillana, Buenos Aires. 1998.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. **Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos**. IPEA, 2003a.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. **Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal**. IPEA, 2003b.

CESCONETO, E. A. **Catadores de lixo: uma experiência da modernidade no oeste paranaense (Toledo (PR), 1980-1999)** Niterói, UFF, Dissertação (Mestrado em História), 1997, 132 p.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, Decreto Lei nº 2.848 de 07/dez./1940.

CODIGO PROCESSUAL PENAL, Decreto Lei nº 3.689 de 03/out./1941.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Ática, 1997.

COELHO, E. C. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. **Revista de Administração Pública**, n. 12, 1978.

COHEN, A. K. *Delinquent boys*. New York: Free Press, 1955.

COLOGNESE, S. A.; GREGORY, V.; SCHALLENBERGER, E. **Tupãssi do mito à história**. Cascavel: Edunioeste, 1999.

CONCEIÇÃO, R. J. da. Desenvolvimento socioeconômico regional do Estado do Paraná. In: **Anais III Encontro de Economia Paranaense**. Londrina/PR, 28 e 29 out. 2004.

COSTA, M.C.N.; MACEDO A.C.; PAIM J. e SILVA, L.M.V. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador. **Revista de Saúde Pública**. Brasil, 2001.

CRUTCHFIELD, R. D.; PITCHFORD, S. R. *Work and crime: the effects of labor stratification*. Social Forces, v. 6, n. 1, 1997.

DAVIS, M. **Cidade de quartzo**. São Paulo: Scritta/Página Aberta, 1993, p. 203-236.

DONASSOLO, G. M. **O processo de seleção social no município de Toledo (PR)**. Toledo, Unioeste, Monografia (Pós-Graduação em História), 1994.

ENGEL, L. E. F. **A economia do crime no Paraná: um estudo de caso na Penitenciária Industrial de Cascavel**. Toledo, 2003. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo.

FACHEL, J. M. G. **Análise Fatorial**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo, 1976.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

FEIGUIN, D.; LIMA, R. S. Tempo de Violência: Medo e insegurança em São Paulo. In: **São Paulo em Perspectiva**. Revista da Fundação SEADE. São Paulo, 9(2), Abr./Jun., 1995.

FELIX, S.A. **A geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília: Unesp Publicações, 2002.

FELIX, S.A. **A geografia do crime urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília – SP**. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual paulista, Rio Claro: São Paulo, 1996, 322 p.

FELSON, M. *Crime and everyday life*. Thousand Oaks, California: Pine Ford Press, 1994.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, **Indicadores sociais de criminalidade**, Belo Horizonte. 1987.

GIÓGENES, M. **Libelo no qual se contam as misérias da psicanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Danoé - Crespo, 1998.

GOMES, L. F. **Neoliberalismo, urbanização desordenada e miséria: criminalidade e violência**. 2003, Disponível em <http://www.portalielf.com.Br/public_html>. Acesso em 04/01/2005.

GREGORY, V. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial**: a dinâmica da colonização do oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970. Niterói, UFF, Tese (Doutorado em História), 1997, p.209.

HARMAN, H. H. *Modern factor analysis*. 3 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

HOFFMANN, R. A dinâmica da modernização da agricultura em 157 microregiões homogêneas do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.30, n.4, p.271-290, out./dez. 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2000. Características da população e dos domicílios. Resultados, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000. vol. 7. Rio de Janeiro, IBGE, 2001/2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - Censo 2000**. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/estados-brasil.html>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Paraná:diagnóstico social e econômico. Curitiba: IPARDES, 2003.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Paraná:diagnóstico social e econômico. Curitiba: IPARDES, 2002.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Dinâmica demográfica da Região Sul: anos 70 e 80. Curitiba: IPARDES, 1997.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Curitiba: IPARDES, 1987.

INSTITUTO PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Dados macroeconômicos e regionais**: IpeaData. <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 18 set. 2005. Pesquisa sobre dados sociais.

ISER, Instituto de Estudos Religiosos. **Pesquisa sobre violência**, 1998. Disponível em: <<http://www.iser.org.br>>. Acesso em: 18 abr 2005. Pesquisa sobre violência.

IZUMINO, W. P. e NEME, C. Violência urbana e graves violações de direitos humanos. **Revista da sociedade brasileira da para o progresso da ciência**, Ano 54, nº 01, Jul./Ago./Set., 2002.

JACOBI, P. Habitat e saúde na periferia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. Mar./Abr., 1990.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D.W. *Applied multivariate statistical analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1982.

KAHN, T. Os custos da violência quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo - custo da violência em São Paulo. **Revista do Ilanud**. São Paulo, Ilanud, n.10, 1998.

LAVERDI, R. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores na paisagem social do extremo oeste paranaense (1970-2000). Niterói, UFF, Tese (Doutorado em História Social), 2003.

LEFEBVRE, H. **Direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. 3ª ed. São Paulo, SP: Centauro, 1969.

LLANILLO, R. F. **Caracterização da estrutura de produção agropecuária do Estado do Paraná** Piracicaba, 1984. 177p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo.

MAGGIORE, G. **Direito penal**. São Paulo: Nicola Zanelli Editora, 1951.

MELLO JORGE, M. H. P. de. Violência como problema de saúde pública. **Revista da sociedade brasileira da para o progresso da ciência**, Ano 54, nº 01, Jul./Ago./Set., 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Mapa da violência no país**: ranking das 100 cidades mais violentas do país, com população maior que 100 mil habitantes. <<http://www.saude.gov.br>> Acesso em: 27 nov. 2005. Pesquisa sobre violência.

MIR, L. **Guerra civil**: estado e trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MIRABETE, J. F. **Código de processo penal interpretado**: referências doutrinárias, indicações legais e resenha jurisprudencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MORENOFF, J. D., SAMPSON, R. J., RAUDENBUSH, S. W.. *Neighborhood Inequality, Collective Efficacy, and the Spatial Dynamics of Urban Violence*. Criminology. Vol. 39, n. 3, 2001.

MORISSON, A. *Measuring the costs of crime and violence as na imput to public policy: evidence from México city*. Washington, DC. 2001.

MOURA, R.; MAGALHÃES, M. V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paraná Desenvolvimento**, n. 88, p. 3-21, mai./ago. 1996.

MUSUMECI, L. Violência, Criminalidade e Segurança. **Relatório de Desenvolvimento Humano do Município do Rio de Janeiro**, Cap. 5. Rio de Janeiro: IPEA/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/PNUD, 2001.

OBERG, K. **Toledo, um município da fronteira oeste do Paraná**. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960.

OLIVEIRA, N. V. **Insegurança Pública**: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. OMS: Genebra, 2004.

PAIXÃO, A. L. **A Violência Urbana e a Sociologia: Sobre Crenças e Fatos e Mitos e Teorias e Políticas e Linguagens.** Religião e Sociedade. Janeiro, 1990.

PAIXÃO, A. L. Crime, controle social e consolidação da democracia. In: REIS & O'DONNELL (eds.). **A democracia no Brasil.** Vértice: São Paulo, 1988.

PERES, M. F. T. Prevenção e controle: oposição ou complementaridade para a redução da violência? **Revista da sociedade brasileira da para o progresso da ciência**, Ano 54, nº 01, Jul./Ago./Set., 2002.

PEZZIN, L. **Criminalidade urbana e crise econômica.** São Paulo, IPE/USP, 1986.

PIERANGELLI, J. H. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica.** Bauru (SP): Jalovi, 1980.

PIFFER, M. **A dinâmica do oeste paranaense e sua inserção na economia regional.** Dissertação (Mestrado). UFPR, Curitiba, 1997.

PIMENTEL, M. P. **Estudos e pareceres de Direito Penal.** Editora Revista dos Tribunais, 1983.

PIRES, C. **A violência no Brasil.** São Paulo: Moderna.1985, p. 19-71.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **3ª Companhia do 6ª Batalhão da Polícia Militar.** Toledo, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO, Plano Municipal de Educação, Lei nº 1.885/2004 – Dez. 2004.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais do “indivizível” ao “divizível”.** Ciência e cultura. São Paulo, n.39, 2000.

RAGGIO, N. Z. Emprego. In: **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Temas estratégicos para o Paraná.** Curitiba: IPARDES, 1994.

REISS, A. J. Why are Communities Important in Understanding Crime? In: TONRY, Michael and REIS, A. J. *Communities and Crime. Crime and Justice.* University of Chicago Press. v. 8, 1986.

REISS A J, ROTH J. Firearms and violence. In: Reiss AJ, Roth JA, editors. *Understanding and preventing violence.* Washington (DC): National Academy Press; 1999.

RICH, T. F., *The use of computerized mapping in crime control and prevention programs.* Washington, National Institute of Justice, U.S. Department of Justice, 1997.

SAMPSON, R. J., GROVES, B.W. Community Structure and Crime: Testing Social – Disorganization Theory. *American Journal of Sociology.* v. 94, n. 4, Jan., 1989.

SAMPSON, R. J., RAUDENBUSH, S. W., EARLS, F. Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. *Science Magazine.* v. 277, Aug., 1997.

SANTOS, J. V. T. dos. Microfísica da violência uma questão social mundial. **Revista da sociedade brasileira da para o progresso da ciência**, Ano 54, nº 01, Jul./Ago./Set., 2002.

SCHAEFER, G. J. **Economia do crime**: elementos teóricos e evidências empíricas. Toledo, 2000. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo.

SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. A.. **Migrações e Comunidades Cristãs no Sul do Brasil: o modo-de-ser evangélico luterano no Oeste do Paraná**. Toledo: UNIOESTE – FACITOL, 1993.

SCHREINER, D. F. **Cotidiano, trabalho e poder**: a formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná. Toledo: Editora Toledo, 1997. 191 p.

SHAW, C. R., MCKAY, H. D. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. The University of Chicago Press. Chicago and London, 1942.

SHERMAN, Lawrence W., Thinking about crime prevention, in L. Sherman, D. Gottfredson, D. MacKenzie, J. E., Peter, R. e Shawn Bushway, *Preventing crime: what works, what doesn't, what's promising*, Washington, National Institute of Justice, 1997.

SHIHADDEH, E. S.; OUSEY, G.C. *Industrial restructuring and violence: the link between entry level jobs, economic deprivation, and black and white homicide*. Social Forces, v. 77, n. 1, 1998.

SHIKIDA, P. F. A. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995**. Cascavel : Edunioeste, 1998.

SHIKIDA, P. F. A. *et al.* Determinantes do comportamento do criminoso: um estudo econométrico, nas penitenciárias central, estadual e feminina de Piraquara (Paraná). **Ibmec, MG Working Paper** – WP27, 2005. Disponível em: <<http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp27.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2005.

SHORT, J. F.. The Level of Explanation Problem in Criminology. In: *Theoretical Methods in Criminology*. Beverly Hills, CA, 1997.

SHORT, J.F., STRODBECK, F.L.. *Group Processes and Gang Delinquency*. University of Chicago Press, 1965.

SILVA, L. A. M. da. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, 13: p. 115-124, Nov. 1999.

SILVA, O., BRAGAGNOLLO, R. e MACIEL, C. F. **Toledo e sua História**. Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diagnóstico social e econômico**, São Paulo: SEADE, 2004.

TEIXEIRA, A. G. A possibilidade de vitimização: qualidade de vida e a criminalidade. **Revista da Faculdade de Filosofia e Ciências** – UNESP, v. 4, n. 3, São Paulo, 2004.

THRASHER, F. M. *The Gang: A Study of 1.313 Gangs in Chicago*. The University of Chicago Press, Jan., 1927.

TRINTIN, J. G. **A economia paranaense: 1985-1998**. Tese (Doutorado). Campinas, Unicamp, 2001.

UNESCO. **Mapa da violência II**. Brasília, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2000.

VIÉGAS, F. **Violência e crime**. 2004. Disponível em <http://www.analisefinanceira.com.br/artigos/economiadocrime.htm> >. Acesso em: 18/01/2005

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 6ª ed. Curitiba, Vicentina, 1988.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência III**. Brasília, UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

WILSON, J.Q. **Thinking about crime**. New York, Vintage Books, 1983.

WILSON, J. Q.; HERRENSTEIN, R. J. *Crime and human nature: the definitive study of the causes of crime*. Nova York, Touchstone Book/Simon & Schuster, 1985.

WIRTH, L. Urbanismo como modo de vida. In: PIERSON, D. **Estudos de organização social: tomo II**: São Paulo: Martins Fontes, 1970.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, Fev., 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-, Acesso em: 13 Out. 2004.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1994.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ANEXO

1ª Vara Criminal de Toledo (1991-2000)

Identificação do Auto	Nº AC:	Pacote/ Gaveta/ Arquivo/Nº:
Cidade / Estado:		
Local:	Hora:	Dia da semana:
N. Artigo:		
A C U S A D O (S)	Sexo	
	Idade	
	Cor	
	Estado Civil	
	Profissão	
	Escolaridade	
	Condição Social	
	Nat. / Nac.	
	Antecedentes	
V Í T I M A (S)	Sexo	
	Idade	
	Cor	
	Estado Civil	
	Profissão	
	Escolaridade	
	Condição Social	
	Nat. / Nac.	
Relação entre os envolvidos		
Tempo de Relacionamento		
P R O C E S S O	Data do crime	
	Data da autuação	
	Motivo Aparente	
	Flagrante	
	Tipo de arma utilizada	
	Data do arquivamento	
OBS (fluxo processual):		

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)